

V.10 n. 2 (2022)

ISSN 2318-6186

# ARCHEION LINE

Revista de Arquivologia da UFPB



## SUMÁRIO

### ARTIGO ORIGINAL

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS NACIONAIS:** ações de difusão em plataformas digitais ..... **4-24**  
*Sânderson Lopes Dorneles*  
*Gigliolla de Lourdes Batista Moura*

**SIGILO DE DOCUMENTOS DIGITALIZADOS:** análise de uma *charla* biblio-arquivística ..... **25-45**  
*Rojeane de Araújo Lima*  
*Rosilene Agapito da Silva Llarena*

### ARTIGOS DE REVISÃO

**A ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA, NA GESTÃO DO CONHECIMENTO, À LUZ DA TEORIA DA CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL** ..... **46-65**  
*Patrício Fontes*  
*Julianne Teixeira e Silva*

**A INSERÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS** ..... **66-88**  
*Bianca Ferreira Hernandez*  
*Luciane Paula Vital*  
*Iuri Ianiski de Moura*

### RELATOS DE PESQUISA

**ARQUIVO E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA:** o caso do arquivo público do estado do espírito santo (APEES) ..... **89-108**  
*Tiago Braga da Silva*

**ESTUDO DE USUÁRIOS DE ARQUIVOS:** aspectos quantitativos e qualitativos de uma área em expansão ..... **109-126**  
*Rodolfo Almeida de Azevedo*  
*Anna Carla de Almeida Mariz*

**ARQUIVISTAS E DOCUMENTOS DIGITAIS:** formação na universidade federal da bahia ..... **127-146**  
*Lívia Gomes Côrtes*  
*Maíra Salles de Souza*

## EDITORIAL

A revista Archeion Online contempla no volume 10, número 2, trabalhos de relevância, distribuídos em: dois Artigos originais, dois Artigos de revisão e três Relatos de pesquisas.

Apresentamos inicialmente o Artigo original intitulado **Educação patrimonial em arquivos nacionais: ações de difusão em plataformas digitais** dos autores Sânderson Lopes Dorneles e Gigliolla de Lourdes Batista Moura, descreve ações educativas difundidas em mídias digitais por Arquivos Nacionais do Brasil, França (princípio de respeito aos fundos), Estados Unidos da América (*records management*), Canadá (arquivística integrada) e Austrália (*records continuum*). e de países com correntes teóricas arquivísticas influentes.

Na busca por uma abordagem singular, o artigo **Sigilo de documentos digitalizados: análise de uma charla biblio-arquivística** das pesquisadoras Rojeane de Araújo Lima e Rosilene Agapito da Silva Llarena se baseou em uma Charla (conversa informal) para entender os fundamentos sobre a relação entre a digitalização de documentos e o sigilo documental.

Para os dois Artigos de revisão, trouxemos o artigo **A atuação do arquivista, na gestão do conhecimento, à luz da teoria da criação do conhecimento organizacional**, de Patrício Fontes e Julianne Teixeira e Silva, versa sobre o papel do Arquivista nas ações de criação do conhecimento organizacional, a partir dos conceitos de Gestão do Conhecimento, da Teoria da Criação do Conhecimento Organizacional e de um breve histórico da profissão Arquivista, enfocando a necessidade deste profissional estar receptivo à adequação de paradigmas.

No artigo intitulado **a inserção do desenvolvimento sustentável na avaliação de documentos dos autores** Bianca Ferreira Hernandez, Luciane Paula Vital e Iuri Ianiski de Moura, é realizado uma análise da função avaliação arquivística a partir do âmbito social, econômico e ambiental, no sentido de identificar a sustentabilidade na Arquivologia.

E por fim, os Relatos de pesquisa, iniciando pelo artigo **arquivo e a produção historiográfica**: o caso do arquivo público do estado do Espírito Santo (APEES) de Tiago Braga da Silva, analisa o uso das fontes de informações do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), a partir de pesquisas de pós-graduação no nível de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES) entre os anos de 2003 a 2021.

Em uma perspectiva do usuário como protagonista, o artigo **Estudo de usuários de arquivos: aspectos quantitativos e qualitativos de uma área em expansão**, de Rodolfo Almeida de Azevedo e Anna Carla de Almeida Mariz, apresenta um levantamento bibliográfico na BRAPCI para identificar os trabalhos realizados sobre estudos de usuários na Arquivologia.

O artigo **arquivistas e documentos digitais: formação na Universidade Federal da Bahia**, de Livia Gomes Côrtes e Maíra Salles de Souza, se configura como uma pesquisa descritiva ao verificar a formação dos concluintes dos anos letivos de 2018 e 2019, do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Bahia, na perspectiva de gestores de documentos arquivísticos digitais relacionado as demandas do mercado de trabalho, sobretudo no que se refere à produção, tratamento, preservação e difusão da informação digital.

Certamente, a produção de conhecimento do volume 10, número 2, da Revista Archeion Online fará a diferença para a Arquivologia e as áreas afins. Assim, convido todos os leitores a apreciar a leitura dessa relevante publicação.

Ediane Toscano Galdino de Carvalho

Editora



## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS NACIONAIS: AÇÕES DE DIFUSÃO EM PLATAFORMAS DIGITAIS

## HERITAGE EDUCATION IN NATIONAL ARCHIVES: DIFFUSION ACTIONS IN DIGITAL PLATFORMS

*Sânderson Lopes Dorneles\**  
*Gigliolla de Lourdes Batista Moura\*\**

### RESUMO

Os acervos arquivísticos são fontes primárias de pesquisa e podem ser utilizados como recursos didáticos de ações educativas para crianças, adolescentes e adultos. Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo descrever ações educativas difundidas em mídias digitais por Arquivos Nacionais do Brasil e de países com correntes teóricas arquivísticas influentes. O estudo é de natureza descritiva, com o intuito de discorrer sobre ações educativas promovidas pelos arquivos nacionais do Brasil, da França (princípio de respeito aos fundos), dos Estados Unidos da América (*records management*), do Canadá (arquivística integrada) e da Austrália (*records continuum*). Quanto ao corpus, os sítios eletrônicos dos Arquivos Nacionais selecionados foram utilizados para a coleta de dados referentes às ações educativas veiculadas em plataformas de difusão digital. A pesquisa é documental, possui abordagem qualitativa e faz uso da análise de conteúdo de Bardin (1979), como fundamentação teórica. Verifica-se, enquanto resultados, que os Arquivos Nacionais da França, dos Estados Unidos da América e da Austrália possuem uma seção específica de ações educativas com o patrimônio documental dos seus acervos nos respectivos *sites*, enquanto nos Arquivos Nacionais do Canadá e do Brasil não se identificou uma seção específica sobre tais ações educativas em seus sítios eletrônicos, ainda que tenham sido localizados itens relacionados aos atos educativos para a difusão dos arquivos. Conclui-se que há uma interação e colaboração maior entre escola-arquivo nas práticas e ações educativas promovidas pelos Arquivos Nacionais franceses e estadunidenses, com o desenvolvimento de programas de capacitação de professores para o uso de arquivos históricos como recursos didáticos-pedagógicos de ensino. É importante evidenciar que outros Arquivos Nacionais podem servir como fontes para identificação de outras formas de ações educativas, em pesquisas desenvolvidas pelas demais instituições arquivísticas, inclusive as que foram objeto desta pesquisa.

**Palavras-chave:** Arquivo Nacional; ação educativa; patrimônio documental.

### ABSTRACT

Archival collections are primary sources for research and become didactic resources for educational activities for children, adolescents and adults. In this sense, the present research aimed to describe educational actions, disseminated in digital media, by National Archives from countries with influential archival theoretical currents and from Brazil. The study is descriptive in nature in order to describe the educational actions promoted by the Brazilian National Archives and countries with influential theoretical currents in France (principle of respect for funds), the

\*Prof. Dr. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) | Arquivista/Instituto Federal da Paraíba (IFPB) | E-mail: sanderson.dorneles@gmail.com

\*\*Doutoranda em Ciência da Informação pela UFPE | E-mail: gigliolla.moura@ufpe.br

United States of America (records management), Canada (archives integrated) and Australia (records continuum). As for the research corpus, it is composed of electronic sites from each of the selected National Archives, from where research data referring to educational actions broadcast on digital diffusion platforms are collected. The research is documental, has a qualitative approach and makes use of Bardin's content analysis (1979). As a result, it appears that the National Archives of France, the United States of America and Australia have a specific section on their websites to deal with educational actions with the documentary heritage of their collections. Meanwhile, with regard to the National Archives of Canada and Brazil, a specific section on educational actions was not identified on their websites. However, it is possible to locate items related to educational acts for the dissemination of files. And in conclusion, there is a greater interaction and collaboration between school-archive in the educational practices and actions promoted by the French and American National Archives, with the development of teacher training programs for the use of historical archives as didactic-pedagogical resources of teaching, as well as it should be noted that other National Archives are sources of analysis to identify other forms of educational actions that can be developed by other archival institutions, including those that were the object of this research.

**Keywords:** National Archives; educational action; documentary heritage.

Submetido em: 10 de agosto de 2022

Aceito em: 08 de setembro de 2022

## 1 INTRODUÇÃO

Os acervos arquivísticos, principalmente os de terceira idade<sup>1</sup> (os arquivos permanentes), são formados por documentos cujo conteúdo informacional é dotado de valores probatórios e históricos, configurando-se como registros significativos para a memória e cultura de uma população. Esses arquivos são fontes primárias para a pesquisa, podendo ser utilizados como recursos didáticos para ações educativas com crianças, adolescentes e adultos. De acordo com Sousa (2006), as políticas públicas de arquivo devem ser mediadas por ações educativas das instituições arquivísticas, envolvendo as escolas de ensino fundamental e médio e investindo em cidadãos sensíveis à proteção do patrimônio documental e informacional brasileiro.

Aliadas às políticas nacionais, evidenciam-se as ações de instituições internacionais para a preservação e difusão de registros de memória, como o Programa Memória do Mundo (*MOW*), fomentado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que possui como objetivos: assegurar a

---

<sup>1</sup> A teoria das três idades classifica os arquivos como correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 160).

preservação, pelas técnicas mais apropriadas, do patrimônio documental com significação mundial; auxiliar o acesso universal ao patrimônio documental e aumentar a disseminação do conhecimento, da existência e significação do patrimônio documental. (ARQUIVO NACIONAL, 2017).

Na difusão de acervos documentais, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) desempenham um papel fundamental para o acesso e a quebra de barreiras de tempo e espaço, contribuindo para ações educativas em plataformas digitais, tais como sítios eletrônicos, repositórios de acervos documentais e *softwares* de descrição, disponíveis em plataformas *web*.

Diante disso, a presente pesquisa se articulou a partir da seguinte problemática: como Arquivos Nacionais do Brasil e outros países com correntes teóricas arquivísticas influentes podem melhor difundir ações educativas nas mídias digitais?

Nesta perspectiva, objetivou-se descrever ações educativas difundidas em mídias digitais, por Arquivos Nacionais do Brasil e de países com correntes teóricas arquivísticas influentes. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como medidas educativas podem gerar acesso, influenciando os usuários a conhecerem a memória social e histórica local, a partir da informação contida em documentos permanentes digitalizados, disponíveis nos sítios eletrônicos, difundidos pelo Arquivo Nacional do Brasil e de outros países nas mídias digitais. Além disso, justifica-se também por identificar que os Arquivos Nacionais de outros países têm grande poder de influência na constituição acadêmica dos estudos voltados aos arquivos em território brasileiro.

Para tanto, realizou-se um percurso metodológico, seguido da revisão de literatura a respeito da relação entre educação e patrimônio documental, além da apresentação e discussão dos resultados obtidos através da pesquisa e, por fim, as devidas considerações finais.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem natureza descritiva, com o intuito de discorrer acerca das ações educativas promovidas por Arquivos Nacionais, haja vista que, “Estudos descritivos, [são produzidos] quando se deseja descrever as características de um fenômeno”. (RICHARDSON, 2012, p. 66). Quanto ao universo da pesquisa, priorizam-se as ações

educativas promovidas por Arquivos Nacionais, tendo como amostra as instituições arquivísticas do Brasil e de países com correntes teóricas influentes. Em conformidade com Vergara (1997), o universo, ou população, é o conjunto de elementos que possuem as características comuns ao objeto do estudo, e a amostra, ou população amostral, é uma parte do universo escolhido, selecionada a partir de um critério de representatividade.

A pesquisa tem abordagem qualitativa, pois “tem o ambiente como fonte direta dos dados” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70), e documental, realizada em *websites* de arquivos públicos. Prodanov e Freitas (2013, p. 55) definem como pesquisa documental quando esta “baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Sobre o critério de seleção da amostra, isto é, os Arquivos Nacionais de países formuladores de correntes teóricas arquivísticas influentes, ressalta-se que as teorias e pensamentos arquivísticos idealizados pelos países da seleção (identificados no Quadro 1) influenciam fortemente o ensino de Arquivologia no Brasil e são expoentes referenciais da literatura internacional da área.

É importante destacar que as especificidades das correntes teóricas elencadas não foram aprofundadas na análise, tendo em vista que extrapolam o escopo da pesquisa, tendo sido utilizadas como critério para a escolha de Arquivos Nacionais que, devido ao desenvolvimento de fundamentos ou princípios teóricos de destaque científico, pudessem influenciar para além das questões teóricas, ao propiciar saberes e fazeres arquivísticos com ações educativas estratégicas para o acesso e preservação dos estoques informacionais que registram memórias, representam culturas e proporcionam identidades de uma civilização.

Os sítios eletrônicos dos arquivos foram visitados e analisados durante o mês de junho de 2022 e, além do Arquivo Nacional brasileiro, selecionamos para a análise os seguintes arquivos:

**Quadro 1** – Arquivos Nacionais de países formuladores de correntes teóricas arquivísticas influentes no Brasil

País	Ano de fundação do Arquivo	Sítio eletrônico	Corrente teórica
França	12 de setembro 1790	<a href="https://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/">https://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/</a>	Princípio de respeito aos fundos
Estados Unidos da América	19 de junho de 1934	<a href="https://www.archives.gov/">https://www.archives.gov/</a>	<i>Records management</i>

Canadá	2004	<a href="https://www.bac-lac.gc.ca/eng/Pages/home.aspx">https://www.bac-lac.gc.ca/eng/Pages/home.aspx</a>	Arquivística integrada
Austrália	1961	<a href="https://www.naa.gov.au/">https://www.naa.gov.au/</a>	<i>Records continuum</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Quanto ao corpus, a pesquisa é composta pelos dados referentes às ações educativas veiculadas pelos sítios eletrônicos de cada um dos Arquivos Nacionais selecionados. Para tanto, pelo método de análise de conteúdo, foi realizada a descrição das informações identificadas. De acordo com Bardin (1979, p. 42), a análise de conteúdo é um:

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

O uso de inferências, de acordo com Gomes (2007), parte da descrição dos conteúdos explícitos da comunicação, extrapolando-os para além da mensagem, logo, neste caso, o estudo buscou a identificação de boas práticas de ações educativas referentes ao patrimônio documental de uma nação, que podem ser usados, com as devidas adequações, por outros países e populações.

### 3 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, MEMÓRIA, ARQUIVO E AÇÕES EDUCATIVAS

A etimologia da palavra *patrimônio* vem do latim, “*patrimonium*”, e significa herança familiar ou do pater (pai). (DICIONÁRIO, 2022). A palavra *documento*, também do latim “*documentum*”, indica a “demonstração, prova, lição”, mais tarde, “instrumento oficial escrito”, de *docere*, “ensinar, mostrar” (ORIGEM DA PALAVRA, 2022). Logo, o termo *patrimônio documental* pode ser entendido como um conjunto de registros materiais, dotados de intencionalidades informacionais, deixados por civilizações contemporâneas e antepassadas, capazes de transmitir conhecimentos sobre fatos e acontecimentos de uma determinada época e se tornarem úteis e significativos para usuários e pesquisadores desses documentos patrimoniais.

Além do aspecto informativo, outra característica relevante desse tipo de patrimônio é a sua configuração enquanto manifestação cultural. De acordo com Palma

Peña (2013, tradução nossa), entre o conjunto de expressões culturais, figuram as manifestações impressas e documentais, testemunhos do pensamento das sociedades, relevantes tanto por sua capacidade de transmitir conhecimentos quanto pelo valor de suas particularidades.

O patrimônio documental, bastante presente nas sociedades desde a antiguidade, configura-se como um artefato capaz de transportar histórias, fatos e acontecimentos de outros tempos para a atualidade. Nesta perspectiva, o patrimônio documental seria uma “montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p.17). Deste modo, através da transmissão de conhecimento, é possível perceber e entender os usos e costumes da humanidade desde os seus primórdios, com base nos registros.

As manifestações de informação do patrimônio documental são diversas, desde os registros rupestres, utilizados no período pré-histórico, os escritos em pedra, usados pelos povos sumérios na Mesopotâmia, até os famosos hieróglifos e papiros, amplamente utilizados pela civilização egípcia. Ademais, o patrimônio documental também se encontra registrado em argilas, madeira e outros utensílios, construindo, dessa maneira, uma forma muito rica de expressão linguística e cultural datada nesses objetos, a partir da representação do conhecimento e da história: “Ele nos fala sobre os triunfos e os grandes momentos, mas também narra os horrores vividos ou infligidos aos outros” (ARQUIVO NACIONAL, 2016, p. 7). Este patrimônio é uma ferramenta essencial para a comunicação e transmissão da informação.

Para compreender um patrimônio documental é necessário conhecer as relações sociais que o envolvem, a cultura no qual está inserido e seus valores, pois a todo tipo de patrimônio é atribuído um valor de significado e identidade. Nesta vertente, Souza e Crippa (2009, p. 214) destacam:

Portanto, mais importante que as características físicas do bem é o que ele significa para a sociedade, que constantemente lhe atribui sentidos. É estudar as relações sociais que permitem a seleção de um bem como representativo para a identidade, memória e ação das diferentes camadas sociais.

As expressões linguísticas e culturais do patrimônio documental salientam a memória presente em seus registros e, desta maneira, torna-se impossível não associar a memória aos documentos e, conseqüentemente, aos arquivos. O arquivo atua na

sociedade como um lugar de memória, configurando-se como uma ponte entre o passado e o presente, um elo que permite a consulta dos registros arquivísticos, fazendo do arquivo uma instituição memorialística.

Nesta vertente, “a memória se torna participante do processo de identidade, como praxe e representação da sociedade da informação” (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 56). A memória compõe o processo de identidade social em consonância com o arquivo, que atua juntamente com as tecnologias da informação.

Como lugar de memória, o arquivo pode ser visto como uma forma de reconstrução e preservação de documentos e informações de cunho permanente, se caracterizando como um lugar de busca do conhecimento e se transformando diversas vezes ao longo do tempo, devido a implantação das novas tecnologias que o tornaram uma instituição dinâmica, capaz de recuperar e dar acesso às informações.

Bellotto (2006) ressalta que um arquivo público tem como direitos e deveres diante de uma comunidade a expansão de serviços administrativos e científicos, a fim de promover e incentivar conhecimentos e saberes culturais na sociedade.

Os arquivos, assim como a memória, são alvos de interesse do poder político, podendo ser usados como meios de manipulação e controle social. Thiesen (2013, p. 29) enfatiza que “[...] a memória como alvo político passa por determinados discursos e está aliada aos critérios de verdade vigentes na sociedade”. Os arquivos, como detentores da verdade datada em seus documentos, foram e ainda são usados para omitir fatos sociais, fazendo com que a verdade seja manipulada e violada, resultando em uma sociedade que não conhece seu passado e sua identidade.

A educação patrimonial pode contribuir para a ampliação de conhecimentos sobre a história e a memória, presentes no patrimônio documental e preservados nos arquivos. Por meio de atividades de cunho educacional é possível construir uma sociedade mais consciente quanto à proteção da verdade existente nos documentos, assim como a preservação aos próprios documentos que comportam estes escritos.

As atividades educativas voltadas a uma cultura de patrimonialização dentro das instituições detentoras de patrimônios documentais visam seu reconhecimento e valor diante da sociedade a partir da recuperação da memória, por meio de sua reconstrução e do fortalecimento da identidade coletiva, através da significância que o patrimônio documental oferece. As ações educativas permitem também uma conscientização do



estado de conservação destes patrimônios e quais estratégias podem ser utilizadas para melhor protegê-los.

Além dos aspectos legais, fomentados por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e de iniciativas nacionais, muito necessárias na proteção e conservação do patrimônio documental, Palma Peña (2013) ressalta a relevância da promoção de ações de difusão desse patrimônio, sendo a educação uma estratégia considerada essencial e útil para proteger, socializar, transmitir, divulgar e preservar o patrimônio cultural, bibliográfico e documental. Para tanto, Palma Peña (2013, p. 49, tradução nossa) sinaliza que,

É importante salientar que para estabelecer uma educação sobre o patrimônio, será decisivo que os sistemas educacionais, nacionais e internacionais, desenvolvam currículos baseados na cultura, na história, no patrimônio e na contemporaneidade. A referida educação, que consiste na construção de conhecimentos significativos sobre o patrimônio, é concebida como um processo no qual devem convergir fundamentos teóricos e empíricos de áreas do conhecimento humanístico como sociologia, cultura e política, entre outras, para formar, de modo racional e informado, indivíduos com um sentido nacionalista do patrimônio e com atitudes sólidas para o utilizar e salvaguardar.

De acordo com Bellotto (2006), as funções precípuas de arquivos públicos são de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais, mas, para além dessas competências, justifica-se uma outra atividade que, considerada secundária, é a que melhor pode desenhar contornos sociais, trazendo a necessária dimensão popular e cultural que reforça as referidas funções primordiais já citadas, pois trata dos serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa.

Com o advento de recursos tecnológicos, utilizados para difusão de iniciativas e programas de educação patrimonial em páginas web e *softwares* de descrição arquivística de documentos, o alcance dessas práticas transpôs barreiras temporais e, principalmente, espaciais. No Brasil, a difusão de ações educativas com arquivos em meio eletrônico ainda é pouco explorada, o que suscitou o interesse de desenvolver essa pesquisa.

Desta forma, este estudo realizou uma observação direta dos sítios eletrônicos dos Arquivos Nacionais selecionados para descrever as ações educacionais difundidas por cada um deles. Partindo da ideia da existência de exposições *on-line*, visitas virtuais,

digitalização de acervos e disponibilização por meio de ferramentas de buscas, constatam-se, na seção a seguir, os resultados da pesquisa.

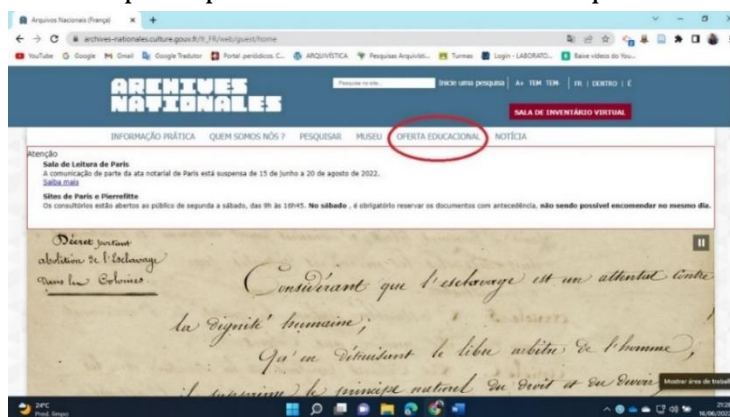
#### 4 RESULTADOS DA PESQUISA

Após sucessivas visitas e análise dos conteúdos veiculados nos sítios eletrônicos dos Arquivos Nacionais selecionados para a pesquisa, por meio do navegador de internet Google Chrome e com o recurso de tradução ao português ativado, foi possível realizar interpretações e inferências, a começar pelas instituições arquivísticas dos países que fazem difusões mais explícitas e específicas da educação a partir de patrimônio documental, uma vez que possuem uma seção específica para tratar das ações educativas desenvolvidas pela instituição.

Dentre os Arquivos Nacionais que possuem uma seção específica para ações educativas com o patrimônio documental dos seus acervos, citam-se os Arquivos Nacionais da França, dos Estados Unidos da América e da Austrália, alinhados com o que preconizam Bellotto (2006) e Palma Peña (2013), ao considerar os serviços de difusão cultural e de assistência educativa essenciais e úteis para proteger, socializar, transmitir, divulgar e preservar o patrimônio cultural, bibliográfico e documental.

No menu principal do sítio eletrônico do Arquivo Nacional da França há uma aba de Oferta Educacional (ver Figura 1) que direciona para uma caixa de seleção com os seguintes itens de hipertexto: Recepção dos alunos; Oficinas educativas; *Workshops* individuais/familiares; Públicos-alvo específicos; Rota entre museus; Área de professores; Recursos educacionais; e Oferta educacional informativa.

**Figura 1** – Menu principal do sítio eletrônico do Arquivo Nacional da França



Fonte: Archives Nationales (2022)

As ações educativas divulgadas no *site* francês se referem aos serviços educativos desenvolvidos nos espaços físicos dos dois prédios da instituição: 1) localizado em Estação Pierrefitte-sur-Seine da cidade de Saint-Denis, onde são realizadas as atividades em torno de coleções de arquivos públicos após 1790 e arquivos de origem privada; 2) localizado na cidade de Paris, onde o departamento educacional oferece oficinas relacionadas às coleções de arquivos da Idade Média e do Antigo Regime.

Nesses locais, de acordo com os *Archives Nationales* (2022), são oferecidas mais de **cinquenta visitas e oficinas educativas**<sup>2</sup> e descobertas acerca dos diferentes períodos históricos, a partir do estudo de documentos originais e todas as atividades seguem a mesma abordagem, seja qual for o tema escolhido. Durante uma visita ao Arquivo Nacional, em Paris ou Pierrefitte-sur-Seine, os alunos são, primeiramente, informados sobre os documentos do patrimônio nacional escrito e das várias funções asseguradas pela instituição (recolhimento, conservação, comunicação e valorização de documentos).

Na oficina ou sala de exposição, os visitantes aprofundam os seus conhecimentos sobre o tema escolhido e, dependendo das atividades, a turma finalmente reinveste essas habilidades em uma produção artística, uma realização técnica ou uma síntese oral. Com isso, o tempo é dedicado, durante cada *workshop*, à descoberta de documentos originais em vitrines ou espaços de exposições temporárias. Além disso, as informações veiculadas no *site* relatam que o serviço educativo do Arquivo Nacional trabalha em conjunto com os professores para a validação das competências da base comum, além de apoiar os professores de diferentes disciplinas (história, literatura, ciências, línguas modernas, artes) em seus projetos educacionais e ajustar suas atividades ao nível e andamento das aulas, em conexão com os programas nacionais de educação.

Ainda sobre as colaborações do serviço educativo do Arquivo Nacional para com os professores, são ofertados apoios para exposições e treinamentos. Nos treinamentos, são desenvolvidas ações de formação continuada de professores do ensino básico e

---

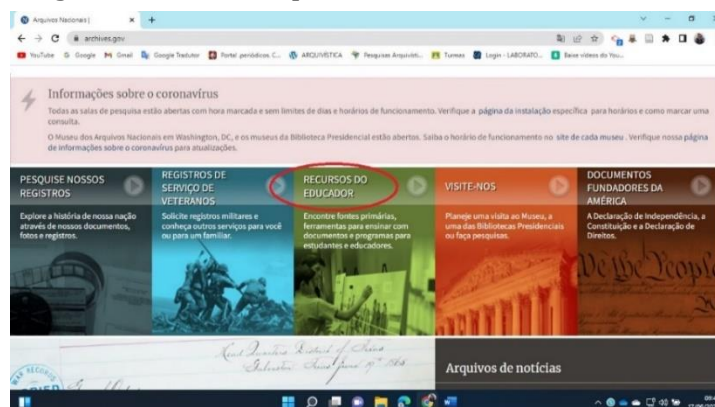
<sup>2</sup> Vale lembrar que visitas e oficinas possuem taxas de cobrança, conforme tabela de preços disponível em: <https://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/fr/web/guest/enseignements-offre-pedagogique>. Acesso em: 18 jun. 2022. Para os jovens, essas taxas podem ser pagas com o passe de cultura do governo francês (essa informação é divulgada no próprio site do Arquivo), que consiste em um aplicativo em que jovens entre 15 e 18 anos tem direito a solicitar a atribuição de um benefício de 500€ para gastar com uma diversidade de espetáculos, visitas, cursos, livros, música e serviços digitais.

secundário, com o objetivo de promover o conhecimento acerca do patrimônio arquitetônico e arquivístico, os recursos educativos e os recursos *on-line* do Arquivo, bem como as exposições temporárias.

Quanto aos recursos *on-line*, durante o período de visitas ao *site* foram encontrados arquivos e publicações destinados a auxiliar professores para a preparação de suas aulas e a apoiá-los em seus projetos educacionais: aulas com projetos artísticos e culturais, cursos de educação artística e cultural, trabalho pessoal supervisionado, aulas de exploração, entre outros (ARCHIVES NATIONALES, 2022). Também estão disponíveis concursos sobre temáticas históricas da França e os estudantes tem acesso a dossiês de documentos digitalizados, com a finalidade de realizar atividades didáticas.

Outro Arquivo Nacional com área específica para ações educativas é o dos Estados Unidos da América, conhecido como *National Archives and Records Administration* (NARA). A figura 2, em destaque, apresenta a aba de Recursos do educador, na página inicial do *site*.

**Figura 2** – Página inicial do Arquivo Nacional dos Estados Unidos da América



Fonte: *National Archives And Records Administration - NARA* (2022)

Nesse espaço *on-line* é possível encontrar hipertextos direcionando para outras páginas, que concentram informações sobre iniciativas educativas, tais como:

***We Rule: Civics for All US*** - é uma nova iniciativa educacional dos Arquivos Nacionais que promove a alfabetização cívica e o engajamento.

***DocsTeach*** - é uma ferramenta *on-line* que possibilita o acesso a documentos digitalizados.

**Ensino à distância** - visita aos arquivos nacionais sem sair de casa ou da escola, por meio de programas gratuitos de ensino à distância para alunos e educadores.

**Trabalhando com fontes primárias** – nesse espaço são disponibilizados modelos de planilhas em formatos .pdf e .html para realização de análises em tipologias documentais de diversos gêneros - fotos, documentos escritos, artefatos, pôsteres, mapas, desenhos animados, vídeos e gravações de som.

**Documentos de Marco** – acesso às fontes primárias relacionadas a momentos cruciais da história e do governo americano, incluindo imagens, contexto histórico e transcrições.

**Desenvolvimento profissional** - Os educadores podem participar de oficinas baseadas em documentos, sobre como encontrar e ensinar com fontes primárias e sobre tópicos históricos específicos.

**Visitas de estudantes** - Os alunos podem participar de programas práticos baseados em documentos e visitar exposições localizadas nos espaços físicos do NARA, em Washington DC e Nova York.

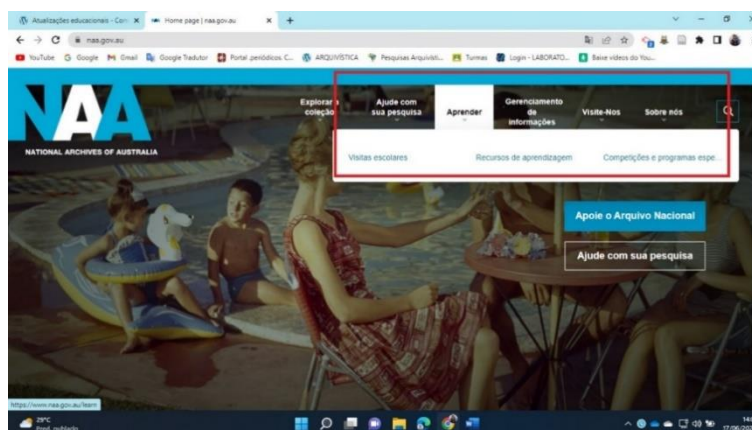
**Atividades de genealogia para crianças** – são disponibilizadas árvores genealógicas para *download* e folhas de atividades para crianças de todas as idades.

**Dia Nacional da História (DNH)** – o NARA apoia o Dia Nacional da História, uma competição que promove estudos e aprendizagem sobre questões históricas, ideias, pessoas e eventos dos EUA, podendo encontrar os documentos custodiados pelo NARA de forma física e *on-line*.

**Blog Education Updates** - recurso de difusão em meio digital para divulgar novas ferramentas de ensino, planos de aula, viagens de campo, desenvolvimento profissional e fontes primárias recém-disponíveis.

Como já mencionado, o terceiro Arquivo Nacional que dispõe de espaço *on-line* exclusivo para tratar de ações educativas é o *National Archives of Australia* (NAA) que, em sua página inicial, dentre as opções do menu, apresenta o item Aprender, que direciona para uma caixa de seleção com os seguintes hipertextos: Visitas escolares, Recursos de aprendizagem, Competições e Programas Especiais. (ver Figura 3).

**Figura 3** – Página inicial do Arquivo Nacional da Austrália



Fonte: *National Archives of Australia – NAA* (2022)

Sobre as visitas escolares, o *site* traz informações e indica as razões para conhecer o Arquivo, discorrendo acerca de seus programas, alinhados ao currículo e que conectam os alunos a momentos cruciais da história australiana do século XX e exploram temas desde criatividade e identidade até imigração, defesa e reconciliação; Experiências perspicazes, lideradas por educadores, para os cidadãos ambientalmente e socialmente conscientes do amanhã – seu lugar na democracia, direitos e responsabilidades individuais e como eles podem promover mudanças; Edifício classificado como patrimônio recentemente reformado, com espaços de exposição de última geração, centro de pesquisa, café e loja de arquivos; além do Arquivo Nacional ser considerado um destino de nível 2 do *Parliament and Civics Education Rebate* (PACER)<sup>3</sup>.

Além das razões para visitar o Arquivo Nacional, são veiculadas informações sobre agendamento e planejamento da visita, tais como duração do programa, disponibilidade, tamanho do grupo, custo, cancelamento, localização, informações de segurança, protocolos de comportamentos nas dependências da instituição e diretrizes para a prevenção de COVID-19.

Nessa seção também são divulgadas informações a respeito de recursos de aprendizagem *on-line*, que ajudam os alunos em pesquisas com fontes primárias. Esses recursos incluem registros originais e material sobre uma diversa gama de assuntos. De acordo com NAA (2022, *on-line*), esses recursos são dispostos da seguinte forma:

<sup>3</sup> O programa Parliament and Civics Education Rebate (PACER) é uma iniciativa do governo australiano que fornece assistência financeira para apoiar o aprendizado dos alunos sobre instituições nacionais democráticas, históricas e culturais em Canberra. Todas as instituições aprovadas pelo PACER oferecem programas educacionais que se alinham diretamente ao Currículo Australiano. (PACER, 2022)



**Registros** – cada registro se concentra em um único item da coleção do Arquivo Nacional. Os itens incluem documentos originais, fotografias e material audiovisual. Alguns registros contêm informações extras para ajudar na interpretação.

**Temas** – os registros são categorizados em temas como *os primeiros australianos* ou ciência e tecnologia. Um registro pode estar relacionado a mais de um tema.

**Tópicos** – é uma coleção de registros com perguntas de interpretação e investigação. Cada tópico está alinhado ao Currículo Australiano e se concentra em um aspecto da história australiana. O último espaço sobre iniciativas educativas do NAA apresenta a possibilidade de os alunos representarem as suas escolas, a partir de criatividade e habilidades de pesquisa, em concursos e programas sobre a história australiana, promovidos pela instituição, são elas:

**Concurso de Prêmio Simpson** - o Prêmio Simpson é uma competição nacional entre alunos do 9º e 10º ano e se concentra no serviço dos australianos na Primeira Guerra Mundial. São premiados um vencedor e um vice-campeão de cada Estado e Território com um programa de três dias em Camberra, capital do país. Os alunos vencedores também viajarão para os principais locais históricos e comemorativos em toda a Austrália, cujo itinerário final está sujeito à confirmação (devido às restrições do COVID-19). Por oportuno, a título de informação, os vencedores de 2022 já foram divulgados no *site*: <https://www.simpsonprize.org/> (Acesso em: 18 jun. 2022).

**Desafio de História Nacional** - O prêmio da categoria especial do Arquivo Nacional é pela excelência no uso das fontes primárias (registros arquivísticos) do acervo da instituição.

**Convenção Constitucional das Escolas ACT (*Australian Capital Territory*)<sup>4</sup>**– dá aos alunos do 11º ano do ACT a oportunidade de explorar questões constitucionais contemporâneas.

Por outro lado, não foi identificada uma seção específica sobre ações educativas nos sítios eletrônicos dos Arquivos Nacionais do Canadá e Brasil. Contudo, foi possível localizar itens relacionados aos atos educativos para a difusão dos arquivos. No Canadá não há um Arquivo Nacional isolado, mas uma instituição que trata de arquivos e bibliotecas, a *Library and Archives Canada* (LAC).

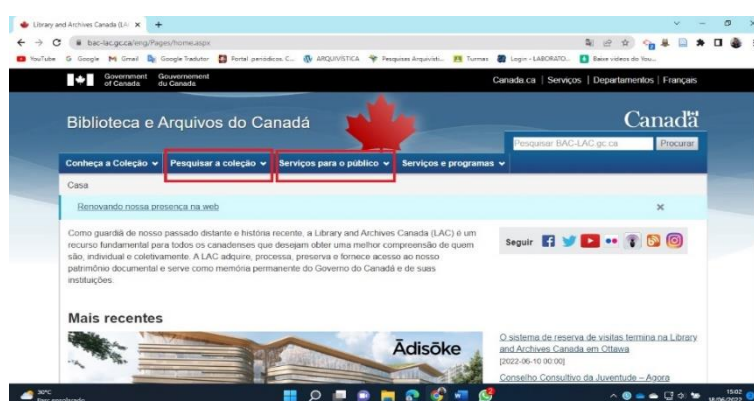
---

<sup>4</sup> A Assembleia Legislativa do Território da Capital Australiana (*Australian Capital Territory* - ACT), o parlamento da capital do país, foi criada após o governo autônomo, em 1989. Ela desempenha funções em nível territorial e local e toma decisões que afetam a vida daqueles que vivem e trabalham na ACT. (LEGISLATIVE ASSEMBLY FOR THE AUSTRALIAN CAPITAL TERRITORY, 2022).



No que se refere às ações educativas, no menu da página inicial há dois itens que se relacionam aos recursos para essas ações, são eles (ver Figura 4): **1) Pesquisar a coleção**, que abre uma caixa de seleção com os hipertextos: Pesquisa de coleção, Pesquisa de ancestrais, Pesquisa na biblioteca, Genealogia e história familiar, Herança militar, Censos e Recursos de pesquisa, que remetem a outras páginas com as devidas informações; e **2) Serviços para o público**, cujo item Visite-nos está relacionado ao assunto de interesse da pesquisa.

**Figura 4** – Página inicial da Biblioteca e Arquivos do Canadá



Fonte: *Library and Archives Canada – LAC* (2022)

Nos itens destacados encontram-se coleções digitais, exposições virtuais, banco de dados de referência e o portal ARCHIVESCANADA.ca, que possui acervo com mais de 800 arquivos de todo o Canadá, anteriormente conhecido como *Canadian Archival Information Network* – (CAIN) (LAC, 2002). Ressalta-se que este portal de descrição arquivística foi criado no *software AtoM (Access to Memory)*<sup>5</sup>.

No item Visite-nos são divulgadas as condições para visitar os escritórios da LAC, situados nas seguintes localidades: Ottawa (sede do LAC), Halifax, Winnipeg e Vancouver. Além disso, na página inicial da LAC, duas chamadas de iniciativas ligadas à educação para estudantes e jovens estão em destaque. Uma delas é a chamada pública para inscrições ao Conselho Consultivo da Juventude - *Youth Advisory Council* (YAC), que consiste em um conselho composto por 12 estudantes e jovens profissionais de 16 a 25 anos, de todo o

<sup>5</sup> Trata-se de uma aplicação *open source*, de plataforma *web*, para descrições arquivísticas baseadas em padrões e acesso em vários idiomas; um ambiente para múltiplas instituições arquivísticas, desenvolvido no Canadá e que se tornou mundialmente conhecido devido à recomendação pelo Conselho Internacional de Arquivos.

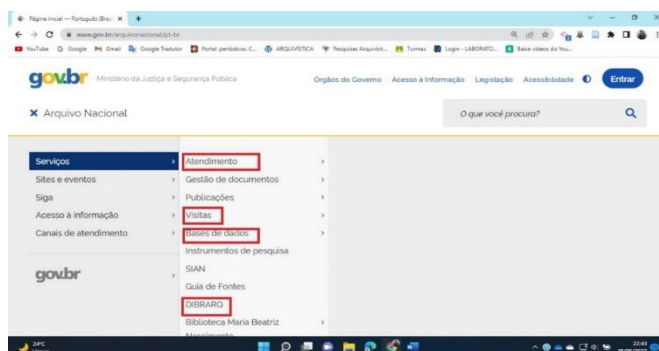
Canadá, que ajudarão a transformar os serviços públicos da LAC entre os anos de 2022 e 2023.

Os membros selecionados para o conselho deverão participar de reuniões virtuais mensais, de setembro de 2022 a abril de 2023; dedicar até 14 horas por mês para concluir tarefas, como: fazer pesquisas, escrever textos e promover a LAC nas mídias sociais; co-desenvolver 1-2 projetos piloto com a equipe da LAC; e desenvolver recomendações sobre as interações com o público por meio de comunicações, programação e serviços. Como incentivo, assim que as atribuições referentes ao mês forem concluídas, será paga uma taxa mensal fixa de US\$ 225, e o valor máximo do contrato pode chegar a um total de US\$ 1.800. (LIBRARY AND ARCHIVES CANADA, 2022).

A segunda ação diz respeito à chamada para inscrição da bolsa *Walter Charles Price* e *Adis Florence Mary McIntosh* até 20 de setembro de 2022. Essa bolsa é um incentivo para ampliar o interesse da sociedade com o patrimônio documental do Canadá, oferecendo uma ajuda financeira para apoiar o avanço e a inclusão de minorias visíveis, povos indígenas (Primeiras nações, nação Inuit e Métis) e pessoas com deficiências. Esta bolsa destina-se apenas à profissão de patrimônio documental e incentiva os alunos a se inscreverem para estudos que levam a carreiras em bibliotecas ou arquivos. (LIBRARY AND ARCHIVES CANADA, 2022).

Para concluir as descrições sobre ações educativas de Arquivos Nacionais, relatamos a situação do Arquivo Nacional do Brasil, fundado em 2 de janeiro de 1838, na cidade do Rio de Janeiro. No respectivo sítio eletrônico, como mencionado anteriormente, não há um espaço exclusivo para tratar dessas questões. No menu da página principal, a partir de Serviços, localizam-se itens hipertextuais que remetem a recursos de educação patrimonial com documentos, tais como Atendimento, Visitas, Bases de Dados e DIBRARQ (ver Figura 5).


**Figura 5** – Página principal do Arquivo Nacional do Brasil



Fonte: Arquivo Nacional (2022)

*Archeion Online, João Pessoa, v.10, n.2, p.4-24, jul./dez. 2022*

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2022v10n2.63932

ISSN 2318-6186. Licença 

Na seção de Atendimento estão dispostas as informações sobre atendimento ao usuário e é possível solicitar buscas aos documentos custodiados pelo Arquivo Nacional e, se for o caso, solicitar serviços de reprodução de documentos, certidões, transcrição de documentos etc. Também são disponibilizadas informações sobre o atendimento presencial de consulta aos acervos custodiados pela sede, no Rio de Janeiro, e pela Coordenação Regional no Distrito Federal. (ARQUIVO NACIONAL, 2022).

No que se refere às visitas, são divulgadas as seguintes informações:

**Visitas culturais** - visitas guiadas ao conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e às exposições.

**Visitas educativas** - esse programa foi planejado para desenvolver, junto a crianças e jovens, a familiaridade com o Arquivo Nacional e seu acervo, com a oferta de: contação de histórias e atividades lúdicas (para o público infantil e pré-escolar), em que são selecionadas histórias com temas de memória, cidadania e cultura brasileira, sendo permitidos grupos de até 20 crianças, acompanhadas de responsáveis. Ainda no programa de visitas educativas, são desenvolvidas visitas guiadas às exposições: para escolas, jovens aprendizes, ONGs que trabalham com jovens e grupos de terceira idade. A partir das exposições e atividades interativas planejadas, o visitante terá oportunidade de conhecer o AN e seu acervo. Também estão disponíveis visitas guiadas à sede histórica no Rio de Janeiro, onde as crianças e jovens conhecem o conjunto arquitetônico neoclássico tombado do Arquivo Nacional.

**Visitas técnicas** - direcionada para estudantes universitários, além de profissionais de arquivos e instituições congêneres. Os visitantes são apresentados, conforme seu interesse, às áreas de funcionamento de um arquivo: processamento técnico, preservação, acesso e difusão.

**Visita interativa** – *tour* 3d nas dependências do Arquivo Nacional, disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/visitas/visita-interativa> (Acesso em 18 jun. 2022)

Sobre as bases de dados, destaca-se o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), uma ferramenta de consulta disponível na internet que armazena informações e documentos digitalizados sobre diversos órgãos da estrutura administrativa brasileira, desde o período colonial até os dias atuais. Além disso, sobre recursos de pesquisa, o Arquivo Nacional disponibiliza uma plataforma *web ATom* de descrição arquivística, o

Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ), apresentando-se como uma oportunidade especial para reunir instituições e pessoas que guardam e promovem o acesso aos documentos que custodiam (ARQUIVO NACIONAL, 2022).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa, destacam-se as seguintes ações educativas publicizadas por cada um dos Arquivos Nacionais investigados:

- *Archives Nationales* (França) – oferta de visitas e oficinas educativas presenciais que apoiam professores de diferentes disciplinas (história, literatura, ciências, línguas modernas, artes) em seus projetos educacionais, assim como os treinamentos para professores promovidos pelo Arquivo. Além disso, disponibiliza recursos *on-line*, como arquivos e publicações que se destinam a auxiliar professores na preparação de aulas e concursos sobre temáticas históricas da França e acesso a dossiês de documentos digitalizados, com a finalidade de realizar atividades didáticas.
- *National Archives and Records Administration* - NARA (Estados Unidos da América - EUA) – promove projetos educacionais temáticos, ensino à distância para alunos e educadores, disponibiliza atividades didáticas, inclusive sobre genealogia, treinamentos para professores, visitas presenciais, acesso a fontes documentais primárias de forma digitalizada, concursos para os alunos estudarem e aprenderem sobre questões históricas, ideias, pessoas e eventos dos EUA, podendo encontrar os documentos custodiados pelo NARA de forma física e *on-line*, e desenvolvimento de *blog* para a difusão em meio digital sobre novas ferramentas de ensino, planos de aula, viagens de campo, desenvolvimento profissional e fontes primárias.
- *National Archives of Australia* – NAA (Austrália) – promove visitas escolares presenciais e disponibiliza recursos de aprendizagem de forma *on-line*, auxiliando os alunos nas pesquisas com fontes primárias, além de organizar competições e programas especiais, com assistência financeira para viagens e aprendizagem sobre temáticas nacionais.
- *Library and Archives Canada* – LAC (Canadá) – disponibiliza acervos digitalizados e bases de dados, assim como informações sobre visitas presenciais.
- Arquivo Nacional do Brasil – disponibiliza bases de dados para a pesquisa e visitas

na modalidade cultural, para o público em geral, educativa, para crianças e técnica, para profissionais de informação, além de visita virtual às instalações do Arquivo.

Diante disso, infere-se que há uma interação e colaboração maior entre escola-arquivo nas práticas e ações educativas promovidas pelos Arquivos Nacionais franceses e estadunidenses, com o desenvolvimento de programas de capacitação de professores para o uso de arquivos históricos como recursos didático-pedagógicos de ensino.

Cumpre-se o objetivo da presente pesquisa em descrever ações educativas, difundidas em mídias digitais por Arquivos Nacionais de países com correntes teóricas arquivísticas influentes e do Brasil. Salienta-se que a pesquisa se limitou a descrever, única e exclusivamente, ações educativas disponibilizadas nos sítios eletrônicos de cada Arquivo Nacional, sem estabelecer contato com os responsáveis por sua divulgação ou questionar as estratégias de comunicação e a existência de outras ações que não foram divulgadas.

Outrossim, delimita-se que a pesquisa não teve intenção de estabelecer comparações entre os Arquivos estudados, haja vista que tal ação seria inviável em virtude das diferentes realidades em que cada Arquivo Nacional está inserido, principalmente em relação a recursos financeiros, infraestrutura predial e tecnologia da informação, bem como recursos humanos e outros fatores que influenciam no desenvolvimento de programas educativos com patrimônio documental.

Como sugestões de pesquisas futuras, evidencia-se que outros Arquivos Nacionais são fontes de análises para identificação de outras formas de ações educativas, que podem ser perfeitamente desenvolvidas pelas demais instituições arquivísticas, inclusive as que foram objeto dessa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARCHIVES NATIONALES (France). **Archives Nationales**, Pierrefitte-sur-Seine, 2022.

Disponível em: [https://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/fr\\_FR/web/guest/home](https://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/fr_FR/web/guest/home). Acesso em: 16 jun. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. **Arquivos do Brasil: Memória do Mundo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **O que é o Programa Memória do Mundo?** Ascom – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 22 maio 2017. Disponível em:

[https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/copy\\_of\\_noticias/o-que-e-o-programa-memoria-do-mundo](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/o-que-e-o-programa-memoria-do-mundo). Acesso em: 14 jun. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>. Acesso em: 18 jun. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio\\_de\\_terminologia\\_arquivistica.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf). Acesso em 31 out. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, v. 21, n.1, p. 55-61, 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. **Etimologia de Patrimônio**. Dicionário Etimológico: etimologia e origem das palavras, 7Graus, Matosinhos. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/patrimonio/>. Acesso em: 08 jul. 2022.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

LEGISLATIVE ASSEMBLY FOR THE AUSTRALIAN CAPITAL TERRITORY (Australia). **Legislative Assembly for the Australian Capital Territory**, Canberra, 2022. Disponível em: <https://www.parliament.act.gov.au/function/tru/about-us>. Acesso em: 18 jun. 2022.

LIBRARY AND ARCHIVES CANADA – LCA (Canada). **Library and Archives Canada**, Cité Boulevard Gatineau, 2022. Disponível em: <https://www.bac-lac.gc.ca/eng/Pages/home.aspx>. Acesso em: 18 jun. 2022.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION – NARA (USA). **National Archives**, College Park, 2022. Disponível em: <https://www.archives.gov/>. Acesso em 17 jun. 2022.

NATIONAL ARCHIVES of AUSTRALIA – NAA (Australia). **National Archives of Australia**, Parkes, 2022. Disponível em: <https://www.naa.gov.au/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

ORIGEM DA PALAVRA. **Documento**. Origem da palavra, [S.l.], 2022. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/pergunta/significado-etimologico-das-palavras-documento-e-movimento/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, México, v. 20, n. 58, sep./dic., p. 31-58, 2013.

PARLIAMENT AND CIVICS EDUCATION REBATE - PACER (Australia). **PACER**, Southport, 2022. Disponível em: <https://www.pacer.org.au/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores José Augusto de Souza Peres et al. 3. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, William Eduardo Righini.; CRIPPA, Giulia. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **Transinformação**, v. 21, n. 3, p. 207-223, 2009.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006.

THIESEN, Icléia. **Memória Institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

VERGARA, Sylvia Helena Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.



## SIGILO DE DOCUMENTOS DIGITALIZADOS: ANÁLISE DE UMA CHARLA BIBLIO-ARQUIVÍSTICA<sup>1</sup>

### CONFIDENTIALITY OF SCANNED DOCUMENTS: ANALYSIS OF A BIBLIO-ARCHIVAL CHART

Rojeane de Araújo Lima\*  
Rosilene Agapito da Silva Llarena\*\*

#### RESUMO

Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa baseada em uma *charla* biblio-arquivística sobre a relação entre digitalização de documentos e sigilo documental. Objetivou descrever sobre os fundamentos dos documentos digitalizados e sigilo documental enfatizando uma discussão conceitual e histórico-filosófica; analisar a descrição de uma conversa informal (*charla* em Castellano) junto ao professor Pablo Soledade de Almeida Santos; mapear a legislação vigente sobre sigilo documental atribuídos pelo CONARq; verificar a legislação sobre sigilo voltada para os documentos digitalizados; analisar os princípios e parâmetros acerca do sigilo das informações contidos em documentos digitalizados de acordo com as legislações vigentes e, por fim, descrever, a partir das reflexões do professor Pablo Soledade de Almeida Santos, os princípios de aplicabilidade do sigilo das informações para os documentos digitalizados tendo como foco proteção de dados e níveis de acesso. Se caracteriza como pesquisa qualitativa-básica e descritiva, norteada pelo método quadripolar. Resulta na constatação de que está ocorrendo adesão crescente ao suporte documental digitalizado fazendo-se necessária a exigência de legislação específica a este tipo de documento no que tange ao sigilo. Conclui que, embora tenha compilado alguns subsídios para posterior aprofundamento do tema, não existe uma normativa específica que trate da aplicabilidade do sigilo documental aos documentos digitalizados. Essa tipologia se beneficia de legislação existente sobre sigilo para quaisquer outros tipos de documentos.

**Palavras-chave:** digitalização; sigilo documental; legislação; documentos digitalizados.

#### ABSTRACT

This article presents the result of research based on a bibliographical *charla* about the relationship between digitization of documents and document secrecy. It aimed to describe the fundamentals of digitized documents and document secrecy, emphasizing a conceptual and historical-philosophical discussion; analyze the description of an informal conversation (*chat* in Castellano) with professor Pablo Soledade de Almeida Santos; map the current legislation on document secrecy assigned by CONARq; check the legislation on secrecy related to digitized documents; to analyze the principles and parameters regarding the secrecy of information contained in digitized documents in accordance with current legislation and, finally, to describe, based on the reflections of Professor Pablo Soledade de Almeida Santos, the principles of applicability of secrecy of information to documents digitized with a focus on data protection and access levels. It is characterized as qualitative-basic and descriptive research, guided by the quadripolar method. It results in the finding that there is a growing adherence to digitized document support, making it

<sup>1</sup> Artigo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso da discente Rojeane de Araújo Lima, defendido em dezembro de 2022, no âmbito do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, cuja orientação foi da Professora Doutora Rosilene Agapito da Silva Llarena.

\*Graduada em Arquivologia / Fundação Universidade Federal de Rondônia. E-mail: rojean0308@gmail.com

\*\*Profa. Dra. do curso de Biblioteconomia da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Qualificação. E-mail: rosilenea.llarena@unir.br

necessary to demand specific legislation for this type of document with regard to secrecy. It concludes that, although it has compiled some subsidies for further deepening of the subject, there is no specific regulation that deals with the applicability of document secrecy to digitized documents. This typology benefits from existing legislation on secrecy for any other types of documents.

**Keywords:** digitization; documental secrecy; legislation; digitalized documents.

Submetido em: 06 de dezembro de 2022

Aceito em: 20 de dezembro de 2022

## 1 INTRODUÇÃO

Em um cenário em que a informação é fundamental para a tomada de decisão nas organizações e que se torna um instrumento de poder, investigar acerca do sigilo documental torna-se relevante à Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Ciências da Informação e áreas afins, uma vez que têm em comum a informação como objeto de pesquisa, sendo ela mola propulsora de desenvolvimento e poder.

As informações contidas nos documentos de arquivo, nos documentos bibliográficos, museológicos e outros tipos de documentos recebem tratamento de seleção, classificação, organização, para utilização e compartilhamento por meio de metodologias distintas para fins distintos. Possuem suportes e formatos diferenciados e, entre eles os digitalizados que necessitam atenção frente aos processos técnicos de tratamento, organização e gestão das instituições bibliotecárias, arquivísticas, museais dentre outras, assim como nos processos de segurança e sigilo.

Devido à exigência crescente de técnicas junto aos meios digitais que atendam, da melhor maneira, aos processos informacionais as unidades de informação estão 'numa corrida' pelo entendimento e aplicabilidade da tecnologia a fim de assegurar acesso rápido e seguro às informações, incluindo a necessidade do sigilo.

Assim, considerando que a Lei de Acesso à Informação (LAI) traz como regra a publicidade, a recuperação, o tratamento, o armazenamento, a difusão, a proteção de dados e informações contidos nos documentos e a condição torná-los acessíveis, é essencial para as sociedades contemporâneas refletirem sobre o sigilo das informações em documentos de formatos distintos, uma vez que a informação possui diferentes significados, funções, aplicabilidades e valores.

Nessa perspectiva, nas quais as novas tecnologias imperam em virtude dos avanços que acontecem rapidamente e de forma significativa, é imprescindível assegurar que não haja mau uso de informação e divulgação de dados. Desse modo, as informações contidas nos documentos digitais e natos digitais precisam atender medidas de segurança relacionadas aos princípios de confiabilidade, integridade, autenticidade e inviolabilidade, conforme Decreto nº. 7.845, de 14 novembro de 2012 (BRASIL, 2012), em seu Art. 2º, inciso XII, quando ressalta a necessidade de que sejam atingidos os objetivos quanto ao grau e natureza do sigilo da informação.

De qualquer forma, independentemente, da área de atuação e do mercado no qual estejam inseridas as organizações, se faz necessário proteger as informações e seus arquivos tanto físicos quanto digitais. Portanto, é primordial que se tenha conhecimento dos meios empregados para a digitalização de uma área que engloba dados pessoais e dados sensíveis, e o modo como são protegidos os documentos e informações.

Por esse motivo, a inovação constante no campo de criação de *softwares* e aplicativos ou ferramentas que são usados para gerar documentos em diversificadas áreas e instituições, tem proporcionado dinamismo para a produção e tramitação de documentos, além de auxiliar na guarda, recuperação e, possivelmente, na preservação das informações. É nesse sentido que

Os dispositivos de captura, bem como as estações de trabalho e toda a infraestrutura de TIC, necessitam de um software de captura e digitalização para otimizar, controlar e monitorar todo o processo de digitalização, para garantir e produzir os resultados desejados. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2022, p.14).

Todos esses fatos despertaram o interesse em aprofundar a maneira pela qual o sigilo ou a Lei de Sigilo são aplicados aos documentos digitalizados e natos digitais, a partir de uma *charla* com um dos maiores estudiosos no Brasil voltada aos documentos digitalizados e o sigilo das informações neles contidas. Esse profissional é o professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pablo Soledade Almeida Santos.

Tendo em vista as considerações expostas, se perguntou sobre a maneira pela qual estão estabelecidos os parâmetros para a digitalização dos documentos arquivísticos quanto ao sigilo de suas informações, proteção de dados e níveis de acesso.

Além disso, a pesquisa objetivou descrever os princípios de aplicabilidade do sigilo das informações para os documentos digitalizados tendo como foco proteção de dados e

níveis de acesso; descrever sobre os fundamentos dos documentos digitalizados e sigilo, enfatizando uma discussão conceitual, histórica e filosófica; estabelecer uma conversa informal, sem parâmetros formais, com o professor Pablo Soledade de Almeida Santos; mapear a legislação vigente sobre sigilo atribuídos pelo CONARq enquanto órgão que estabelece as normativas para os documentos de arquivo; verificar legislação sobre sigilo voltada para documentos digitais; analisar os princípios e parâmetros acerca do sigilo das informações contidos em documentos digitalizados de acordo com as legislações vigentes; e analisar, a partir das legislações vigentes e informações obtidas a partir do estudo bibliográfico e dos princípios da Biblioteconomia e Arquivologia, os ditos da *charla* com o professor Pablo Soledade de Almeida Santos.

## 2 METODOLOGIA

A investigação se caracterizou, da seguinte maneira:

- a) **Do ponto de vista de sua natureza**, considera-se como básica e qualitativa. Básica porque objetivou gerar conhecimentos novos para avanço da temática trabalhada para ciência biblioteconômica sem aplicação prática prevista. Buscou focar nas teorias já existentes sobre documentos digitalizados e sigilo e a relação entre eles a fim de compreender os fenômenos a eles referentes. A pesquisa básica é meramente teórica e, por esse motivo, escolhemos aplicar os procedimentos do método quadripolar, como uma prática metodológica subsidiada por diretrizes orientadoras ou um modelo paradigmático fundamental para perceber a originalidade e importância de um estudo e objeto teóricos, exigindo interpretações dos vários polos que seus autores sugeriram. Proposto por Bruyne, Herman e Schotheete em 1974, por meio da construção de quatro polos fundamentais para um estudo teórico (epistemológico, teórico, técnico e morfológico), o método quadripolar decorre do pensamento pós-positivista, sistêmico e construtivista construindo uma visão holística com base filosófica acerca do aplicável ao objeto de estudo advindo do somatório de suas partes formando um todo teórico baseado em fenômenos e suas relações e interações. É o que se pretendeu com a *charla* citada. Nesse sentido, é importante salientar que no método quadripolar, as discussões referentes à cientificidade deste campo vão além do estabelecimento das suas fronteiras e definição do objeto científico, visto que sugere também um método ajustado às

características do fenômeno informação com ênfase na sua componente qualitativa, como é próprio das ciências sociais (SILVA; MENEZES, 2002). Em relação aos polos, Silva (2006, p. 154- 155) nos diz que:

[...] No **polo epistemológico**, opera-se a permanente construção do objeto científico e a definição dos limites da problemática de investigação, dando-se uma constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade que orientam todo o processo de investigação; no **polo teórico**, centra-se a racionalidade do sujeito que conhece e aborda o objeto, bem como a postulação de leis, a formulação de hipóteses, teorias e conceitos operatórios e consequente confirmação ou informação do problema elaborado; no **polo técnico**, consuma-se, por via instrumental, o contacto com a realidade objetivada, aferindo-se a capacidade de validação do dispositivo metodológico, sendo aqui que se desenvolvem operações cruciais como a observação de casos e de variáveis e a avaliação retrospectiva e prospectiva, sempre tendo em vista a confirmação ou refutação das leis postuladas, das teorias elaboradas e dos conceitos operatórios formulados; no **polo morfológico**, formalizam-se os resultados da investigação levada a cabo, através da representação do objeto em estudo e da exposição de todo o processo de pesquisa e análise que permitiu a construção científica em torno dele. (SILVA, 2006, p. 154-155) (grifos do autor).

A pesquisa é qualitativa na medida que buscou, por meio de uma *charla*, elementos que pudessem descrever a relação entre o sigilo e os documentos digitalizados, estabelecendo relação intrínseca entre o objeto estudado, seu universo e o pesquisador (GIL, 2002).

b) **Do ponto de vista dos objetivos da investigação** foi uma pesquisa, à princípio, exploratória, pois buscou a familiaridade com o tema por meio da construção de um problema significativo e o levantamento teórico que embasou dois polos do método quadripolar aplicado. Depois se caracterizou como descritiva, pois visou descrever um fato – a *charla* – entre dois sujeitos: a investigadora e o professor Pablo Soledade, como é comumente conhecido. Além disso, buscou descrever as normativas e legislações mapeadas nos *sites* do Governo Federal, para que se pudesse refletir e responder às questões de investigação. Se caracterizou como pesquisa documental embasados em documentos primários. De fato, essa pesquisa tem apenas dois sujeitos sendo o segundo (Pablo Soledade) e o primeiro (a pesquisadora) e um único universo: a citada *charla*. Por meio dela pudemos perceber os pontos de vista de um estudioso na área sobre temática dessa investigação.

- c) De acordo com os **procedimentos técnicos** essa pesquisa se caracterizou por dois vieses: a) pesquisa teórico-bibliográfica a partir do material já publicado sobre a temática e do desbravamento em busca desse material em suportes distintos de informação; b) pesquisa participante desenvolvida pela interação entre o pesquisador e o sujeito principal.

A partir dessa caracterização, a investigação foi embasada pelo método quadripolar que potencializa, enquanto procedimento a caracterização da pesquisa. Nessa investigação, o polo epistemológico se pautou na construção do objeto científico, definição da problemática de investigação viabilizando os parâmetros discursivos e a identificação dos paradigmas e critérios de cientificidade que orientaram a pesquisa por meio do estudo bibliográfico. Esse estudo bibliográfico foi realizado entre os semestres letivos de 2021.2 e 2022.1, por meio de pesquisa simples na World Wide Web (WWW) através de buscas pelos termos: 'Arquivo', 'Arquivologia', 'Arquivologia' e 'Biblioteconomia', 'Contribuições da Biblioteconomia para a Arquivologia', 'Documentos', 'Documentos Sigilosos', 'Lei de Sigilo', 'Documentos Digitalizados', 'Sigilo' e 'Documentos Digitalizados'. Não foram utilizados os indicadores booleanos porque se decidiu pela pesquisa simples e se tinha a intenção de perceber na *web* quais os documentos recuperados, segundo critérios da própria *web*.

A partir disso se selecionou o material que comporia o estudo bibliográfico utilizando os seguintes critérios: a) Para a temática sobre documentos digitalizados incluíram-se os textos de Pablo Soledade e de alguns autores citados por ele; b) para a temática do sigilo e para o levantamento de algumas legislações sobre ele procurou-se nos *sites* do Governo Federal; c) para a relação entre Biblioteconomia, Arquivologia e os termos importantes que advém dessa relação como documentos, arquivo etc. decidiu-se pela escolha livre com base naquilo que tínhamos como conhecimento prévio sobre os assuntos. Nesse sentido, selecionou-se os autores que convergiam com a linha do estudo. Só então, passou-se ao polo teórico que se pautou na postulação de leis e normativas, formulação das hipóteses, articulação dos quadros de referências. A partir das leituras somadas ao mapeamento dos documentos disponíveis nos *sites* do Governo Federal voltado às legislações e normativas sobre sigilo e aos materiais selecionados por busca simples na *internet*, se construiu um quadro teórico-conceitual sobre os elementos da temática, descrito no referencial teórico. A definição desse polo se deu também entre os semestres 2021.2 e 2022.1.

O polo técnico da investigação descreveu todo o processo de coleta, organização e tratamento dos dados de investigação aferindo-se às reflexões dos autores de base escolhidos para esta investigação e todos os outros materiais investigados. É importante salientar que, tudo o que foi construído está fundamentado, principalmente, no Decreto nº. 10,275 de 18 de março de 2020, na Lei nº. 12.682, de 9 de julho de 2012.; LAI, ABNT 1013, Resolução nº. 48 do CONARq e nos estudos dos autores Pablo Soledade Almeida dos Santos, Marilena Leite Paes, Heloisa Salvatti Bellotto e com informações de sites e artigos científicos.

Nesse sentido, o quadro 1, de referências abaixo retrata as discussões teóricas do polo teórico:

**Quadro 1-** Referências de embasamento das discussões teóricas da pesquisa

<b>AUTOR</b>	<b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>ARTIGO/LIVRO</b>
Marilena Leite PAES	2004	Arquivo e teoria
Helôisa Salvatti BELLOTTO	2012	O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista*
Helôisa Salvatti BELLOTTO	2004	O arquivista na sociedade contemporânea
Pablo Soledade Almeida SANTOS	2018	Digitalização de documentos: soluções de qualidade para arquivos, bibliotecas e museus
Pablo Soledade Almeida SANTOS	2019	Digitalização de documentos, direitos digitais e garantia de projetos de qualidade: modelo de produtividade
Carlos Alberto Ávila ARAÚJO	2016	Ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia: relações institucionais e teóricas
Márcio da Silva FINAMOR	2016	Bibliotecário e arquivista: contribuições estratégicas nas organizações

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2022

O quarto e último polo foi o morfológico que formalizou os resultados da investigação e apresentou elementos que se consideraram, neste trabalho, essenciais tanto para o entendimento da relação entre Biblioteconomia e Arquivologia – sendo a primeira em contribuição à segunda – como para as reflexões sobre o sigilo voltado aos documentos digitalizados, inclusive os documentos de bibliotecas.

### **3 BIBLIOTECONOMIA PARA A ARQUIVOLOGIA: OLHAR PARA OS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS E DIGITAIS**

A Biblioteconomia nos permite atuar em diversas áreas do conhecimento e em diferentes unidades de informação, tendo a informação como objeto de trabalho do



bibliotecário. Dentre o trabalho do bibliotecário está o de digitalização para mudança de suporte da informação, que também é realizado nos arquivos e em outras unidades de informação. É nesse sentido que abordaremos sobre as informações digitalizadas relacionadas ao processo de sigilo de documentos.

Para melhor compreensão do tema abordado – sigilo de documentos digitalizados –, serão explanados tópicos relevantes para o entendimento do que seja sigilo documental e digitalização embasados em legislações, artigos e na literatura pertinente a este conteúdo.

Tendo como ferramenta principal a informação, a Biblioteconomia e a Arquivologia buscam disseminar e tratar a informação, ou seja, organizá-la para que chegue as pessoas em diferentes áreas de interesse e a diversificados níveis socio intelectual assim, gerando conhecimento.

Como áreas irmãs da Ciência da Informação a Biblioteconomia e a Arquivologia compartilham características interdisciplinar, porém, com práticas diferentes como podemos observar no quadro de Finamor (2016, p. 07).

**Quadro 2 – Características da Biblioteconomia e Arquivologia**

Elementos	Biblioteconomia	Arquivologia
<b>Domínios</b>	<b>Relacionados aos campos de assuntos, (comunidades discursivas)</b>	<b>Relacionados aos campos de assuntos, (comunidades discursivas)</b>
<b>Tipo de Informação (materializada, institucionalizada e socializada)</b>	<b>Documentos de conteúdos variados e com objetivos culturais técnicos, científicos entre outros</b>	<b>Documentos orgânicos, com objetivos administrativos, além de cultural</b>
<b>Processos (organização da informação)</b>	<b>Catálogo; Classificação; Indexação; Condensação</b>	<b>Descrição Arquivística; Classificação Arquivística</b>
<b>Instrumentos (organização do conhecimento)</b>	<b>Sistemas de Classificação; Lista de cabeçalhos de assunto; Taxonomia; Tesouros; Ontologias</b>	<b>Classificações</b>
<b>Produtos gerados</b>	<b>Notações classificatórias; Cabeçalhos de assunto; Índices; Resumos</b>	<b>Guias; Inventários; Catálogos; Índices; Tabelas de equivalência; Estruturas classificatórias</b>

Fonte: FINAMOR (2016, p. 234, 235).

Para ARAÚJO (2011 p.17) a Biblioteconomia e a Arquivologia continuam se desenvolvendo por meio de áreas que vêm ganhando espaço devido ao leque de possibilidades proporcionado pela necessidade informacional dos usuários.

As tendências contemporâneas em Arquivologia, Biblioteconomia [...] buscam construir conhecimentos incorporando os avanços obtidos pelas teorias e pelos estudos desenvolvidos ao longo do século. Assim, em Biblioteconomia realizam-se atualmente estudos sobre Mediação Bibliotecária, sobre Competência Informacional e sobre as Bibliotecas Digitais. No campo da Arquivologia, destacam-se a Arquivística Integrada originada no Canadá, os estudos sobre arquivos como construções sociais e também sobre os arquivos pessoais. (ARAÚJO, 2011, p. 17).

A Biblioteconomia e Arquivologia trabalham lado a lado para a construção e desenvolvimento da informação, de modo que os documentos possam ser protegidos a fim de sua preservação, assim como, para facilitar a consulta de informação.

Para tanto, o processo de digitalização de documentos atualmente responde a critérios e técnicas estabelecidos pelo Decreto nº. 10.278, de 18 de março de 2020 (BRASIL, 2020). Em seu Art. 4º, o Decreto estabelece os procedimentos e as tecnologias utilizadas na digitalização de documentos físicos. Esses procedimentos abrangem a integridade e a confiabilidade do documento digitalizado para que haja a rastreabilidade e a auditabilidade empregados, por meio de padrões técnicos de digitalização, que garantam a qualidade da imagem, sua confidencialidade, quando aplicável, e que a interoperabilidade entre sistemas informatizados seja estabelecida.

Acontece que, na prática, de acordo com Paes (2004), está ocorrendo atualmente, nas unidades de informação, mudança de suporte documental, do papel para o digital, “o zero *paper*”, sem o devido cuidado acerca dos parâmetros elencados no Decreto nº. 10.278, de 18 de março de 2020, haja vista que por falta de conhecimento as organizações estão apenas escaneando os documentos, quando acreditam que estão digitalizando.

Sobre esse aspecto, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARq) (2012, p. 4) ressalta que, “[...] os documentos arquivísticos digitais apresentam dificuldades adicionais para presunção de autenticidade em razão de serem facilmente duplicados, distribuídos, renomeados, reformulados [...], além de poderem ser alterados e falsificados com facilidade”.

Dessa forma, qualquer *scanner* acoplado a um computador serve como ferramenta para “supostamente digitalizar” os documentos. Por isso, para que os documentos digitais e digitalizados não passem por este processo, a adoção do Decreto nº. 10.278, de 18 de março de 2020 (BRASIL, 2020) estabelece técnicas e requisitos para a digitalização de documento públicos e privados.

Ademais, outros padrões estão sendo exigidos, a exemplo da proteção de dados e informações pessoais e sensíveis preconizados pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (BRASIL, 2018). Essa Lei passou a vigorar no dia 18 de março de 2020 (BRASIL, 2020) elencando uma série de parâmetros para a proteção de dados contidos nos documentos das organizações.

Além disso, o CONARq recomenda o uso de legislações para documentos arquivísticos de forma geral, buscando estabelecer requisitos, técnicas e autenticidade para os documentos em suporte físico e digitais ou natos digitais, tanto na administração pública direta e indireta (autarquias e fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista) ou nas empresas privadas. Destarte, verifica-se que a necessidade de observância aos critérios definidos pelas legislações se faz necessária devido a utilização da informação em diferentes níveis de acesso.

O termo sigilo documental no Brasil passou a ter importância a partir da década de 1940, no período da Guerra Fria a qual reporta-se Antunes (2002, p. 25) “[...] o primeiro regulamento a ter a salvaguarda de assuntos sigilosos.”

Visando proteger e classificar as informações julgadas quanto o sigilo para sua segurança foi o Decreto nº. 27. 583/1949 a primeira normativa oficial a abordar o tema sobre sigilo. Porém, hoje em dia existem várias legislações pertinentes ao assunto de sigilo documental e a que mais se destaca é a lei nº12.527 de 18 de março de 2012, a LAI.

Para cada grau de sigilo documental é respeitado um período até que os documentos passem a ser ostensivos, ou seja, sem restrição. O grau de sigilo é a “[...] gradação de sigilo atribuída a um documento em razão da natureza de seu conteúdo e com o objetivo de limitar sua divulgação a quem tenha necessidade de conhecê-lo” (CUNHA, 2008, p.85).

Segundo (PAES, 2004 p. 29) os documentos são classificados quanto à natureza do assunto em ostensivos e sigilosos. Porém, quanto ao sigilo possui uma subclassificação que é: ultrassecreto, secreto, confidencial e reservado e cada um obedece a um período antes de tornarem se ostensivos.

De acordo com o Lei nº. 12.527 de 18 de novembro 2011, a LAI, o sigilo documental está classificado da seguinte forma:

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. § 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação,

conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos; II - secreta: 15 (quinze) anos; III - reservada: 5 (cinco) anos. (BRASIL, 2011).

O Decreto n.º 7.845, de 14 de novembro de 2012 é outra norma que assegura o sigilo da informação, seu tratamento e classificação quanto ao sigilo no Art. 2º, incisos XI, XII e XVIII e considera sigilo documental.

XII - medidas de segurança - medidas destinadas a garantir sigilo, inviolabilidade, integridade, autenticidade e disponibilidade da informação classificada em qualquer grau de sigilo; XIII - órgão de registro nível 1 - ministério ou órgão de nível equivalente habilitado pelo Núcleo de Segurança e Credenciamento; [...] XVIII - tratamento da informação classificada - conjunto de ações referentes a produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle de informação classificada em qualquer grau de sigilo. (BRASIL, 2012).

Além de estabelecer o grau de classificação do sigilo para os documentos, o Decreto n.º. 7.845 de 14 de novembro de 2012 elenca em seus artigos e incisos orientações de como são realizadas de maneira prática o sigilo de documentos conforme o gênero documental: documentos textuais, cartográficos, iconográficos, informáticos e demais suportes documentais é observado no Art. 25 deste decreto.

Art. 25. A indicação do grau de sigilo em mapas, fotocartas, cartas, fotografias, quaisquer outros tipos de imagens e meios eletrônicos de armazenamento obedecerá aos procedimentos complementares adotados pelos órgãos e entidades. (BRASIL, 2012).

Com o advento das novas tecnologias a digitalização surgiu como ferramenta aliada na otimização do tempo e espaço dos arquivos físicos. Com a digitalização de documentos e acervos é possível ter acesso, a qualquer momento e lugar, aos conteúdos e documentos para melhor domínio na gestão da informação (GI).

Segundo Cunha (2008, p. 108) o processo de digitalização consiste em “1. Processo de codificação ou conversão de informações analógicas em informações digitais. 2. Processo de captação, armazenamento, manipulação, transmissão e recuperação de imagens em formato digital, por meio de escâner”.

Em análise a essas definições conclui-se que ‘digitalizar’ não é apenas mudar o suporte documental. Para que isso aconteça são necessários requisitos previstos em

legislações e normativas para que ocorra uma digitalização de qualidade e que tenha o mesmo efeito legal de um documento analógico ou seja, o que não é digital ou digitalizado.

A mudança do suporte documental requer um tratamento diferenciado e profissionais que zelem pela integridade dos documentos e, ao efetuar o descarte do documento físico, que seja obedecida a tabela de temporariedade do CONARq ou da instituição a qual o documento faz parte.

Os documentos digitalizados possuem o mesmo valor jurídico comprobatório que os documentos em suporte tradicional e os nato digitais (documentos concebidos em formato digital). A assinatura digital é o meio que garante a autenticidade da representação digital do documento equiparando ao meio físico que é seu formato analógico.

De acordo com o Decreto nº 10.275 de 18 de março de 2020,

Art. 5º O documento digitalizado destinado a se equiparar a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato perante pessoa jurídica de direito público interno deverá: I - ser assinado digitalmente com certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, de modo a garantir a autoria da digitalização e a integridade do documento e de seus metadados. (BRASIL, 2020).

A transferência do suporte documental não o faz digital. Antes é preciso que sejam cumpridas as etapas de “[...] recepção, conferência, preparo, captura, indexação, inspeção, controle de qualidade, remontagem e devolução de documentos” (SANTOS, 2019 p.1). Não obstante, conforme Decreto nº. 10.275 de 18 de março de 2020, os procedimentos de digitalização devem constar:

Art. 4º Os procedimentos e as tecnologias utilizados na digitalização de documentos físicos devem assegurar: I - a integridade e a confiabilidade do documento digitalizado; II - a rastreabilidade e a auditabilidade dos procedimentos empregados; III - o emprego dos padrões técnicos de digitalização para garantir a qualidade da imagem, da legibilidade e do uso do documento digitalizado; IV - a confidencialidade, quando aplicável; e V - a interoperabilidade entre sistemas informatizados. (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, digitalizar não é apenas por o documento no scanner e reproduzir uma cópia em um formato digital. É preciso atentar para as etapas da digitalização e a preparação do documento que será escaneado, conferir a ele assinatura digital e efetuar a manutenção dos documentos digitalizados, assim como são os demais documentos para que tenha durabilidade e integralidade.

Essas recomendações estão dispostas no item 8.4.3 (Manutenção dos documentos digitalizados) da ABNT 1013 e no “Art. 10 do Decreto nº 10,275 de 18 de março de 2020 e da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012. O armazenamento de documentos digitalizados assegurará: I - a proteção do documento digitalizado contra alteração, destruição e, quando cabível, contra o acesso e a reprodução não autorizados;” que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

Art. 2º- A. Fica autorizado o armazenamento, em meio eletrônico, óptico ou equivalente, de documentos públicos ou privados, compostos por dados ou por imagens, observado o disposto nesta Lei, nas legislações específicas e no regulamento. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019) (Regulamento) § 1º Após a digitalização, constatada a integridade do documento digital nos termos estabelecidos no regulamento, o original poderá ser destruído, ressalvados os documentos de valor histórico, cuja preservação observará o disposto na legislação específica. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019) § 2º O documento digital e a sua reprodução, em qualquer meio, realizada de acordo com o disposto nesta Lei e na legislação específica, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, inclusive para atender ao poder fiscalizatório do Estado. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019).

Os documentos digitalizados por estarem em formato digital, também obedecem aos requisitos quanto ao sigilo conforme orientação da LAI no Art.23 e seus incisos:

Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - Pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - Prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; IV - Oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; V - Prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas; VI - Prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional; VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações. (BRASIL, 2012).

O Parágrafo único do Art. 3º da Lei nº. 12.682 de 9 de julho de 2012, dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos que menciona: “Os meios de armazenamento dos documentos digitais deverão protegê-los de acesso, uso, alteração, reprodução e destruição não autorizados.” Nota-se que há uma preocupação por

parte das legislações em proteger o sigilo e o acesso de documentos nato-digitais e digitalizados.

Até o momento vimos conceitos e definições de documentos digitalizados, documento de arquivo, digitalização, legislações, instruções normativas e sigilo documental porém, na literatura acadêmico-científica ainda não encontramos produções robustas que enfatizem o sigilo de documentos digitalizados.

No Brasil, atualmente, não há como falar em digitalização sem falar do professor Doutor Pablo Soledade de Almeida Santos. Ele é precursor no ramo da digitalização e com grande conhecimento na área Arquivologia. Com vários artigos publicados e dissertação de mestrado, é um ávido pesquisador que vem contribuindo para a divulgação e o conhecimento da digitalização em diversos meios e áreas do conhecimento. Com significativa contribuição para a ciência da informação, Pablo Soledade vem deixando sua marca como colaborador na formação de inúmeras pessoas que se interessam pela Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e nas que almejam ocupar cargo público em entes da administração. Vem prestando consultoria a entidades públicas e privadas na área de arquivos e digitalização.

Atuando há mais de vinte anos na área da Arquivologia e digitalização, Pablo Soledade participa ativamente como palestrante de congressos acadêmicos, *workshops*, e de comissões julgadoras de bancas de trabalhos acadêmicos. Suas pesquisas na área das Ciências Sociais Aplicadas vêm ganhando notório reconhecimento, pois tem contribuído na construção da sociedade científica. Buscando sempre interagir com seus seguidores Pablo Soledade é presente e bastante participante nas redes sociais e de grupos de aplicativos em que faz lives. Há um canal na plataforma *YouTube* onde ministra cursos e faz parcerias com convidados para atualização de conteúdos à medida que vem surgindo e é conhecido como o “Papa da digitalização” por seus seguidores.

Na *charla* para fins dessa investigação, observou, que o tema ‘sigilo de documentos digitalizados’ é “- interessante e intrigante de pesquisar e, ao mesmo tempo, há dificuldade em referencial bibliográfico” (SANTOS, 2022. Trecho da *charla* transcrito no item<sup>2</sup>).

---

<sup>2</sup> A *charla* está disponível na íntegra no endereço eletrônico <https://ri.unir.br/jspui/simple-search?query=ROJEANE+LIMA>).



#### 4 ANÁLISE DA CHARLA

Muitos pontos importantes foram registrados na *charla* com o professor Pablo Soledade. Falou-se sobre preservação dos documentos; sobre prontuários; sobre a Resolução nº. 48 do CONARq, que estabelece diretrizes para digitalização; sobre a ABNT 1013 que trata das orientações para a garantia da qualidade e da confiabilidade do documento digitalizado; sobre a proteção de dados pessoais pela LGPD e guarda de documentos quanto ao tempo que o documento pode ficar arquivado e o valor do documento.

Todos esses assuntos são ligados aos processos de digitalização dos documentos e determinados no Decreto nº. 10.572, de 18 de novembro de 2011 onde são estabelecidos procedimentos e tecnologias para a digitalização de documentos.

Art. 4º Os procedimentos e as tecnologias utilizados na digitalização de documentos físicos devem assegurar: I - a integridade e a confiabilidade do documento digitalizado; II - a rastreabilidade e a auditabilidade dos procedimentos empregados; III - o emprego dos padrões técnicos de digitalização para garantir a qualidade da imagem, da legibilidade e do uso do documento digitalizado; IV - a confidencialidade, quando aplicável; e V - a interoperabilidade entre sistemas informatizados. (BRASIL, 2011).

Quando se fala do sigilo de documentos relacionado aos documentos digitalizados, especificamente, se encontra dificuldade de normativas de sigilo voltadas a esse suporte. Não há preocupação por parte dos legisladores quanto a esse assunto de forma que, ainda não foi aprovada nenhuma lei por parte dos legisladores ou pelo CONARq. É nesse sentido que se pode tirar algumas conclusões sobre a fala de Pablo Soledade. A primeira delas é que, mediante a análise da *charla* se constatou que, a respeito dos documentos digitalizados, “[...] um documento digitalizado tem o mesmo valor que tem o documento analógico tem o digital”. Essa fala de Pablo Soledade está amparada pelo Decreto nº. 10 278 de 18 de março de 2020 que afirma que documento o digitalizado se equipara ao documento físico.

Art. 5º O documento digitalizado destinado a se equiparar a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato perante pessoa jurídica de direito público interno deverá: I - ser assinado digitalmente com certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, de modo a garantir a autoria da digitalização e a integridade do documento e de seus metadados. (BRASIL, 2020).

Dessa forma, segundo o professor Pablo Soledade, o mais importante é a informação, o conteúdo do documento e não seu suporte documental, pois a integridade e a confiabilidade do documento são garantidas.

Além disso, no que tange os “dados sensíveis”, existe um cuidado que deve se levar em consideração na proteção dos dados pessoais, mesmo em documentos digitalizados. Por isso, Pablo Soledade sugere o tarjamento de dados pessoais, mas, possibilitando o acesso a esses documentos. Segundo o professor “- criar critérios, tarjamentos sabe, aquele hachuriados, numa determinada área pra que essas pessoas, elas não tenham acesso à essa informação [...]”.

Esse fato, considerado o segundo elemento de análise que podemos perceber na citada *charla*, revela que há normativas criadas e efetivadas pelo CONARq e as que foram estabelecidas pelo Governo Federal, sobre dados sensíveis e seu compartilhamento. A LAI, a LGPD e o Decreto nº. 7.845. de 14 de novembro de 2012 que regula procedimentos, tratamento de informação quanto ao grau de sigilo. E, embora essas normativas possam ser utilizadas e aplicadas às informações dos documentos digitalizados, elas não estão voltadas, especificamente, para o de sigilo de documentos digitalizados trazendo uma lacuna que será preenchida quando houver uma legislação que contemple sobretudo o sigilo de documentos digitalizados.

Conforme o professor Pablo Soledade menciona em sua fala, as normativas LAI e o Decreto nº. 10. 278 de 18 de março de 2020 oferecem benefícios na digitalização de documentos “- [...]a vantagem de você digitalizar o documento, ampliar o acesso à informação, né? Essa é a principal vantagem: é você dar acesso às pessoas que merecem e que têm direito a ter acesso porque nem todos os documentos, o documento, por exemplo, de um processo, geralmente ele é o ostensivo, né? Ele é um documento que é público e todo mundo pode ter acesso a ele”. Deste modo é garantido o direito à informação de quem dela precise para defender seus direitos, garantias e deveres.

A Lei nº. 12.527 de 18 de novembro de 2011, a LAI, regula o acesso à informação assim, permitido que a informação seja fornecida quem a busque e respeitando o sigilo da informação independente dos entes da administrativa. O acesso à informação é garantido desse modo, é necessário conhecer as vias que leve à informação.

O professor Pablo Soledade fala com propriedade e empolgação sobre digitalização “[...] - o prazo é de 20 anos de guarda independente do suporte de registro a informação se

you digitalized and the final destination of it is disposal, you digitalized the 20-year period. You can even discard the original, but you need to keep the digitalized version for 20 years and you can only discard the original if you have institutional maturity for this". In this statement, the professor affirms that it is important to take into consideration the question of digitalization and the document retention periods.

The professor affirms: "[...] - mission of the librarian mission, the archivist is the one who guarantees access, facilitates access and preserves, right? Éh, and people only preserve to give access to someone, some day, at some moment. Then, it makes sense to preserve something". In this excerpt, the access that Pablo Soledade refers to is the access to information, since to have information is necessary through means such as documents, books, and other means for the acquisition of information.

The librarian and archivist possess aspects and technical skills compatible with each other, since the domain of the librarian is "[...] of documents with varied contents and with cultural objectives and technical objectives, and the archivist's domain is organic documents, with administrative objectives, in addition to cultural and historical research objectives." (FINAMOR 2016, p.234). These professionals need to think and propose norms that work with all the biases of bibliographic and archival documents in their analog and digital archives, and to expand and update the LAI and the Law of Secrecy regarding the gaps within the areas of Bibliology and Archivology.

Both Pablo Soledade and the author of the Course Completion Work (TCC) that resulted in this article, agree that there are still no scientific publications or legislations specific to the digitalization of document retention. These supports only 'stick' to the current legislation that covers other supports. Pablo Soledade affirms that "Éhhh, then, you have a very interesting and very stimulating topic to research and at the same time you have a difficulty in relation to the bibliographic reference", since they also did not find in the framework of this research the development of a topic so specific. Thus, it is concluded, in this investigation that there is no specific legislation on secrecy for digital documents.

Essentially important are the scientific studies that have as their base norms and policies that deal with the distinct aspects of bibliographic and archival documentation, as is the case of the secrecy of digital documents, which at the moment lacks instruction on this topic. Therefore, a

contribuição de bibliotecários e arquivistas atuantes para que essas lacunas sejam preenchidas, por meio de publicações científicas, são necessárias.

Conforme a *charla* com o professor Pablo Soledade, estudo das legislações vigentes e embasamento no referencial teórico apresenta-se o quadro 3, abaixo:

**Quadro 3** - Descrição da execução dos objetivos específicos

Objetivos Específicos	Resultado
1) Descrever sobre os fundamentos dos documentos digitalizados e sigilo, enfatizando uma discussão conceitual, histórica e filosófica.	- Construção do referencial teórico por meio de estudo bibliográfico e metodológico utilizando os autores citados no quadro 2 em que foi permitido refletir sobre os conceitos históricos e pensamentos filosóficos em relação aos fundamentos.
2) Estabelecer uma conversa informal, sem parâmetros formais, com o professor Pablo Soledade de Almeida Santos.	- Efetivação da charla realizada no dia 26/10/2022 no NUCJUR do TRF 1 em Porto Velho RO a conversa teve duração de 35min e possibilitou a sua descrição e análise neste trabalho.
3) Mapear a legislação vigente sobre sigilo atribuída pelo CONARq enquanto órgão que estabelece as normativas para os documentos de arquivo.	- Visita aos sites do governo federal e CONARq onde pudemos mapear as seguintes legislações: Lei Nº12.527, de 18 de novembro de 2011; Nº123.709 de 14 de agosto de 2018 e Decreto 7.845 de 14 de novembro de 2012. Essas legislações são as mais apropriadas para análise em relação aos documentos digitalizados e ao sigilo.
4) Verificar legislação sobre sigilo voltada para documentos digitais.	- Visita aos sites do governo federal e CONARq onde não apresentou legislações específicas para documentos digitalizados.
5) Analisar os princípios e parâmetros acerca do sigilo das informações contidos em documentos digitalizados de acordo com as legislações vigentes.	- Não foi possível fazer essas análises, pois não há normativas específicas, no entanto, as análises que pode ser feita foram as utilizadas das legislações que foram citadas no trabalho junto a fala de Pablo Soledade.
6) Analisar, a partir das legislações vigentes e informações obtidas a partir do estudo bibliográfico e dos princípios da Biblioteconomia e Arquivologia, os ditos da charla com o professor Pablo Soledade de Almeida Santos.	- Essa análise foi realizada na subseção anterior onde a conclusão que é um tema bastante intrigante e interessante nas palavras de Pablo Soledade.

Fonte: Construído pela pesquisadora, 2022

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como tema a relação entre o sigilo e os documentos digitalizados. No decorrer de seu desenvolvimento foram refletidos leis, decretos, resoluções e todo um

arcabouço teórico trazidos de livros e artigos científicos publicados por autores que atuam, ostensivamente, nas áreas de Biblioteconomia e Arquivologia. No entanto, percebeu-se que a literatura científica sobre a temática é quase inexistente e, isso, justifica a importância dessa investigação.

Por meio de uma *charla*, realizada no NUCJU do TRF 1 em Porto Velho-RO, com o professor Pablo Soledade Almeida Santos, pôde-se afirmar a relação entre o sigilo documental e digitalização de documentos como uma lacuna nas normativas que, podem comprometer o trabalho dos profissionais que lidam com a digitalização dos documentos.

Nesse caso, reforça-se a importância de um trabalho político entre os profissionais da Biblioteconomia e da Arquivologia, no sentido de refletirem, discutirem, proporem atualização e construção de normativas que preencham as lacunas sobre a dita relação e tudo que envolve o sigilo de informações e documentos em suportes digitais.

Constatou-se que, ao se verificar nas legislações publicadas nos *sites* do Governo Federal e CONARq, ainda não há instruções normativas voltadas para o sigilo de documentos digitais e suas informações, especificamente. No entanto, há algum tempo já se faz uso de legislações voltadas para o sigilo documental em suportes distintos.

Nesse sentido, recomenda-se o aprofundamento de trabalhos científicos e pesquisas voltadas para o sigilo de documentos digitais, pois, é um tema em ascensão graças aos avanços tecnológicos e a busca por informação de maneira imediata. Recomenda-se, ainda, que haja uma proposta de resolução voltada para o tema de sigilo de documentos digitalizados.

Por fim, conclui-se que este trabalho poderá contribuir para outros pesquisadores que se interessarem pelo tema, uma vez que poderão encontrar alguns subsídios para aprofundamento da temática.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT PR 1013: Digitalização de documentos - Orientações para garantia da qualidade e confiabilidade do documento digitalizado. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & Abin**: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 220 p.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. **Encontros Bibli: revista eletrônica de**

**biblioteconomia e ciência da informação**, [S.L.], v. 16, n. 31, p. 110, 3 maio 2011.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110>. Acesso em: 08 dez. 2022.

BELLOTO, H. L. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. *ÁGORA: Arquivologia em debate*, [S. l.], v. 22, n. 44, p. 5-18, 2012. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/402>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. O arquivista na sociedade contemporânea. In: BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Cap. 19, p. 299

BRASIL, **Decreto Nº 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm). Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 17 mar. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 7.845, de 14 novembro de 2012**. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7845.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7845.htm). Acesso em: 30 de nov. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 10.278, 18 de março de 2020**. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10278.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10278.htm). Acesso em: 09 dez. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 12.682, de 09 de julho de 2012**. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12682.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12682.htm). Acesso em: 17 mar. 2022.



BRASIL. **Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20nacional,privados%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.,elementos%20de%20prova%20e%20informa%C3%A7%C3%A3o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20nacional,privados%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.,elementos%20de%20prova%20e%20informa%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 17 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº.13709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 17. mar. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO. Diretrizes para digitalização de documentos de arquivo nos termos do decreto nº. 10.278/2020. Rio de Janeiro: [s.n], 2021. 45 p. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/Diretrizes\\_digitalizacao\\_\\_2021.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/Diretrizes_digitalizacao__2021.pdf). Acesso em: 17 mar. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO. Diretrizes para presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais. Rio de Janeiro: [s.n], 2012. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/conarq\\_presuncao\\_autenticidade\\_completa.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf). Acesso em: 17 mar. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

FINAMOR, Márcio da Silva; PAULA, Cláudio Paixão Anastácio. Bibliotecário e arquivista: contribuições estratégicas nas organizações. **Informação@Profissões**, v. 5, n. 2, p. 228-245, 2016. DOI: 10.5433/2317-4390.2016v5n2p228 Acesso em: 11 dez. 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/78875>. Acesso em: 08 dez. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

PAES, M. L. **Arquivologia teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SANTOS, Pablo Soledade de Almeida. Digitalização de documentos: qualidade ou quantidade?. qualidade ou quantidade?. **Arquivoz**. 2019. Disponível em: <https://www.archivozmagazine.org/pt/digitalizacao-de-documentos-qualidade-ouquantidade/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico**. Porto: Ed. Afrontamento, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1263/1452#:~:text=Em%20A%20INFORMA%C3%87%C3%83O%3ADA%20COMPREENS%C3%83O,e%20conhecimento%3Binforma%C3%A7%C3%A3o%20e%20comunica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 09. dez. 2022.



## A ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA, NA GESTÃO DO CONHECIMENTO, À LUZ DA TEORIA DA CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL

### *THE ARCHIVIST'S PERFORMANCE IN KNOWLEDGE MANAGEMENT, FROM THE PERSPECTIVE OF THE THEORY OF ORGANIZATIONAL KNOWLEDGE CREATION*

*Patrício da Silva Fontes\**  
*Julianne Teixeira e Silva\*\**

#### **RESUMO**

Analisa o papel do Arquivista nas ações de criação do conhecimento organizacional. Apresenta conceitos de Gestão do Conhecimento, da Teoria da Criação do Conhecimento Organizacional e breve histórico da profissão do Arquivista, enfocando a necessidade deste profissional estar receptivo à adequação de paradigmas emergentes, como a Gestão do Conhecimento. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, que utiliza como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. À guisa de conclusão, faz-se cogente o reconhecimento da importância de o profissional arquivista atuar além das competências, circunscritas às sete funções arquivísticas, elencadas por Rousseau e Couture (1998). Devendo atuar, com foco na criação do conhecimento organizacional e de forma mais ampla, na Gestão do Conhecimento, por meio de estudos e formação complementar, e assim, a profissão do arquivista se apresentará com maior relevância, no contexto organizacional e propiciará às organizações melhores condições para a consecução de seus objetivos.

**Palavras-Chave:** gestão do conhecimento; arquivista; Teoria da criação do conhecimento organizacional; modelo SECI.

#### **ABSTRACT**

*It analyzes the Archivist's role in organizational knowledge creation actions. It presents concepts of Knowledge Management, the Theory of Organizational Knowledge Creation and a brief history of the Archivist's profession, focusing on the need for this professional to be receptive to the adequacy of emerging paradigms, such as Knowledge Management. This is a research with a qualitative approach, of a descriptive and exploratory nature, which uses bibliographical research as a methodological procedure. By way of conclusion, it is necessary to recognize the importance of professional archivists acting beyond their competencies, limited to the seven archival functions listed by Rousseau and Couture (1998). Having to act, focusing on the creation of organizational knowledge and more broadly, in Knowledge Management, through studies and complementary training, and thus, the profession of the archivist will be presented with greater relevance, in the organizational context and will provide organizations with better conditions for achieving its objectives.*

\*Mestre em Ciência da informação/UFPB | Mestre em Gestão em Organizações Aprendentes / UFPB | Bacharel em Arquivologia/ UEPB e Biblioteconomia/ UFPB | E-mail: psf\_jp@hotmail.com

\*\*Prof. Dra do Departamento de Ciência da Informação | UFPB | E-mail: julianne.teixeira@gmail.com

**Keywords:** *knowledge management; archivist; organizational knowledge creation theory. SECI model.*

Submetido em: 17 de julho de 2022

Aceito em: 11 de outubro de 2022

## 1 INTRODUÇÃO

O pós-Segunda Guerra Mundial, com relação a produção documental, deixou como herança uma massa documental acumulada (MDA) nas organizações. Segundo Saracevic (1999) a Ciência da Informação surge com a publicação do artigo *As we may think* (Como podemos pensar), de autoria de Vannevar Bush, em 1945, sobre a questão da explosão da informação. Do profissional arquivista, passou-se a exigir competências informacionais promotoras da Gestão Documental (GD), a fim de atender as novas demandas das organizações, mergulhadas na instantaneidade da informação.

As transformações sociais, políticas e econômicas, intensificadas pelos avanços das Tecnologias Digitais da Informação e do Conhecimento (TDIC's) têm impulsionado os arquivistas, com funções sociais reconhecidas desde a antiguidade, a assumirem novas posturas, a atuar em novas frentes, adaptando-se aos cenários emergentes, no tocante à produção, organização e uso da informação.

Organizações públicas e privadas têm intensificado, cada vez mais, a mediação de seus processos de trabalho pelas tecnologias ocasionando novas formas de criar, usar e manter documentos, os quais estão, gradativamente, passando da conformação material para uma complexidade digital. (SILVA, 2016, p.4).

O arquivista Terry Eastwood afirmou que “é necessário entender o meio político, econômico, social e cultural de qualquer sociedade para entender seus arquivos.” (EASTWOOD *apud* COOK, 2012, p.6). A Arquivística custodial de características patrimonialista, historicista e tecnicista cedeu lugar à Arquivística Pós-Custodial anunciada por Cook (2012), em que os arquivos são tratados como sistemas de informação, enquanto uma abordagem da Ciência da Informação. Sobre esta mudança paradigmática, Silva (2006, p.18) registra “a mudança da perspectiva custodial e patrimonialista (fechada através da conotação como ‘tesouro’) para uma pós-custodial e aberta, dominada pela busca incessante dos conteúdos (informação)”. Os Arquivos e os arquivistas passam de uma posição histórica, de lugares de memória e guardiães da

memória, respectivamente, para se ocuparem da informação e do conhecimento e não apenas dos suportes da informação.

O ambiente complexo das organizações hodiernas tem buscado modelos que lhes permitam gerenciar o conhecimento, independentemente de sua missão e natureza. As organizações têm buscado modernizar suas estratégias de gestão, o Arquivo e o arquivista, por sua vez, necessitam acompanhar o fluxo dessa evolução gerencial, sob pena de se tornarem ineficientes ao que se dedicam.

Segundo Barrancos e Ferreira (2017), a Gestão do Conhecimento (GC) tem se tornado prioridade para as organizações, por ser o conhecimento, fonte clara de competitividade, impulsionada pela evolução das tecnologias digitais de informação e comunicação. Há que se considerar os Arquivos, unidades essenciais, no apoio às atividades-meio e às atividades-fim das organizações a que atendem. A GC com suas práticas, passa a ser alternativa cogente para a modernização das organizações.

Com a Arquivística pós-custodial, o arquivo e seus profissionais devem se apropriar de competências em informação e conhecimento, tornando-se mais que gestores de documentos. Devem assumir a postura, nas organizações em que atuam, de intermediadores da informação e dos processos de criação e compartilhamento de conhecimento, ou seja, devem atuar na GC.

Diante desse panorama, o presente trabalho tem como objetivo analisar a necessidade cogente de atuação dos profissionais arquivistas, junto à criação do conhecimento organizacional, que é uma das etapas da GC.

## **2 GESTÃO DO CONHECIMENTO**

O ambiente organizacional é composto por dados, informação e conhecimento que necessitam ser gerenciados para atendimento das demandas informacionais dos colaboradores ocupantes dos níveis estratégico, tático e operacional, da organização.

A Gestão Documental (GD) é “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991). A Gestão da Informação (GI), segundo Davenport (1998, p.173) é “[...] um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento”.

A Gestão do Conhecimento (GC) é definida por Teixeira Filho (2000, p. 22) como “uma coleção de processos que governam a criação, disseminação e utilização do conhecimento para atingir plenamente os objetivos da organização”. Corroborando com esta definição Santos (2009, p. 191) define a GC como “o conjunto de processos, práticas e procedimentos que visam identificar, registrar e gerenciar o conhecimento das pessoas de forma a garantir sua utilização, difusão e aplicação no âmbito institucional”.

Vieira (2020, p. 342) esclarece que a GC “possui como objetivo a inovação a partir de um elemento central: o conhecimento. Procura a melhoria de processos e negócios, vantagem competitiva e valor agregado para a organização”. Para Nonaka e Toyama (2005), a organização deve captar, armazenar e transmitir o novo conhecimento organizacional criado dos câmbios entre conhecimento tácito e explícito.

Os três sistemas de gestão (documental, da informação e do conhecimento) se entrecruzam, através da categoria informação.

la única forma de lograr una eficiente gestión del conocimiento es vinculándola con los sistemas antes mencionados,[Sistema de Gestão Documental e Sistema de Gestão da Informação] por lo que casi podría asegurarse que no puede existir un sistema de Gestión del Conocimiento organizacional que opere adecuadamente sin una adecuada gestión de información y sin una adecuada gestión documental. (PONJUÁN-DANTE, 2005, p. 71).

Práticas de GD são condições precípuas para estruturação da GI e para a criação de novos conhecimentos.

O setor de “Arquivo” torna-se fundamental na implantação da gestão do conhecimento, pois nele são armazenados, gerenciados e disponibilizados os documentos que contêm informações estratégicas produzidas pela organização, não apenas no presente, mas também decisões passadas que construíram a trajetória da instituição.” (SCHÄFER; SANCHES, 2014, p.211).

Vieira (2020), concluiu em seu estudo sobre os contributos da GD para a GC, que esta última, pode se beneficiar do ativo de conhecimento orgânico, fruto da GD, confirmando-se imbricada relação entre a GC e a GD. Essa compreensão pode aperfeiçoar os processos administrativos e facilitar a tomada de decisões por parte dos gestores, garantindo ao cidadão acesso às informações de que necessitam e tem direito.

## 2.1 Teoria da Criação do Conhecimento Organizacional (TCCO)

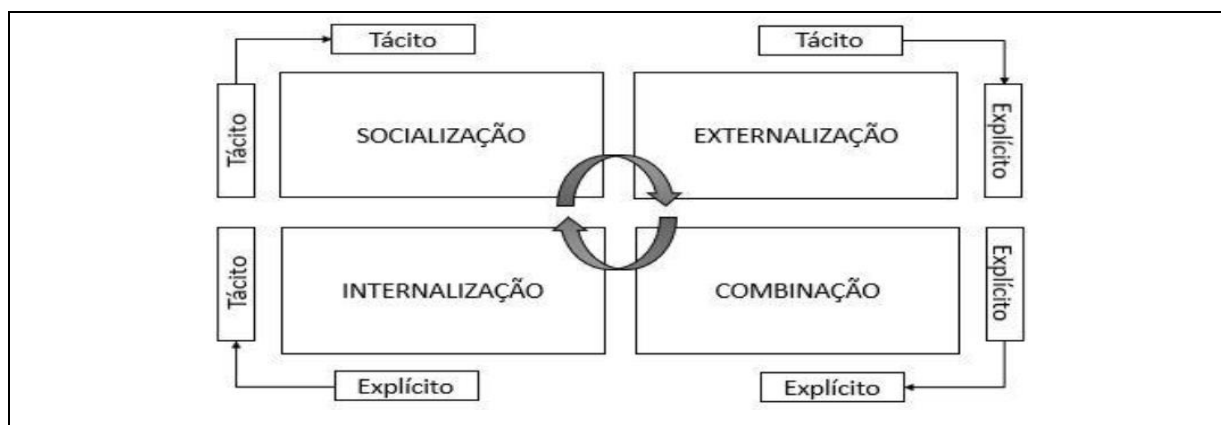
A teoria da criação do conhecimento organizacional (TCCO), dos autores Nonaka e Takeuchi (1997), surge como uma das principais teorias, na perspectiva da GC, baseado nos conceitos e interrelações entre os conhecimentos explícitos e tácitos. Trata-se do modelo de criação do conhecimento organizacional mais conhecido e difundido, correspondendo ao modelo da espiral do conhecimento impactando na GC.

Polanyi (1966), com a obra *The Tacit Dimension*, estabeleceu o princípio fundamental do conhecimento tácito, afirmando que: *We can know more than we can tell* - sabemos mais do que podemos dizer. (POLANYI, 1966, p.10). Nonaka e Takeuchi (1997; 2008) fundamentaram seu modelo de criação do conhecimento, a partir das ideias dos tipos de conhecimentos, explícito ou codificado e tácito ou implícito, advindos dos estudos de Polanyi (1966).

Segundo Choo (2003) a construção do conhecimento é, em essência, o adequado relacionamento do conhecimento tácito, aquele adquirido pelo indivíduo através de experiências intelectuais, sensoriais e, por isso, é unicamente existente na cabeça deste indivíduo, e do conhecimento explícito, pessoal ou organizacional, aquele registrado em algum meio e, por isso, de fácil organização, recuperação e comunicação, visando a criação de mais conhecimentos.

A Teoria da Criação do Conhecimento Organizacional (TCCO), de Nonaka e Takeuchi (1997; 2008), diz respeito a quatro formas de conversão de conhecimento que devem ser gerenciadas articuladamente e ciclicamente, como uma espiral, consistindo num processo de interação entre os conhecimentos tácito e explícito.

**Figura 1 – Modos de conversão do conhecimento**



Fonte: Nonaka e Takeuchi (1997;2008)

**Socialização** (tácito – tácito), inclui a informação partilhada por meio da comunicação do conhecimento tácito entre indivíduos. Isoladamente, a socialização é uma forma limitada ao propósito da criação de conhecimento, pois, se o conhecimento não se tornar explícito, ele não será proveitoso para toda a organização (NONAKA; TAKEUCHI, 2008); Os espaços dedicados à fase de socialização do conhecimento representam os lugares em que os indivíduos compartilham sentimentos, emoções, experiências e modelos mentais (NONAKA ; KONNO, 1998).

**Externalização** (tácito – explícito), parte do conhecimento tácito de um indivíduo é capturado de forma explícita. Segundo Nonaka e Takeuchi (1997; 2008) para que isso ocorra se faz necessário o uso da linguagem, de metáforas e de analogias. Trata-se da verbalização do conhecimento tácito, ou seja, sua formalização (TREVISAN; DAMIAN, 2018).

**Combinação** (explícito – explícito), ocorre quando há a sistematização de diversos conhecimentos explícitos, por meio de reuniões, via documentos, e-mails, mediante capacitações etc. “É um processo de sistematização de conceitos em um sistema de conhecimento.” (NONAKA; TAKEUCHI, 2008, p.65).

**Internalização** (explícito - tácito), “é um processo de incorporação de conhecimento explícito em conhecimento tácito” (NONAKA; TAKEUCHI, 2008, p.67). Os indivíduos para reagirem à informação devem entender e internalizar a mesma. É o aprender fazendo.

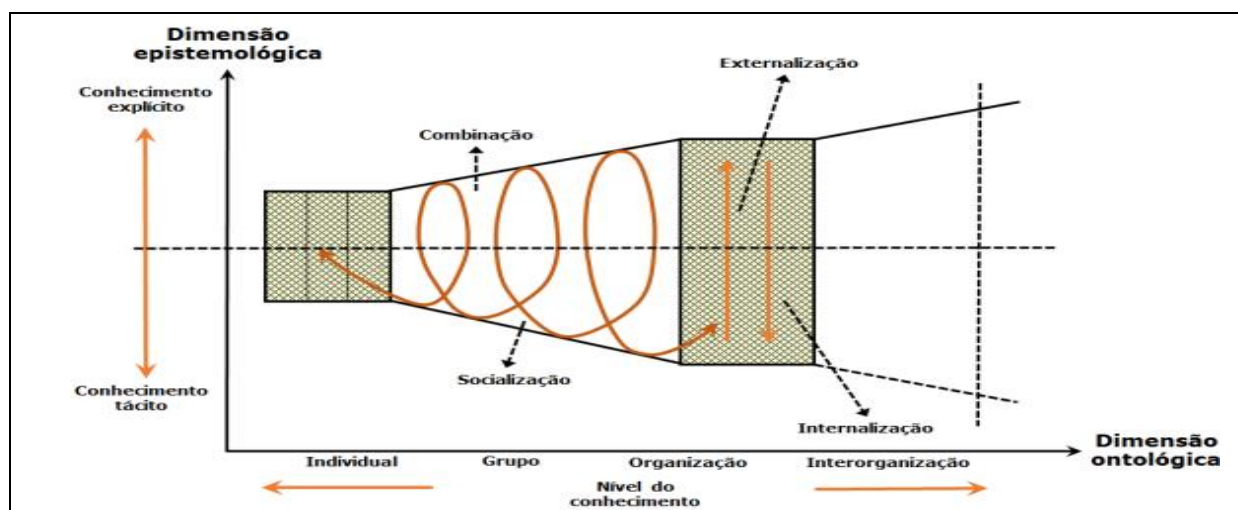
O processo de conversão do conhecimento, também conhecido como modelo SECI (Socialização, Externalização, Combinação e Internalização), não é cíclico, mas espiral e contínuo.

Na conversão do conhecimento, a organização converte o conhecimento tácito de indivíduos criativos no conhecimento explícito de que a empresa precisa para desenvolver novos produtos e inovações. O conhecimento tácito é partilhado e exteriorizado em um diálogo que utiliza metáforas e analogias. Novos conceitos são criados, e depois avaliados segundo sua adequação aos propósitos da organização. Os conceitos são testados e elaborados por meio de arquétipos e protótipos. Finalmente, os conceitos que foram criados, avaliados e testados são transferidos para outros níveis da empresa, para desencadear novos ciclos de criação de conhecimento. (NONAKA; TAKEUCHI, 2008, p.68).

A espiral do conhecimento recomeça com a socialização, quando o indivíduo compartilha seu conhecimento tácito. Os processos de conversão acontecem, também, transcendendo os níveis ontológicos, conforme mostrado, na figura 2.



**Figura 2 – Espiral do Conhecimento**



Fonte: Nonaka; Takeuchi (1997; 2008)

Para estes autores o “conhecimento humano é criado e expandido através da interação social entre conhecimento tácito e o conhecimento explícito.” (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p.67). É percebido como um processo de duas dimensões epistemológica e ontológica. Gerir o conhecimento é sistematizar as práticas de conversão de conhecimento entre tácito e explícito e do indivíduo, para grupos até alcançar o nível da organização. Para Choo (2003) as organizações precisam aprender a converter o conhecimento tácito (pessoal) em conhecimento explícito visando promover inovação e o desenvolvimento de novos produtos e serviços na organização.

### 3 ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA NA CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO

As rotinas e práticas arquivísticas foram oficializadas no século XVI, embora alguns autores diverjam com relação a precisão desse período, entre os séculos XVI e XVII. Duranti (1993, p. 9), aponta que: “Os primeiros elementos da doutrina Arquivística (*archival doctrine*) podem ser encontrados no último volume da obra monumental de Dom Jean Mabillon sobre diplomática, publicada em 1681”.

O Manual dos Arquivistas Holandeses, datado de 1898, publicado pela Associação de Arquivistas Holandeses, é um marco da Arquivologia moderna e da codificação da disciplina Arquivística. Schellenberg (2006, p.36) afirma que: “Do ponto de vista da contribuição universal para a Arquivística, o mais importante manual escrito sobre administração de arquivos é, provavelmente, o de um trio de arquivistas



holandeses”. O referido manual foi traduzido em diversas línguas, nos Estados Unidos, em 1940, e no Brasil, através do Arquivo Nacional, em 1960.

A Segunda Guerra Mundial é outro marco para a Arquivística, em função da grande produção de massa documental, que segundo Silva (1999), demandava por tratamentos técnicos, realizado por profissional capacitado, a fim de proporcionar uma GD, capaz de organizar e preservar o que tivesse algum tipo de valor e eliminar a documentação desprovida de valor, com base na concepção de ciclo de vida dos documentos e dos valores primários e secundários dos documentos.

Sobre a definição do profissional arquivista:

é a pessoa que, numa administração ou numa empresa, é responsável pelos arquivos, ou seja, pela política de gestão e de conservação de todos os documentos necessários ao bom funcionamento de todos os aspectos daquela entidade, e, como tal, desenvolve os métodos e técnicas indispensáveis ao cumprimento de sua função. (DELMAS, 2010, p.84).

O arquivista atua na GD, na memória institucional, na preservação do patrimônio documental, no gerenciamento da informação arquivística, sejam quais forem seus suportes e idades, produzidos e recebidos pela organização no exercício de suas funções. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Esses autores chamam a atenção para o triplo papel desempenhado pelos arquivistas: o cultural (a preservação da memória), o administrativo (arquivista desempenha a Gestão Documental) e o científico (Estudar, pesquisar e contribuir cientificamente para a Arquivologia, acrescentando novas metodologias e conhecimentos).

Fonseca (2005, p.67) afirma que a formação do profissional Arquivista, no Brasil, desenvolveu-se com maior substância, a partir da década de 1970, com alguns acontecimentos, como a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 1971; a criação do curso de Bacharelado em Arquivologia, o lançamento do primeiro periódico brasileiro especializado na área, intitulado Arquivo & Administração, e a promoção do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, todos no ano de 1972; e a regulamentação das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo, no ano de 1978.

A legislação regulamentária da profissão traz um rol de competências e atribuições, voltadas basicamente à GD, à preservação da memória institucional, e ao assessoramento de pesquisas.

Art. 2º - São atribuições dos Arquivistas: I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo; II - planejamento, orientação e

acompanhamento do processo documental e informativo; III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias; IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos; VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos; VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação; IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos; X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa; XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes (BRASIL, 1978).

Sobre a importância do profissional arquivista, Duchein (1978, p.30) afirma: “[...] A responsabilidade dos arquivistas se exerce, pois, em dois planos: o do presente e o do passado; são ambos igualmente importantes e essenciais”. Complementa mais adiante, que os arquivistas são na verdade profissionais do futuro, o traço de união de duas épocas. De fato, a responsabilidade atual deste profissional também se exerce com o plano futuro, pois ele deve estar conectado com a missão e visão da organização, devem estar preocupados na consecução dos objetivos da organização, que passa pela geração e pelo compartilhamento de conhecimento.

Bellotto (2002, p.1) alerta que o arquivista, hoje, não pode esquecer que atua na era da informação, na qual a tecnologia da informação e da comunicação tem presença marcante. Santos e Flores (2015, p. 60) afirmam que: “Observa-se um importante ciclo de retroalimentação: a tecnologia da informação apoia a gestão, seja ela, organizacional, de documentos ou do conhecimento, e estas, se apoiam mutuamente”. É fato, que o século XXI apresentou-nos a evolução das TDIC's, a popularização da internet, e o acesso a um volume de informações, nunca vivenciado, reverberando no *metier* de diversas profissões, algumas extinguiram-se, muitas sofreram mudanças e outras surgiram.

Betancourt, Silva e Gomes (2021) esclarecem que a visibilidade da profissão de Arquivista não alcançou nítido reconhecimento, isto é, atribuições e competências desses profissionais, ainda não são claras, tornando-se premente demarcar sua identidade diante da sociedade. As mudanças paradigmáticas correspondem a uma característica do mundo hodierno, exigindo das organizações e das pessoas grande capacidade de adaptabilidade. Conduzindo-nos à reflexão de que o fazer arquivístico

deve ir além de sua atuação na GD e na GI. O profissional deve estar atento para atuar por exemplo, na GC.

mudanças paradigmáticas nas áreas do saber provocam mudanças nas práticas profissionais, exigindo que as competências profissionais sejam reconstruídas, além da aquisição de habilidades múltiplas, ampliando as potencialidades do profissional, podendo solucionar problemas e atender complexas demandas. (SANTA ANNA, 2017, p.291).

À medida que a profissão de arquivista vai ganhando visibilidade na sociedade, o profissional deve se posicionar com maior disponibilidade de se comunicar com outras áreas do conhecimento, não devendo restringir sua atuação apenas ao tratamento técnico da documentação e ações de promoção da preservação da memória institucional, mas também, atuar auxiliando a organização a seguir sua missão e alcançar sua visão.

O arquivista precisa perceber a realidade que está vivenciando, primeiramente deve entender o ambiente em que atua, num segundo momento criar mecanismos eficientes de atuação na sociedade e, finalizando, enfrentar as mudanças cada vez maiores, antecipando-se às necessidades da sociedade. (VALENTIM, 2000, p. 136).

Santa Anna (2017, p. 293) afirma que os arquivistas, profissionais da informação, considerando os desafios impostos pela sociedade e diante dos paradigmas que sustentam a área, devem reformular seus fazeres, adquirindo competências que vão além daquelas ditas como tradicionais, voltadas apenas para a custódia e GD.

Serra Júnior (2006), corrobora com tal pensamento, afirmando que o profissional da informação, especialmente o arquivista, em tempos de GI e GC “[...] deve buscar uma forma diferenciada de atuação, que vai além das suas competências tradicionais, para auxiliar a organização na gestão dos chamados ‘ativos intangíveis.’” (SERRA JUNIOR, 2006, p.1).

A Arquivística moderna, face à complexidade atual das organizações, atualizações e novos paradigmas, também se vê exigida a assumir novos posicionamentos profissionais centrados na gestão da organização como um todo.

[...] Hoje, não basta representar um repositório de dados para o gerente e outros clientes e esperar que eles encontrem as informações de que precisam para a tomada de decisão. Há que existir um tratamento preliminar profundo e vinculado à gestão do conhecimento organizacional, incluindo-se o atendimento às demandas gerenciais, administrativas e técnicas de modo a reduzir a quantidade de informações recuperadas e otimizar a relevância dessas respostas. (SANTOS, 2009, p.217).

Drucker (1996, p. 183) declara: “no passado, as fontes de vantagem competitiva eram o trabalho e os recursos naturais, agora e no próximo século, a chave para construir a riqueza das nações é o conhecimento”. Segundo ele, no século XXI, aumentar a produtividade dos profissionais do conhecimento era a contribuição mais importante que a gerência de corporações precisaria oferecer. O setor de Arquivo e seus profissionais possuem imbricada relação com a GC, basta observar a relação direta entre a GD, a GI (dos fluxos formais) e a GC (fluxos informais) tão almejada pelas organizações.

As organizações têm assumido novos formatos de gerenciamento, voltados para aprendizagem coletiva e para a criação e compartilhamento do conhecimento. Os arquivistas inseridos, nesse contexto, devem acompanhar essa tendência, adotando um novo posicionamento, na sociedade da informação e do conhecimento, a saber:

o de atuar no que se convencionou chamar de “informação estratégica”, isto é, a informação requerida pelos administradores de uma organização para definir decisões. Para tanto, é necessário ampliar nosso campo de ação para mais além da informação imediata, a do valor primário ou a de resgatar o valor secundário. A verdade é que devemos nos posicionar no *front continuum* da informação, desde sua criação até todos os seus usos possíveis, passando pela organização e gestão. [...] (BELLOTTO, 2002, p.5).

Serra Júnior (2006 p. 13) destaca que “o conhecimento arquivístico, associado com os demais saberes das ciências da informação, é fundamental para o sucesso de projetos de gestão do conhecimento”. Faz-se necessário uma reflexão, sobre a atuação do Arquivista, na sociedade contemporânea, no contexto da GC, e no fazer arquivístico, na era pós-custodial da Arquivística.

O arquivista necessita assumir no contexto das organizações, especialmente as públicas, a função de incentivador das práticas relacionadas ao uso da informação e conhecimento, adotando uma postura proativa no desempenho de suas funções como profissional da informação. (SCHÄFER; SANCHES, 2014, p.221).

Toledo Díaz (2009) em sua tese doutoral intitulada *Modelo de gestión del conocimiento para profesionales de archivo*, dissertando sobre antecedentes históricos da GC nos arquivos, afirma:

Desde los propios inicios de la Archivística y de su evolución desde el empirismo hasta la conformación de su cuerpo teórico, estuvo matizada por acciones incipientes de gestión del conocimiento. Los adelantos se socializaban entre los archiveros, sobre la base del desarrollo y

divulgación de las mejores prácticas y técnicas. (TOLEDO DÍAZ, 2009, p. 145).

Os arquivistas já atuam como gestores de conhecimento (explícito), o que precisam fazer é “identificar quais parcelas do capital intelectual eles controlam, transformando-as em oportunidades para criação de novos conhecimentos, contribuindo para o fortalecimento do aprendizado organizacional.” (SERRA JUNIOR, 2006, p.10).

Identifica-se no fazer arquivístico, práticas da GC, por exemplo, nas ações de elaboração e revisão dos principais instrumentos da GD, que são os Planos de Classificação Documental (PCD) e as Tabelas de Temporalidades de Documentos (TTD). Como exemplo, no compartilhamento do conhecimento entre colaboradores, gestores e usuários, assim como, nas entrevistas com colaboradores mais experientes (maior tempo de serviço) nos setores das organizações, nas reuniões para levantamento da história administrativa da organização, nos *brainstorms*, no levantamento via história oral, no *storyteller* (narrativa) etc., indicando que os Arquivistas já percorrem os meandros da GC, pela via de suas práticas cotidianas.

Coletas de relatos orais que estão presentes, no campo da Arquivística, para a atividade de complementação de acervos, por exemplo. Nesse sentido, a criação de um banco de relatos, para registrar práticas, converte-se numa ferramenta essencial para a análise das ações já realizadas e para estimular a tomada de decisão, baseada em conhecimento. (SERRA JÚNIOR, 2006).

Gerir o conhecimento é sistematizar as práticas de conversão de conhecimento entre tácito e explícito e do indivíduo, para grupos até alcançar o nível da organização. (NONAKA; TAKEUCHI, 2008). De fato, os arquivistas podem atuar impulsionando o giro da espiral do conhecimento, mediando o processo de construção e/ou conversão de conhecimento, tácito em explícito, passível de ser representado em documentos e ações, o resultado da aprendizagem organizacional integrada à documentação gerada no curso do processo de trabalho ou do projeto, garante organicidade da documentação.

Destaca-se a relevância do profissional arquivista, frente às novas demandas relacionadas à GC, em especial, nas organizações de caráter público. Este profissional atuando na seara da criação do conhecimento organizacional, uma das etapas da GC, pode contribuir para o aprendizado organizacional. De que forma? Na medida do possível, assumindo o papel de mediador nos processos de construção e/ou conversão

de conhecimento tácito em explícito e vice-versa, passível de ser materializado tanto em ações, como em documentos.

E é essa a chave para atuação do arquivista no processo de Gestão do Conhecimento, participar do processo de materialização do conhecimento tácito, intangível e não registrado. Transformar esses ativos informacionais em registros tangíveis que possam ser mensurados, comunicados e estocados. (FURTADO; BELLUZZO, 2018, p. 331).

Santos (2009) e Serra Júnior (2006) defendem que é necessário repensar os aspectos tradicionais do fazer arquivísticos, adotar políticas que viabilizem a consolidação da GC, adotando metodologias específicas para inserção e condução dessa nova forma de gestão, afinal toda prática nova implicará mudanças institucionais, e, muitas vezes, culturais. Santos (2009), afirma ainda que as práticas de GD fomentam a GI, que devem ser acompanhadas de outra forma de gestão, mais estratégica, mas ampla, mais complexa.

A formação do profissional arquivista se dá com a formação formal e com a formação continuada. A primeira, garante a fundamentação teórica, visando a orientação dos profissionais para o mercado de trabalho, preparando-os mediante os conhecimentos teóricos e práticos para atuação nos diversos tipos de acervos e arquivos. (SOUZA, 2011). Já a formação continuada, ocorre através de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, podendo ser complementada com os cursos técnicos de curta duração, de atualização e capacitação. (OLIVEIRA, 2014). É por meio dessa formação continuada, que o arquivista deve buscar as competências necessárias para atuar na GC.

o mercado de hoje exige que o arquivista busque uma educação continuada, com especializações na área, graduações em áreas afins, participação em eventos, intercâmbios, formação de associações de classe e maior entrosamento entre os profissionais da área” (ALMEIDA; DUARTE, 2017, p.102).

Serra Júnior (2006), em sua defesa com relação a atuação do profissional arquivista, na seara da GC, aponta como alternativas para sua capacitação o estudo de textos sobre GC e o intercâmbio de profissional, a fim de utilizar conceitos e práticas da GC adequadas à organização a que serve. As Competências e habilidades requeridas aos arquivistas para a aplicação da GC, no âmbito das unidades de informação, pode auxiliar

as atividades dos profissionais da informação, aumentar a produtividade e reduzir custos (ROSSETTI; MORALES, 2007).

Identificamos o papel estratégico da atuação do arquivista nas organizações, com a execução de suas atividades e práticas consagradas através das sete funções arquivísticas elencadas por Rousseau e Couture (1998), a saber: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão. Mas, também, devemos reconhecer o importante papel social que se molda nas rápidas transformações, pelas quais as organizações hodiernas vêm passando.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, utilizando como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica. Configura-se como pesquisa exploratória, pois há pouca pesquisa sobre o tema, atuação do arquivista na criação do conhecimento organizacional, “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.” (VERGARA, 2016, p.49). Pesquisa descritiva, as pesquisas desse tipo “(...) expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza” (VERGARA, 2016, p.49). “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. (GIL, 2019, p.27).

Este estudo tratou-se de uma revisão bibliográfica, referente a produção do conhecimento sobre a atuação do arquivista na GC. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, dissertações e periódicos. A seleção de fontes de pesquisa e a coleta de dados ocorreram durante os meses de fevereiro a junho de 2022.

O universo do estudo foi composto por 21 (vinte e uma) publicações pertinentes à temática investigada. Como critérios de exclusão: artigos em duplicidade, publicados a mais de dez anos, artigos que não continham no resumo e/ou nas palavras-chave os descritores estabelecidos, e artigos que tratavam de forma superficial o tema pesquisado. A análise da adequação dos artigos selecionados ao objeto da pesquisa realizou-se via identificação das palavras-chave e leitura do resumo e uso da estratégia de leitura a do tipo *skimming* (leitura superficial).



Para busca em periódicos, utilizou-se as palavras-chave Arquivista e Gestão do Conhecimento, com a busca por termo composto e o operador booleano 'E', para melhora da performance da busca, realizada no portal da BRAPCI - Base de Dados em Ciência da Informação, retornando 10 (dez) registros, e no portal de periódicos da CAPES, considerando os artigos revisados por pares, obtendo retorno de 20 (vinte) artigos, além do Google Acadêmico, houve uma recuperação de 18 (dezoito) registros. Para busca usando os descritores 'Arquivista' e 'Criação do Conhecimento', houve apenas o resultado de um registro, no portal de periódicos da CAPES.

Após a seleção dos artigos que subsidiaram este estudo, iniciou-se as leituras e fichamentos dos mesmos, para que fosse facilitado a compilação das informações coletadas e a *posteriori* a inicialização do manuscrito.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos apontar a possível e necessária relação entre a atuação do profissional Arquivista e a Gestão do Conhecimento, por meio da Teoria da Criação do Conhecimento Organizacional, de Nonaka e Takeuchi (1997;2008), que tem seus estudos assentados no sucesso de empresas orientais, baseados na interface do conhecimento tácito e explícito.

A primeira consideração a ser registrada, diz respeito a escassez de publicações sobre o Arquivista, atuando no contexto da Gestão do Conhecimento, assim como, a exiguidade de estudos sobre a maneira que este profissional atua na criação do conhecimento organizacional.

A principal reflexão é o porquê da pouca participação do profissional Arquivista atuando na órbita da GC, já que o conhecimento é o grande ativo das organizações, o diferencial competitivo das empresas modernas e principal mola propulsora da melhoria de prestação de serviços, no caso das organizações públicas.

Santos (2009) defende a ideia de que a experiência dos arquivistas no campo da Gestão da Informação institucional, deixa-os em condições bastante favoráveis para inserirem-se, nas competências exigidas aos profissionais da informação, e para relacioná-los enquanto agentes propagadores da Gestão do Conhecimento institucional, bastando buscar as devidas capacitações.

Pode-se afirmar que exercendo as funções arquivísticas tradicionais, o arquivista contribui, ainda que timidamente, com a GC, e que as práticas de GC não são alheias a este profissional da informação. Na contemporaneidade, o arquivista deve atuar estimulando as ocorrências dos modos de conversão do conhecimento, proporcionando espaços e condições para que haja os câmbios entre conhecimentos tácitos e conhecimentos explícitos, e dessa forma girar a espiral do conhecimento, agregando valor e qualidade ao seu trabalho.

Este estudo propõe-se a despertar no arquivista, o desejo de preencher o vácuo, no tocante à sua atuação profissional no campo da GC. Serra Júnior (2006) defende que o Arquivista passe a atuar, de forma mais planejada, disponibilizando os espaços para a criação do conhecimento, e desta forma alavancar para a organização o tipo de conhecimento necessário à consecução dos objetivos organizacionais.

Nas leituras realizadas constata-se que o arquivista deve buscar formação complementar e leituras sobre GC, participar de eventos científicos de GC, de comunidades de práticas, e realizar pesquisas nessa área, a fim de atuar neste campo, com maior competência e autoridade técnica. Identifica-se relações entre a atuação do arquivista na. Estudos posteriores poderão aprofundar a compreensão das interrelações entre a GD, GI e GC, assim como, a atuação do profissional arquivista, nessa nova perspectiva, enquanto agente ativo na GC.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA Sonia Scoralick de, DUARTE, Emeide Nóbrega. Panorama da atuação do profissional arquivista. **Archeion Online**, João Pessoa, v.5, n.1, p.77-107, jan./jun. 2017.

BARRANCOS, Echeverría Jacqueline; FERREIRA, Tereza Evâny de Lima Renôr. Ferramentas de gestão do conhecimento aplicadas em organizações da administração pública: um estudo em órgãos públicos de João Pessoa – PB. In: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz. (org.) **A Ciência Aberta: o Contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC**. Coimbra, Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20, 2017, 1680 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo, Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. 41p.

BETANCOURT, Beatriz Carvalho; SILVA, Eliezer Pires da; GOMES, Priscila Ribeiro. Currículo e identidade profissional: a formação do arquivista no Brasil (1911-1977). **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2021.

BRASIL. **Decreto 82.590 de 06 de novembro de 1978**. Regulamenta a Lei nº 6546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivistas e técnicos de arquivo. Brasília: DF. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/d82590.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d82590.htm) Acesso em: 09 fev. 2022

BRASIL. Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília-DF, 9 jan. 1991. Disponível em:

<http://www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 09 maio 2022.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC Editora, 2003. 425p.

COOK, Terry. A ciência arquivística e pós modernismo: novas formulações para conceitos antigos In: **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2012. Disponível em: [www.revistas.usp.br/incid/article/download/48651/52722](http://www.revistas.usp.br/incid/article/download/48651/52722) Acesso em: 01 abr. 2022.

DAVENPORT, Thomas H., PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como nas organizações gerenciam no seu capital intelectual métodos e aplicações práticas. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DUCHEIN, Michel. O papel da arquivologia na sociedade de hoje. **Arquivo e administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3 set./dez. 1978.

DURANTI, Luciana. The archival body of knowledge: archival theory, method and practice, and graduate and continuing education. *Journal of Education for Library and Information Science*, v. 34, n. 1, p. 8-24, winter 1993.

DRUCKER, PETER. **Sociedade Pós-Capitalista**. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.  
FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina Celia Baptista. Gestão do Conhecimento e competência em informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista. **Informação & Informação**. v.23, n.2, p. 314 – 339, maio/ago. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

NONAKA, Ikujiro ; KONNO, Noboru. The concept of ba: building a foundation for knowledge creation. **California Managemet Review**. v.40, n.3, spring 1998. p. 40-54.

Disponível em: <https://home.business.utah.edu/actme/7410/Nonaka%201998.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 358p.

NONAKA, Ikujiro; TOYAMA, Ryoko; Criação do conhecimento como processo sintetizador. In: TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento**. Tradução por Ana Thorell. São Paulo: Editora Bookman, 2008. 320 p.

OLIVEIRA, Flávia Helena de. **A formação em Arquivologia nas universidades brasileiras**: objetivos comuns e realidades particulares. Brasília: FCI/UnB, 2014. 223 fl. (Tese de Doutorado). Orientador: Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17966/1/2014\\_FlaviaHelenadeOliveira.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17966/1/2014_FlaviaHelenadeOliveira.pdf). Acesso em: 05 maio 2022.

POLANYI, Michael. **The tacit dimension**. London: Routledge & Kegan Paul, 1966.

PONJUAN-DANTE, Gloria. Gestión documental, gestión de información y gestión del conocimiento: evolución y sinergias. Comunicación preliminar. **Ceinfo Revista Ciências de la Información**. v.36, n.3, septiembre-diciembre, 2005 p.67-71. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=181417875006>. Acesso em: 01 de nov. 2021.

ROSSETTI, Adroaldo; MORALES, Aran Bey. O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 124-135, jan./abr. 2007.

ROUSSEAU, Jean-yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTA ANNA, Jorge. O arquivista como moderno profissional da informação: análise de competência à luz da literatura e da formação curricular. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, Maio/ago. 2017, p. 289-307. Disponível em: [https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8644523/pdf\\_1](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8644523/pdf_1). Acesso em: 15 out. 2021.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Um diálogo entre arquivo, conhecimento e tecnologia. **Biblios on line**. n. 60 2015, p. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/>. Acesso em: 05 maio 2022

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SANTOS, Renato Tarciso Barbosa (Org.). **Arquivística**: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009, p. 173-222.

SARACEVIC, T. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p. 1051–1063, 1999. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(1999\)50:12%3C1051::AID-ASI2%3E3.0.CO;2-Z](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:12%3C1051::AID-ASI2%3E3.0.CO;2-Z). Acesso em: 21 abr. 2022.

SCHÄFER, Murilo Billig; SANCHES, Marystela Assis Baratter. A relação do arquivista com a gestão do conhecimento: análise em uma instituição pública federal. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 206 – 224, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/> Acesso em: 5 mar. 2022.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 386 p.

SERRA JÚNIOR., Lamberte Ricarte. O papel do arquivista na gestão do conhecimento. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 2. Porto Alegre: AARS. 2006. **Anais...** Disponível em: <https://tudosobrearquivologia.files.wordpress.com/2009/12/modulo-1-o-papel-do-arquivista-na-gestao-do-conhecimento.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SILVA, Armando Malheiro da [et al.] **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico**. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.com, 2006.

SILVA, J. T. E. Normas ISO para gestão de documentos: uma introdução. **Archeion Online**, v. 4, n. 1, p. 4-21, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/14890>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília, Starprint, 2011.

TEIXEIRA FILHO, J. **Gerenciando conhecimento**. Rio de Janeiro: Senac, 2000.

TOLEDO DÍAZ, Edilson Yamir. Antecedentes y perspectivas de la gestión de conocimiento em archivos. In: **CONGRESO ISKO**, 9, 2009, v. 1 p. 138-156, Valencia – Espanha. Disponível em: [http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/126-141\\_Toledo-Diaz.pdf](http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/126-141_Toledo-Diaz.pdf). Acesso em 25 maio 2022.

TREVISAN, Luciana Calvo; DAMIAN, Ieda Pelogia Martins. (2018). Gestão do conhecimento: diretrizes e práticas recomendadas às organizações. **Ciência da Informação**, v. 47, n. 2, p. 21-34. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4069>. Acesso em 12 jun. 2022.

VALENTIM, Marta Pomim (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. O contributo da gestão de documentos na gestão do conhecimento nas organizações: uma abordagem exploratória. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 327-350, jan/abr. 2020 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/88437>. Acesso em: 20 jun. 2022.



## A INSERÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

### THE INSERTION OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN ARCHIVAL APPRAISAL

*Bianca Ferreira Hernandez\**

*Luciane Paula Vital\*\**

*Iuri Ianiski de Moura\*\*\**

#### RESUMO

Analisa a função arquivística avaliação a partir das dimensões do tripé sustentável: social, econômico e ambiental, os quais apresentam-se como framework para pensar sustentabilidade sob a ótica qualificada da Arquivologia. De natureza qualitativa, a pesquisa é exploratório-descritiva e bibliográfica, com técnicas e procedimentos adotados conforme a análise de conteúdo. Constata uma preocupação teórica com as dimensões social e econômica e que ainda é incipiente a preocupação com a dimensão ambiental; esta, por sua vez, encontra-se presente ainda que de forma modesta na legislação arquivística brasileira. Conclui que os arquivistas podem se tornar multiplicadores de ações e valores sustentáveis nos seus âmbitos de atuação, estando alinhados às políticas nacionais e à agenda internacional da Organização das Nações Unidas.

**Palavras-chave:** avaliação de documentos; desenvolvimento sustentável; tripé da sustentabilidade.

#### ABSTRACT

The study proposes to analyze the archival function document appraisal from the dimensions of the triple bottom line: social, economic and environmental, which are presented as a framework for thinking about sustainability from the qualified perspective of Archival Science. Qualitative in nature, the research is exploratory-descriptive and bibliographic, with techniques and procedures adopted according to content analysis. There was a theoretical concern with the social and economic dimensions and the concern with the environmental dimension is still incipient; this, in turn, is present, albeit in a modest way, in the Brazilian archival legislation. It is concluded that archivists can become multipliers of actions and sustainable values in their areas of activity, being aligned with national policies and the international agenda of the United Nations.

**Keywords:** document appraisal; sustainable development; triple bottom line.

Submetido em: 02 de dezembro de 2021

Aceito em: 11 de agosto de 2022

\*Arquivista / UFSC | Doutoranda em Ciência da Informação / UFSC | E-mail: bianca.hernandez@ufsc.br

\*\*Profa. Dra. / UFSC | Graduação em Biblioteconomia / UFSC | E-mail: luciane.vital@ufsc.br

\*\*\*Arquivista / UFSC | Mestrando em Ciência da Informação / UFSC | E-mail: iuri.moura@ufsc.br

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial, a pressão humana na forma de exploração de combustíveis fósseis, agricultura predatória e demais atividades começaram a causar danos ambientais irreversíveis ao planeta, que motivaram a união dos esforços globais a partir da década de 1960, por meio da Organização das Nações Unidas (ONU), para estancar seu recrudescimento.

Por meio de agendas de desenvolvimento sustentável, o organismo internacional vem empreendendo esforços a partir de uma visão holística dos problemas da sociedade, que passa pela dimensão ambiental, mas em igual medida pelas dimensões econômica e social, a fim de equalizar a capacidade regulatória do planeta, o bem estar social e o crescimento econômico.

Partindo da premissa de que a informação cumpre papel fundamental no alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), instituições ligadas à Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia têm se voltado para a compreensão das potencialidades do tratamento da informação para o *advocacy*<sup>1</sup> de valores sustentáveis por meio de Declarações, como a de Lyon e Madrid e por meio da prática profissional. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2014; CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO, 2019).

Neste sentido, o presente estudo propõe analisar a função arquivística avaliação a partir das dimensões do *triple bottom line*: social, econômico e ambiental, os quais apresentam-se como *framework* para pensar sustentabilidade sob a ótica qualificada da Arquivologia. A relevância da função é destacada por teóricos de diferentes locais e tradições, como Hams Booms, Terry Cook, Luciana Duranti, Carol Couture, Richard Cox e Glenn Dingwall, para citar alguns. (CHAGAS, 2020). O estudo pode ser categorizado em relação à sua natureza como qualitativo; e em relação ao tipo de pesquisa como exploratório-descritiva e bibliográfica. O método empregado é indutivo, as técnicas e os procedimentos adotados para a coleta e análise de dados identificam-se como análise de conteúdo.

---

<sup>1</sup> é o ato de advogar, exercido pelas organizações sem fins lucrativos, quando estas defendem seus próprios interesses, tentam influenciar algum aspecto da sociedade ou quando estes apelam para indivíduos para que mudem seus comportamentos. (PATRI, 2011, p. 143).

Bardin (2016) define a análise de conteúdo como o conjunto de instrumentos metodológicos que pode ser aplicado a diversos tipos de discursos por meio de técnicas de análise das comunicações. Na análise de conteúdo, Bardin (2016) destaca a necessidade de constituição de um corpus de pesquisa. Isso implica na escolha das publicações, definindo as regras de seleção, e as categorias de análise. Para esta pesquisa foram ao todo analisados 20 artigos científicos indexados na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), a partir de busca pela *string* “avaliação de documento\*”, no campo “palavras-chave”, ocorrida em 20/04/2021. Do montante, 3 foram desconsiderados para análise final por não estarem relacionados à avaliação de documentos de arquivo; de modo que o corpus da pesquisa foi composto por 17 artigos, publicados entre 1996 e 2020. O conteúdo a respeito de avaliação de documentos foi analisado à luz das dimensões social, econômica e ambiental que compõem o conceito de triple bottom line, considerado por Roger e Hudson (2011 apud ALHADDI, 2015) o modelo prático da sustentabilidade, e, neste estudo, constituem-se nas categorias pré-definidas para análise de conteúdo. Do mesmo modo, buscou-se relacionar a função ao atingimento dos ODS da Agenda 2030 da ONU. Na impossibilidade de se identificar as dimensões nos trabalhos selecionados, foi utilizado como material de apoio a Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira e Correlata (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020).

A escolha da função Avaliação justifica-se a partir da vivência e do interesse pessoal dos autores, uma vez que alguns fazem parte de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos há pelo menos cinco anos. Tem-se como pressuposto que a Avaliação é uma função arquivística complexa, no bojo da qual se realizam decisões que influenciam no âmbito da memória social, além de ser uma função que lida com resíduos de documentos físicos em suporte papel e que tem sua origem na economia organizacional, sendo por estes motivos passível de associar a ações sociais, ambientais e econômicas. Justifica-se, ainda, do ponto de vista acadêmico e científico devido ao tema estar inserido no escopo da Arquivologia sob o viés social, de modo que há a percepção de um novo paradigma emergente na disciplina e os profissionais precisam assumir papéis para além de uma atuação tecnicista, no sentido da transformação. Já do ponto de vista social, vislumbra-se alinhamento da pesquisa e a inserção da Arquivologia em uma agenda internacional promovida pela ONU para um efetivo desenvolvimento sustentável.

## 2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O TRIPLE BOTTOM LINE

O período recente da humanidade é chamado Antropoceno, do grego, antropo, que quer dizer “ser humano”, e ceno, com a conotação de “era geológica”, a partir de termo cunhado pelo ganhador do Nobel da Química Paul Crutzen. A ideia, conforme Rockstrom et al (2009) é que transformações físicas recentes no planeta vêm sendo operadas em grande parte pelo homem. Transformações essas que repercutem e causam instabilidades na manutenção da biodiversidade, recursos naturais e no próprio desenvolvimento humano.

Apesar de a ação humana sobre o planeta ter se acentuado desde a metade do século XVIII, a questão ambiental só passou a receber atenção global a partir da década de 1960. A ameaça da radiação nuclear após a segunda guerra, e dos pesticidas sintéticos, principalmente após a publicação do romance Primavera Silenciosa, de Rachel Carlson, inauguraram as discussões. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Em 1972, a Organização das Nações Unidas (1945) que tem como um de seus propósitos “conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário [...]” convocou a primeira grande reunião de chefes de estado para discussão da agenda ambiental em Estocolmo, no que ficou conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. Desde então, a organização tem encabeçado as discussões em nível estratégico e amplitude global.

Em 1987, a ex-primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland presidiu a Comissão Mundial de Desenvolvimento sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU e a elaboração do relatório Nosso Futuro Comum, que foi inovador em dois aspectos, sendo o primeiro deles o enfoque duplo que ultrapassava o meio ambiente e também previa a diminuição da fome e da pobreza; e também por popularizar o conceito de desenvolvimento sustentável (DS). O documento define DS como sendo o “desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”. (COMISSÃO MUNDIAL DE DESENVOLVIMENTO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Em 1992 a ONU organizou a Rio 92, com o Rio de Janeiro servindo de palco para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no qual

além da questão ambiental passaram a ser enfocadas as questões sociais e econômicas envolvendo o desenvolvimento sustentável. Convém destacar na rede semântica do desenvolvimento sustentável o conceito de *triple bottom line* (TBL) ou tripé da sustentabilidade, numa tradução não-literal mas que é comumente utilizada na literatura brasileira. Desenvolvido por John Elkington (1995) o TBL traduziu que o progresso sustentável deve se dar de forma integrada em três dimensões (ambiental, social e econômica; relativamente ligadas ao planeta, pessoas e lucro); de modo que esses elementos também se tornam padrão para mensurar a performance e o sucesso de uma organização. (ELKINGTON, 2004; ALHADDI, 2015).

Um novo passo para o DS foi dado em 2000, quando a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da ONU estabeleceu após a adoção da Declaração do Milênio das Nações Unidas os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), para serem cumpridos até 2015. Em 2015, em Nova York, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, foram definidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que assumiriam o legado deixado pelos ODMs pelos próximos quinze anos.

Entre os ODS encontram-se: 1) Erradicação da pobreza; 2) Erradicação da fome; 3) Vida saudável e bem-estar; 4) Educação inclusiva e de qualidade; 5) Igualdade de Gênero; 6) Gestão sustentável da água e saneamento; 7) Disponibilidade de energia acessível e limpa; 8) Emprego digno e crescimento econômico; 9) Indústria, inovação e infraestruturas inclusivas e sustentáveis; 10) Redução das desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Consumo e produção responsáveis; 13) Combate às alterações climáticas; 14) Conservação dos oceanos e recursos marinhos; 15) Proteção e recuperação dos ecossistemas terrestres; 16) Paz, justiça e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, e a promoção do acesso à informação; e 17) Fortalecer parcerias globais em prol das metas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Os Estados-Membro das Nações Unidas reconhecem que a Agenda 2030 tem como intuito mesclar de forma igualitária e complementar as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Admite-se, ainda, que o escopo de intervenção de governos, associações e demais segmentos da sociedade na implantação do plano é amplo e requer um trabalho de sensibilização, disseminação, captura e mensuração de informações para que possa ser efetivado.

### 3 INFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

No campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) manifestou-se com o Programa de Ação da IFLA para o Desenvolvimento através das Bibliotecas, cuja intenção é apoiar o trabalho de advocacy para impulsionar o progresso do desenvolvimento sustentável por meio do acesso à informação e ao conhecimento. A IFLA também promoveu seu Congresso Internacional em 2014. Neste contexto, anteviu que as Nações Unidas estavam negociando uma nova agenda internacional de desenvolvimento, estimulou que a agenda fosse adotada assim que publicada, e definiu diretrizes complementares na Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento. Dentre elas, que

[...] intermediários da informação, como bibliotecas, arquivos, organizações da sociedade civil, líderes comunitários e os meios de comunicação têm as habilidades e recursos para ajudar os governos, instituições e indivíduos a comunicar, organizar, estruturar e compreender os dados que são fundamentais para o desenvolvimento. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2014, p.2).

Os signatários da declaração, portanto, convidam os membros das Nações Unidas a reconhecerem que o acesso e as competências para lidar com informação são elementos necessários para se pensar o desenvolvimento sustentável. Conforme Geraldo e Pinto (2021, p. 18), a Ciência da Informação e afins também podem contribuir com o DS por meio do que conhecem como Sustentabilidade Informacional. O termo refere-se “a recursos informacionais que facilitam a conscientização e mobilização da sociedade da informação em objetivos globais”

No âmbito das Associações Arquivísticas, o Conselho Internacional de Arquivos promove eventos e atitudes que têm nas suas temáticas valores essencialmente sustentáveis, como a defesa da democracia e dos direitos humanos, a transparência, o empoderamento pela informação e promoção do acesso à informação; além de manter estreita ligação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

No website do Arquivo Nacional (AN) do Brasil, por sua vez, encontram-se menções à Declaração de Madrid, da qual o AN é signatário. Redigida no contexto do Ano Ibero-americano dos Arquivos para Transparência e Memória e fazendo menção explícita à ODS 16 como função de competência dos arquivos, a Declaração de Madrid,



conforme indica a Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (2019) dispõe que os arquivos garantem o direito de acesso à informação, ao conhecimento e à verdade; além de serem eficazes no combate à corrupção e promoverem um bom governo e transparência administrativa. Neste sentido, propõe-se uma análise vertical da função arquivística de avaliação de documentos a partir do TBL, para pensar a sustentabilidade sob a ótica qualificada da Arquivologia.

#### 4 AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

A avaliação de documentos vem resolver o problema do acúmulo de documentos que advém, em parte, dos fenômenos da industrialização e a complexidade dos estados nacionais, como também do uso das tecnologias de reprodução de documentos. (MOURA; BAHIA, 2020). Conforme apontam Cermeno Matorell e Rivas Palá (2010 apud CHAGAS, 2020), o desenvolvimento de regimes democráticos e de bem-estar social teriam impulsionado a prestação de contas por parte do governo. A avaliação é uma função arquivística inserida na gestão de documentos, de natureza interdisciplinar, responsável por analisar, identificar e atribuir valores aos conjuntos arquivísticos, com o objetivo de determiná-los prazos de guarda e destinação, esta podendo ser eliminação ou a guarda permanente. A guarda temporária serve a fins administrativos (valor primário), já a recolha ao arquivo permanente deve considerar o potencial valor de uso por razões distintas das quais para que foi produzido (valor secundário), pela pesquisa científica ou como testemunho de ações da organização que a originou; quando desprovido destes potenciais valores primários e secundários, procede-se ao descarte. A avaliação induz uma transformação no acervo, que é reduzido em termos quantitativos para aproximadamente 10% dos documentos produzidos, ao mesmo tempo que nele são priorizados aspectos qualitativos (MOURA; BAHIA, 2020; JARDIM, 1996).

De acordo com Trace (2016), as primeiras abordagens do tema datam do final do século XIX. Antes da Revolução Francesa, a avaliação privilegiou a importância histórica e a redução do volume documental, e não se preocupou com o uso administrativo da documentação. Na Inglaterra pré-Primeira Guerra, registrou-se uma tentativa de estabelecer prazos de guarda com relação à idade do documento, uso e integridade. O britânico Hilary Jenkinson, influente teórico de sua época, limitava a atuação do arquivista na avaliação a separar cópias idênticas; enquanto a eliminação do material

seria decidida pelos produtores. Na Alemanha do início do século XX, conforme Trace (2016), os teóricos Karl Otto Mueller e Heinrich Otto Meisner também se dedicaram a estudar o valor dos documentos e defini-lo relativamente à idade e à localização do produtor na hierarquia administrativa. Nos Estados Unidos, já na década de 1940, o funcionário do Arquivo Nacional Phillip C. Brooks passou a defender que os documentos guardavam relação com as suas atividades de origem e o conhecimento destas relações era a chave para a identificação de semelhanças formais e de conteúdo e sua destinação.

Foi na década de 1950 que o estadunidense Theodore Roosevelt Schellenberg, também funcionário do Arquivo Nacional, apresentou uma teoria de avaliação que definiu as bases para a avaliação moderna de documentos. Para Schellenberg (1973) o processo de avaliação deveria estar pautado na análise dos valores: primário, relativo ao interesse que representa para o próprio órgão produtor, para fins administrativos, fiscais e legais; e secundário, relativo ao uso de outras entidades e utilizadores privados, para fins diferentes daqueles para os quais foram produzidos. O profissional arquivista exerceria o papel de moderador junto aos especialistas no processo de avaliação.

Conforme demonstra Trace (2016), outras teorias de avaliação surgiram nas décadas de 1970 e 1980, dentre as quais ela cita as de Brichford, Frank Boles e Julia Young, F. Gerald Ham e Hans Boom, com destaque para os dois últimos que sinalizaram uma iniciativa de alargar o escopo da avaliação. A contribuição de Ham consistiu em sugerir que o trabalho do arquivista deveria ser mais colaborativo, olhar além da destinação, para o contexto maior de informação, o social; e reconhecer por meio dos arquivos aqueles que não tinham voz na sociedade; pressupostos que também fizeram parte da teoria de avaliação de Hans Boom, a “A Estratégia de documentação”. Esta última consiste em uma metodologia para reter informações sobre um assunto (área, tópico, processo ou evento), a partir da escolha deste assunto, de uma equipe com representação dos produtores, usuários e assessores, da estruturação da forma e conteúdo da pesquisa na documentação disponível e posterior seleção e guarda da documentação. (CHAGAS, 2020).

Com o advento do documento digital e das discussões pós-modernas novas teorias de avaliação surgiram na última década do século XX. O pós-modernismo vem a ser um novo paradigma que propõe a ruptura com elementos consolidados da área, tradicionalmente estáticos, universais e físicos, ao mesmo tempo que promove uma aproximação da Arquivologia com a Teoria Social e a criação de elementos mais

dinâmicos, contextualizados historicamente, virtuais e com enfoque que privilegia o processo de criação sobre o objeto.

De acordo com o principal representante desta tendência, Cook (1991, 2005), a avaliação de documentos é, em si, uma cocriação de arquivos; o exercício do poder sobre a memória; por isso requer um caráter intervencionista do profissional de arquivo, capaz de identificar pontos genéricos, de conflito e intersecções entre produtores, modelos sócio-históricos e clientes ou cidadãos na estrutura. Diante disso, o autor propõe a Macroavaliação, um trabalho minucioso de análise arquivística, diplomática e histórica sobre funcionalidades, estruturas sociais, valores, sistemas, fluxos e tecnologias, e a sua presença ao longo do tempo, que precede a microavaliação, está sendo a operacionalização da avaliação sobre os conjuntos documentais. Para o autor, ao avaliar com base nesses valores sociais e na interação do cidadão com o Estado, o arquivista estará dando forma ao futuro.

No Brasil, a avaliação como atividade de gestão tem como marco inicial a Lei 8.159/1991, conhecida como Lei de Arquivos. No entanto, parâmetros para avaliação já vinham sendo definidos desde a década de 1970 e o primeiro manual do Arquivo Nacional foi publicado em 1985, denominado “Orientação para avaliação e arquivamento intermediário em arquivos públicos”. Em 1994, com a instalação do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), criou-se a Câmara Técnica de Avaliação de Documentos com o objetivo de analisar os instrumentos adotados pelo Arquivo Nacional para torná-la aplicável aos demais órgãos da Administração Pública (MOURA; BAHIA, 2020).

O Conarq desde então tem aprovado Resoluções e instrumentos que dispõem sobre o processo de avaliação de documentos públicos e privados, quem deve conduzi-lo, quais tabelas de temporalidade instrumentalizarão a valoração das atividades-meio e fim no contexto dos arquivos públicos, em quais termos a eliminação deverá ficar registrada e etapas nas quais o processo será publicizado. De acordo com a Resolução nº 44/2020, a eliminação de documentos no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos só deverá ocorrer após conduzido o processo de avaliação por uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) formalmente instituída na entidade. Os conjuntos documentais selecionados para eliminação devem ser registrados no termo de eliminação, publicizado o ato em Edital de Ciência de Eliminação com 45 dias de antecedência, e posteriormente feito o registro do ato de eliminação em termo.

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos é, por conseguinte, o grupo interdisciplinar que conduzirá o processo de avaliação, definirá as bases metodológicas e normas relativas ao processo, bem como ficará responsável por elaborar ou aplicar as tabelas de temporalidade de documentos. A composição do grupo inclui, geralmente: titular da unidade, servidores de unidades com ligação orgânica às funções que originaram os documentos, arquivista, conhecedor da estrutura e funcionamento da instituição, assessores jurídicos, ligados à atividade-fim da instituição e demais usuários. (BERNARDES, 1998 apud OLIVEIRA; BORGES, 2007).

#### 4.1 Dimensão social e a avaliação

A dimensão social do TBL diz respeito à manutenção de práticas e condições de trabalho justas, com respeito não só aos colaboradores diretos da organização mas à comunidade no entorno. (ALHADDI, 2015). Outrossim, entende-se que esta dimensão abarca aspectos como inclusão, respeito às diversidades, a promoção do bem-estar local, da saúde e redução das desigualdades, bem como o engajamento no combate às mazelas que atingem a população. Entre as publicações analisadas, foi possível identificar elementos que remetessem à dimensão social na maior parte dos trabalhos.

Conforme observaram Moura e Bahia (2020), corroborado por Oliveira e Borges (2007), a preocupação com a avaliação tem sido eliminar documentos para liberar espaço. Tem-se como premissa que sem avaliação, o acervo tende a tornar-se volumoso e prejudicar o pleno acesso à informação e difusão do conhecimento, sendo tarefa que garante a vitalidade das instituições (OLIVEIRA; BORGES, 2007; CUNHA; OLIVEIRA, LIMA, 2015). Porém, quando a motivação é apenas essa, recomenda-se cautela, critério e equilíbrio no processo, para que a urgência pelo espaço não suplante a manutenção de direitos, o caráter formador do patrimônio documental e as pesquisas que podem ser realizadas a partir desses documentos únicos. Isso pode ser especialmente relevante para arquivos universitários, no contexto do ensino, pesquisa e extensão, como os estudados por Moura e Bahia (2020); arquivos públicos como forma de reparações históricas e justiça social, como no caso de Mintegui, Gallo e Karpinski (2020); e arquivos de saúde para o conhecimento sobre a promoção, prevenção e atenção à saúde, como os estudados por Oliveira e Cunha (2014) e Cunha, Oliveira e Lima (2015).

A avaliação requer que todos os processos e motivações relativas à conservação e destruição sejam documentados. Assim, será possível saber em retrospecto os motivos

que levaram a tais decisões. Estas decisões revestem-se de caráter corporativo, não devendo ser assumidas individualmente pelo arquivista Cermeño Matorell; Rivas Palá (2010 apud CHAGAS 2020) mas sim, por uma Comissão Permanente de Avaliação oficialmente instituída. (OLIVEIRA; BORGES, 2007; BERDAS, 1998 apud OLIVEIRA; CUNHA, 2014).

As Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos têm, em consequência, responsabilidade na construção de memórias organizacionais e locais. Assim, a composição da CPAD precisa ser a mais plural possível. Deve-se prezar por ter membros arquivistas, assessores jurídicos, servidores diretamente relacionados à atividades envolvidas na avaliação; mas também deve-se promover que entre os membros haja diversidade étnica e cultural, para que isso se reflita na avaliação. Deste modo, evita-se uma avaliação enviesada ou que só privilegie conhecimentos homogêneos. É de grande importância que os membros também estejam a par de teorias políticas, econômicas e críticas para que possam exercer seu ofício com a devida deliberação pela inserção social na formação do patrimônio documental, sem a pretensão de uma suposta neutralidade no processo. No caso de documentos públicos, que têm como usuário o cidadão comum beneficiário de serviços públicos, cujos direitos são regidos pela Lei 13.460/2017, é aconselhável também que a Comissão abra espaço para diálogo com estes indivíduos de tal modo que eles possam fazer parte do processo. Como no caso citado por Mancipe-Flechas e Vargas-Arbeláes (2013 apud MINTEGUI; GALLO; KARPINSKI, 2020), no Centro de Memória Histórica (CMH), na Colômbia, no qual além das atividades clássicas, os arquivistas permanecem em contato com grupos sociais para criação da memória.

Ainda em relação às exigências para os membros da CPAD, conforme Bellotto (2005 apud OLIVEIRA; BORGES, 2007), os arquivistas devem se manter atualizados de tendências e em contato com o ambiente acadêmico e científico e com bibliografia a respeito do assunto que está sendo analisado. Mintegui, Gallo e Karpinski (2020) também orientam que os arquivistas, na condição de agentes políticos, se mantenham educados para a defesa de direitos humanos e de grupos sociais que requerem respostas estatais. Schäfer e Lima (2012) destacam ainda as transformações no trabalho para com os arquivos com o advento das tecnologias da informação contemporâneas, que permitem a manipulação instantânea de documentos e seus metadados, bem como impactam nas competências desejáveis do profissional arquivista, o qual precisará se

reposicionar de forma estratégica frente ao novo cenário, e desenvolver conhecimentos comuns com áreas interdisciplinares como a tecnologia de informação (TI), para que possa exercer seu protagonismo.

Conforme ressalta Jardim (1996), o apoio de historiadores no trabalho com arquivos é fundamental no sentido de trabalhar como lugar de criação e conservação da memória coletiva, essa que se torna instrumento para fundamentar direitos e construir identidades. De acordo com o mesmo autor, a criação do patrimônio histórico cultural remete à organização do Estado em torno de uma identidade própria, sendo, em sua natureza, política, revestido de mecanismos de lembrança e esquecimento. No caso brasileiro, entretanto, as questões técnicas prevalecem sobre as políticas e, conforme Santos (1988 apud JARDIM, 1996), como consequência, há uma valorização de hegemonias luso-brasileiras em detrimento de uma cultura plural e democrática. Logo, é uma crítica do autor que esses escassos conjuntos sejam monumentalizados e oferecidos aos cidadãos sob o pretexto da transparência, sem a devida crítica e sem critérios teóricos e políticos bem explicitados para sua seleção. Assim, encarar a avaliação como um aparato somente técnico não permite problematizar a condição política e social de preservar ou eliminar e suas consequências para uma construção social.

Um aspecto levantado por Mintegui Gallo e Karpinski (2020) é que os arquivos públicos fornecem provas ou indícios para a comprovação de violação de direitos, porém dependem das políticas que coordenam a sua avaliação. Essas políticas públicas de memória podem ter como objetivo reparação e justiça em relação a ações realizadas em períodos de exceção, como os períodos ditatoriais na América Latina em fins do século XX. Neste sentido, as políticas públicas de memória alinham-se aos interesses democráticos. No Uruguai, por exemplo, é um critério macrovalorativo de conteúdo definido no instrumento de avaliação de documentos nacionais que todos os documentos produzidos no período da ditadura cívico-militar (1973-1985) sejam determinados como de valor secundário, sendo conservados sem exceção. Trata-se de decisão em consonância com uma política de memória que se justifica por uma demanda social.

No contexto nacional, Bizello (2017) destaca que com o fim da ditadura militar (1964-1985) e a abertura política, o acesso à informação tomou relevância maior, mas foi contemplado de forma modesta na Constituição de 1988. A autora afirma que o debate em torno das relações entre o Acesso à Informação e a gestão documental “alarga



o conceito de cidadania ligando-o ao documento de arquivo e ao próprio arquivo como um fundamento para a construção e fortalecimento da cidadania, dos direitos políticos, sociais e civis” (BIZELLO, 2017, p. 508).

A Avaliação do ponto de vista social, com foco no usuário e cidadão, é um reflexo de uma perspectiva do paradigma pós-moderno da ciência, muito próxima da estratégia de avaliação Macroavaliação de Terry Cook. Podemos identificar nesta metodologia a prevalência da diferença e da multiplicidade sobre estruturas ortodoxas e uma nova forma de construir o patrimônio documental, a partir do qual se pode “dar forma” ao futuro. (CHAGAS, 2020) Trata-se de uma abordagem que não se baseia na simples teoria de valoração dos valores primário e secundário, mas que também olha para fora da instituição.

Conclui-se, por conseguinte, que definir pela “vida” ou “morte” de um documento envolve ter critérios claros e precisos, sem desconsiderar, contudo, a subjetividade envolvida em qualquer processo de escolha. Ao envolver o poder de moldar a memória, a avaliação trata da maior responsabilidade para o profissional do nosso tempo. (DINGWALL, 2016, apud CHAGAS, 2020).

Ainda no bojo da dimensão social, a partir das características acima constatadas pode-se identificar que a avaliação de documentos pode ajudar a contribuir transversalmente com informações para o atingimento do ODS 3 da Agenda 2030, que intenciona "Assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos"; ODS 4, que busca "Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos"; e ODS 10, "Reduzir a desigualdade". Em relação ao ODS 10, a avaliação pautada na preocupação social e na pluralidade também pode auxiliar no atingimento das metas 10.2 “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra” e "10.3 garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito". Notou-se que o objetivo principal da avaliação tem ligação com o ODS 11 “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, à medida que a meta 11.4 se refere especificamente a “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”. Por fim, há ainda relação explícita com o ODS

16 “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”, e seus desdobramentos nas metas 16.3 “promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos” e 16.10 “assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”.(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

#### 4.2 Dimensão econômica e a avaliação

A dimensão econômica do TBL relaciona-se aos impactos das práticas desenvolvidas pelas organizações no sistema econômico, com estreito alinhamento entre o desenvolvimento da organização e da economia. (ALHADDI, 2015). Entende-se, portanto, que pode se relacionar ao cuidado com o patrimônio, à gestão financeira e fiscal, ao pagamento devido de tributos e às boas práticas econômicas.

Em seu estudo, Penteado (2015) apresenta a experiência portuguesa de gestão de documentos arquivísticos, destacando a crise financeira acentuada que o país passou na última década, que resultou na implementação de medidas para reduzir a despesa pública. O trabalho destaca a necessidade de um governo mais aberto e transparente que consiga tratar e disponibilizar os dados e informações em tempo real, independentemente de onde estão armazenados, de modo a permitir o reforço do papel de arquivistas para o bom funcionamento dos sistemas de arquivos e implementação de processos e instrumentos de gestão da informação adequados.

Neste sentido, a avaliação de documentos reveste-se em uma estratégia de gestão voltada à economia de recursos, elemento citado em quase todos os trabalhos analisados. É, por exemplo, consenso que a Avaliação propicia a simplificação de processos e racionalização de espaço, sendo que a liberação de espaço um dos principais motivadores da avaliação em si, muitas vezes indiscriminada. (MOURA; BAHIA, 2020).

Jardim empresta metáfora de Lodolini (1990 apud JARDIM, 1996) ao comparar o trabalho de avaliação ao de um cirurgião, que amputa um braço do paciente para estagnar a gangrena, escolhendo assim, um mal menor. Logo, para alguns autores, depreende-se que algum mal é esperado, seja em despender recursos humanos e tempo para a tarefa, seja na extirpação de parte da memória acumulada organicamente; nestes

casos, trabalha-se com a hipótese de que a avaliação é o mal menor, mas necessário à preservação da memória.

Outros autores como Oliveira e Cunha (2014) e Bizello (2017) adotam uma postura mais positiva e associam a avaliação à inovação, aprendizagem gerencial, à racionalização burocrática necessária ao desempenho administrativo à criação de instrumentos e, em última instância, ao acesso à informação, que são aspectos que surtem efeitos econômicos desejáveis do ponto de vista empresarial.

Uma das vantagens econômicas em usar a estratégia pós-moderna de Macroavaliação, conforme Terry Cook (2003, apud CHAGAS, 2020) é economizar tempo de avaliação e espaço de armazenamento. Esta estratégia consiste num estudo anterior à avaliação de fato, no qual o arquivista se questiona sobre as funções que devem ser registradas, de quem é a responsabilização pelas funções, como se dá a interação função-cidadão, qual a complexidade e importância de cada função para a governança. Neste caso, a tendência é a eliminação acontecer antes mesmo de analisar funções consideradas não importantes. No estudo de Oliveira e Borges (2007) não se falou em macroavaliação, porém estes autores apontaram que é recomendável realizar um trabalho preliminar à avaliação, de planejamento, análise de fluxos, funções e conjuntos documentais, por meio de entrevistas e levantamentos. Não chega a ser uma abordagem ampla e social como a de Cook, porém certamente é auxiliar em acelerar a distinção de conjuntos documentais.

Da mesma forma, conforme Oliveira e Borges (2007) e Schäfer e Lima (2012), o assessoramento de arquivistas na avaliação desde a produção dos arquivos correntes, ainda na fase de classificação, é mais eficiente do que quando realizada nos arquivos intermediários e permanentes. A avaliação tardia torna-se uma tarefa mais árdua para a comissão, tendo em vista que esta terá que remontar os fluxos do documento, sem poder contar, em alguns casos, com o apoio de funcionários da repartição, o que incorre em tempo e dinheiro para a instituição. Bizello (2017) reforça a importância de funcionários que trabalham no dia a dia com os documentos produtores estarem envolvidos no processo avaliativo. Neste sentido, uma atuação consistente e periódica da CPAD é capaz de economizar recursos com manutenção dos suportes documentais e gestão do conhecimento de servidores. Nesta etapa, é também possível que a Comissão atue promovendo a produção controlada de cópias e/ ou versões de documentos.

Indolfo (2007), por sua vez, destaca que a ausência de elaboração e implantação

de programas de gestão de documentos ocorre de forma sistemática em função da falta de recursos humanos capacitados para a execução desse tipo de atividade. Para a autora “essas implicações de ordem técnica podem e devem ser equacionadas com a ampliação da oferta de cursos de capacitação [...] para os recursos humanos responsáveis pela execução das atividades de gestão de documentos.” (INDOLFO, 2007, p. 57). Deste modo, infere-se que a capacitação dos membros da CPAD também é fator que beneficia o programa de gestão como um todo e possibilita incremento de eficiência produtiva na tarefa de avaliação.

No que se refere à avaliação de documentos digitais, um desafio para a Gestão Arquivística de Documentos Digitais seria potencializar a gestão arquivística de documentos mesmo diante das ameaças para manutenção da autenticidade e preservação do documento digital ao longo dos tempos. Parece problemático que os sistemas eletrônicos só trabalhem com lógicas que reconhecem prazos em quantidades exatas de anos, mas, em geral, haja dificuldade em trabalhar com períodos arbitrários como “enquanto vigora”. Ou que o acúmulo de documentos em bancos de dados não seja perceptível como nos setores de trabalho. (SCHÄFER; LIMA, 2012). Reconhece-se que os sistemas eletrônicos contribuem para a racionalização da gestão informacional, com alguns desafios a serem superados, mas é preciso afastar a sensação de que a CPAD pode ser dispensada. A avaliação, mesmo no meio digital, deverá ser conduzida e autorizada pela comissão com os mesmos critérios da avaliação em meio físico e documentada, para que a qualidade arquivística permaneça, independente do suporte.

Um ganho de eficiência a partir do uso das TICs é que as Comissões poderão se valer de relatórios gerados pelos próprios sistemas para proceder à avaliação; com o cuidado de garantir que os prazos no sistema sejam indicativos, não processados indiscriminadamente pela ferramenta, situação do software estudado por Flores Lampert (2013).

No que diz respeito à gestão financeira e fiscal, é imperativa a atuação da CPAD na orientação de quais documentos de valor primário surtem efeitos financeiros e legais e na garantia de que estes documentos estarão disponíveis pelo tempo necessário à comprovação das ações a que se referem, para uma gestão econômica transparente e eficiente. Ressalta-se que a atuação da CPAD também deve ter como premissa que a precisão no tempo de guarda dos conjuntos documentais evita custos processuais decorrentes da eliminação sem critérios, isto é, aqueles nos quais a organização não

possui prova ou contraprova para se defender em casos litigiosos.

Portanto, acredita-se que o cenário da dimensão econômica da avaliação de documentos tem relação com o ODS 8 da Agenda 2030, que busca "Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos", mais especificamente à meta 8.2 "atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação [...]". Ainda, há convergência com o ODS 16 "Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis" e suas metas 16.6 "desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis" e 16.7 "garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis". (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

#### **4.3 Dimensão ambiental e a avaliação**

A dimensão ambiental do TBL evoca práticas que não comprometam os recursos naturais e a biodiversidade para as gerações futuras. Relaciona-se, logo, ao uso de energias renováveis, à minimização de poluentes e responsabilidade ecológica. (ALHADDI, 2015). Nos trabalhos analisados não foi encontrada menção de práticas que pudessem ser relacionadas à dimensão ambiental da Avaliação de Documentos, desta forma, o que se segue é uma análise com base na Legislação Arquivística Brasileira e Correlata. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020).

Por mais que a maior parte dos documentos comece hoje a ser produzida em meio digital, ainda assim, há um acumulado de documentos físicos que requer guarda intermediária longa, e por muito tempo ainda será preciso lidar com a destruição de resíduos de destruição de suportes. A despeito do mais recente decreto 10.278/2020, que autoriza a digitalização de substituição dos documentos físicos, ressalta-se que muitas organizações ainda não possuem infraestrutura tecnológica para atender aos mínimos requisitos para digitalizar por substituição; o mesmo pode ser dito a respeito do planejamento para preservação digital do material digitalizado.

De acordo com o art. 5º da Resolução do Conarq nº40/2014, deve haver garantia de que a descaracterização dos documentos não possa ser revertida, portanto a destruição dos suportes passíveis de eliminação deve ser definitiva. Assim, A CPAD

poderá motivar as organizações a estabelecerem parcerias com instituições de reciclagem, desde que seja prevista em contrato a natureza sigilosa dos documentos, que requerem discrição das partes e, por precaução, seja realizada fragmentação manual ou mecânica antes da entrega do material a estas instituições. É o que dispõe, por exemplo, a Recomendação Nº 37/2011 do Conselho Nacional de Justiça e no Provimento nº18/2011 do Poder Judiciário do Estado do Ceará, segundo os quais recomenda-se contemplar programas socioambientais por meio de reciclagem e doação dos resíduos de eliminação a entidades sem fins lucrativos. No caso dos documentos em meio eletrônico, a destruição pode ocorrer por desmagnetização ou reformatação do material antes da entrega dos suportes físicos à reciclagem. Deste modo, elimina-se a possibilidade de destruição por meios mais nocivos ao ambiente, como queimadas, que geram gases poluentes e podem se alastrar, provocando a perda da biodiversidade e o aumento de doenças respiratórias; tampouco o simples descarte sobre o solo, este último que pode ocasionar a formação de lixões e a contaminação do solo.

É ainda previsto como diretriz da Resolução nº11/2014 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, da Portaria nº 2.145/2014 do Ministério da Justiça e do Decreto Nº 8.539/2015, o intuito de "ampliar a sustentabilidade ambiental por meio do uso de tecnologias de informação", sem, contudo, explicitar em termos como se dará a relação de causa e efeito.

Em relação ao uso de matéria prima para produção de documentos arquivísticos, a Resolução Nº 42/2014 do Conarq não recomenda que seja utilizado papel reciclado para a produção de documentos permanentes e de longa guarda, devido à qualidade físico-química do material produzido no Brasil, que não obedece à ISO 9706 (1994) e ISO 11108 (1996). Não há como discutir contra este argumento, tendo em vista que seria alto o custo para conservação e restauração destes materiais caso fossem utilizados para a produção de documentos permanentes, além do alto risco de perda informacional. Nos casos em que os documentos forem de curtíssimo prazo de guarda e houver comprovação de que só possuirão vida corrente, o papel reciclado pode ter utilidade. Atenta-se para o fato de que a correta destinação dos rejeitos, ainda que não sejam em papel reciclável, importa mais que a utilização da matéria prima reciclável na produção dos documentos.

Isto posto, a dimensão ambiental da avaliação de documentos tem evidente conexão com o ODS 12, que revela o intuito de "Assegurar padrões de produção e de



consumo sustentáveis” e, nas suas metas, prevê 12.2 “até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais”, 12.5 “até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso” e 12.6 “incentivar as empresas [...] a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios”. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

## 5 CONCLUSÕES

Em se tratando do desenvolvimento sustentável sob o modelo do TBL, infere-se que na maior parte da literatura analisada constatou-se uma preocupação teórica com as dimensões social e econômica e que ainda é incipiente a preocupação com a dimensão ambiental; esta, por sua vez, encontra-se presente ainda que de forma modesta na legislação arquivística brasileira.

A partir dos resultados identificados, conclui-se que a CPAD nas organizações pode adotar estratégias para minimizar impactos sociais, econômicos e ambientais que porventura venham a incidir ao longo do processo de avaliação e que possam interferir na capacidade de manutenção das gerações futuras nestas três dimensões. Ao mesmo tempo, verifica-se que essas estratégias devem estar acompanhadas de uma postura profissional ética e crítica de seus membros, e não meramente tecnicista.

A dimensão social da avaliação tem permeado o pensamento arquivístico na pós-modernidade e dialogado com a responsabilidade atribuída à função de construir o patrimônio documental de uma instituição, e, por extensão, transformar a sociedade. Ressalta-se que, em tempos de desinformação e negacionismo histórico e científico, poder dispor sobre a manutenção dessas fontes primárias é uma responsabilidade grande, que deve ser atribuída a um colegiado multidisciplinar, diverso e educado em relação a questões políticas, sociais, acadêmicas, tecnológicas e ambientais. A observância desses aspectos provê mecanismos para o empoderamento das minorias, a justiça, a reparação social e a disseminação de conhecimentos científicos e de saúde e bem-estar para os cidadãos, influenciando positivamente na transformação social. A dimensão econômica da avaliação liga-se, sobremaneira, à eficiência do processo, que é melhor alcançada com a existência de estudos prévios à avaliação, com a avaliação ocorrendo na fase corrente do ciclo de vida documental e a CPAD atuando mesmo na adoção de sistemas eletrônicos de gerenciamento. A dimensão ambiental da avaliação

está contida principalmente na correta destinação de resíduos de eliminação e no estabelecimento de parcerias e uso de matérias primas.

Em se tratando dos ODS que se relacionam com a avaliação, pode-se inferir que o escopo de atuação do arquivista e da CPAD é transversal, de modo que é capaz de penetrar em vários objetivos ao mesmo tempo, seja com ações que possibilitem atingir diretamente os objetivos, como o acesso à informação (ODS 16), a manutenção do patrimônio cultural (ODS 11.4) e o consumo sustentável (ODS 12), seja fornecendo informações especializadas que proporcionem o atingimento indireto de outros objetivos, como aqueles relacionados à saúde e bem-estar (ODS 3), educação (ODS 4), e promoção de justiça (ODS 16). Ainda, a Comissão pode atuar eticamente na promoção da inclusão e redução de desigualdades (ODS 10) e tem capacidade de autogestão para garantir uma produtividade sustentável e trabalho decente no âmbito da Comissão (ODS 8). Assim, os arquivistas podem contribuir com ações sustentáveis no trato com documentos e ao mesmo tempo serem provedores de informação sustentável e sobre sustentabilidade. Esta última perspectiva correspondendo ao que se tem chamado Sustentabilidade Informacional.

Por fim, conclui-se que os arquivistas podem se tornar multiplicadores de ações e valores sustentáveis nos seus âmbitos de atuação, como na avaliação de documentos, estando alinhados às políticas nacionais e à agenda internacional da ONU, e, em última análise, contribuindo para o crescimento sustentado com respeito aos direitos e dignidade humana

## REFERÊNCIAS

ALHADDI, H. Triple bottom line and sustainability: a literature review. **Business and Management Studies**, v.1 n.2 p.6-10, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIZELLO, M. L. Organização e acesso à informação no ambiente universitário. **Informação & Informação**, v. 22, n. 2, p. 497-510, 2017.

CHAGAS, C. A. Avaliação de documentos arquivísticos: teoria e metodologia. **Ágora**, v. 30, n. 61, p. 478-498, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/142050>. Acesso em: 12 maio 2021.

COMISSÃO MUNDIAL DE DESENVOLVIMENTO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Legislação Arquivística Brasileira e Correlata**. 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/coletanea-da-legislacao-arquivistica-e-correlata-1/conarq\\_legarquivos\\_jan\\_2020\\_jun\\_2020\\_pdf.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/coletanea-da-legislacao-arquivistica-e-correlata-1/conarq_legarquivos_jan_2020_jun_2020_pdf.pdf). Acesso em: 16 maio 2021.

COOK, T. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950–2000. **Archival Science**, [s. l.], v. 5, p. 101-161, 2005.

COOK, T. **The archival appraisal of records containing personal information: A RAMP Study with Guidelines**. Paris: Unesco General Information Programme and UNISIST, 1991. 94 p.

CUNHA, F. J. A. P.; OLIVEIRA, L. A. F.; LIMA, G. L. Q. A função de avaliação na gestão documental em hospitais. **Acervo**, v. 28, n. 2, p. 206-225, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43521>. Acesso em: 12 maio 2021.

CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO, XXVI., 2019, Antígua, Guatemala. **Declaração de Madrid**. Guatemala:Asociación Latinoamericana de Archivos, 2019. Disponível em:[http://arquivonacional.gov.br/images/GABIN/Declarao\\_de\\_Madrid.pdf](http://arquivonacional.gov.br/images/GABIN/Declarao_de_Madrid.pdf). Acesso em: 16 maio 2021

ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line. In: HENRIQUE, Adrian; RICHARDSON, Julie. **The Triple Bottom Line: Does It All Add Up?** Inglaterra: Earthscan Books, 2004. p. 1-16.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **As bibliotecas e a implementação da agenda 2030 da ONU**. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Declaração de Lyon**. 2014. Disponível em: <https://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration-pt.pdf> Acesso em: 16 maio 2021.

FLORES, D.; LAMPERT, S. R. As funções de produção, classificação e avaliação de documentos arquivísticos no software nuxeo document management. **Informação Arquivística**, v. 2, n. 1, 2013.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. S. Aspectos epistemológicos da ciência da informação e a construção conceitual da sustentabilidade informacional. In: BARBALHO, Célia Regina Simonetti et al (org.). **Sustentabilidade Informacional em Ecossistemas de**

**Conhecimentos.** Manaus: Edua, 2021. Cap. 1. p. 24-38. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5856>. Acesso em: 19 maio 2021.

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. *Arquivística.net*, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50444>. Acesso em: 12 maio 2021.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1996.

MINTEGUI, E.; GALLO, C. A.; KARPINSKI, C. A relação entre as políticas públicas de avaliação de documentos e de memória no Brasil e no Uruguai. **Em Questão**, v. 26, n. 2, p. 330-354, 2020.

MOURA, I. I.; BAHIA, E. M. D. S. Avaliação de documentos em instituições públicas de ensino superior de Florianópolis – SC: panorama de uma década. **Informação@Profissões**, v. 9, n. 1, p. 48-69, 2020.

OLIVEIRA, L. A. F.; CUNHA, F. J. A. P. A importância das comissões de avaliação de documentos e de revisão de prontuários em organizações de saúde: um estudo em hospitais. **Informação Arquivística**, v. 3, n. 2, p. 121-128, 2014. Acesso em: 27 dez. 2022.

OLIVEIRA, L. A. F.; BORGES, J.. A avaliação de documentos como requisito para a difusão do conhecimento em arquivos permanentes: estudos de caso nos Arquivos Histórico Municipal de Salvador e Público da Bahia. **PontodeAcesso**, Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA, Salvador, v. 1, n. 2, p. 100-125, jul./dez. 2007.

Disponível

em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1781/1814>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas> Acesso em: 05 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em:

[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf) Acesso em: 31 mar. 2021.

PATRI, E.C. Relações governamentais, lobby e advocacy no contexto de public affairs. **orGAnICoM**. n. 14, 2011. Disponível em:

<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/viewFile/397/385> Acesso em: 29 jul. 2022.

PENTEADO, P. Gestão de documentos de arquivo na administração pública em Portugal: experiência e desafios. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 28, n. 2, p. 121-133, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/42016>. Acesso em: 12 maio 2021.

ROCKSTROM, J. et. al. A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, n. 24, setembro 2009. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/461472a.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

SCHÄFER, M. B.; LIMA, E. S. A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 3, p. 137-154, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37098>. Acesso em: 12 maio 2021.

SCHELLENBERG, T. R. Avaliação dos documentos públicos modernos. In: SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1973. p. 179-229.

TRACE, C. B. Dentro ou fora do documento? Noções de valor arquivístico. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p.77-106.

**ARQUIVO E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA: O CASO DO ARQUIVO PÚBLICO  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APEES)**

**ARCHIVE AND HISTORIOGRAPHIC PRODUCTION: THE CASE OF THE PUBLIC RECORD  
OF THE STATE OF ESPÍRITO SANTO (APEES)**

*Tiago Braga da Silva\**

**RESUMO**

Trata-se de uma pesquisa cujo objetivo é analisar o uso das fontes do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) nas pesquisas de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES) entre os anos de 2003 a 2021. A pesquisa é de caráter descritivo, de abordagem qualitativa e quantitativa. O estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da análise documental. A análise teve como corpus documental as dissertações e teses produzidas pelo Programa e disponibilizadas no site institucional. Foi constatado que, aproximadamente, 55% das dissertações e 67% das teses, utilizaram as fontes primárias do Arquivo Público do Espírito Santo. O que nos possibilita concluir que o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) é uma base institucional imprescindível à constituição de acervos documentais necessários à produção do conhecimento sobre a história do Espírito Santo.

**Palavras-chave:** fontes de informação; produção historiográfica; Arquivo Público.

**ABSTRACT**

This is a research whose objective is to analyze the use of APEES sources in master's and doctoral research of the Postgraduate Program in Social History of Political Relations at the Federal University of Espírito Santo (PPGHIS-UFES) between 2003 to 2021. The research is descriptive, with a qualitative and quantitative approach. The study used bibliographic research and document analysis. The analysis had as its documentary corpus the dissertations and theses produced by the Program and made available on the institutional website. It was found that approximately 55% of dissertations and 67% of theses used primary sources from the Public Record of Espírito Santo. Which allows us to conclude that the Public Record of the State of Espírito Santo (APEES) is an essential institutional base for the constitution of documentary collections necessary for the production of knowledge about the history of Espírito Santo.

**Keywords:** sources of information; historiographic production; Public Record.

Submetido em: 23 de agosto de 2022

Aceito em: 11 de outubro de 2022

\*Prof. Dr. da Universidade Federal do Espírito Santo | E-mail: [tiagobragadasilva@gmail.com](mailto:tiagobragadasilva@gmail.com)



## 1 INTRODUÇÃO

A mobilização do passado perpassa, não exclusivamente, pela escrita historiográfica, cuja mudança é motivada, em grande medida, pelos próprios questionamentos da história enquanto área de conhecimento: objetivos, objetos, fontes, métodos, entre outras questões, que fomentam reflexões sobre o papel do historiador e, conseqüentemente, da própria história na sociedade.

A história, como um campo de conhecimento, modificou-se ao longo dos séculos, deixou de ser compreendida como um esquema de narrativas verdadeiras, inquestionáveis, entendida como reprodução fidedigna do passado, como foi pensada no século XIX por Leopold Von Ranke. No século XX, a partir da década de 1970, influenciados pelo *linguistic turn*,<sup>1</sup> despertou o interesse nos historiadores pela problematização do texto e da narrativa. Como consequência dessas novas preocupações no campo da história, alterou-se, de maneira significativa, o entendimento do fazer do historiador. (GUIMARÃES, 2007, p. 25- 26).

Para pensar o processo de escrita da história e seus desdobramentos, podemos nos apoiar nas reflexões apresentadas por Certeau (1982, p. 57), especificamente sobre o conceito de operação historiográfica, que concebe a história como uma operação, relacionando-a a um lugar social (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), a procedimentos de análise (uma disciplina) e à construção de um texto (uma literatura).

Assim, a operação historiográfica é entendida em três momentos, sendo que todas, sem sobreposição, podem ser chamadas de historiografia, pois estão inseridas no processo de pesquisa e escrita. E a publicação da literatura (texto) se configura como resultado final da operação historiográfica, uma espécie de retorno do historiador para o mundo da ação.

Retornando às reflexões de Certeau (1982, p. 66), é possível considerar que

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.

---

<sup>1</sup> Tradução: Virada linguística

Assim, inferimos que a produção do conhecimento histórico é permeada por interferências de agentes e processos de agenciamento interno e externo ao campo da história, sendo o estudo histórico um produto de um lugar (CERTEAU, 1982, p. 64), lugar este que se modifica no decorrer do tempo, englobando novos interesses, métodos e intenções. Dinâmica inteiramente aceitável, visto que é nesses deslocamentos que outros agentes e prioridades emergem, proporcionando um novo lugar para a produção historiográfica.

Nesse contexto, inserem-se as instituições arquivísticas que possibilitam o acesso do pesquisador de história às fontes, e assim, contribui, de forma direta, para o processo de escrita da história. Vale lembrar que a história não se faz apenas com documentos de arquivos, os procedimentos metodológicos no campo da história são amplos e envolvem outros tipos de fontes, inclusive produzidas pelo próprio historiador, como as fontes orais.

Voltando o olhar para a história local, especificamente sobre a historiografia do Espírito Santo, podemos constatar que sua configuração é atravessada por dinâmicas que, marcadamente, se constituem por conjunturas políticas e sociais, que buscam projetar determinadas representações no campo social, cultural, econômico e político.

Nascimento (2016, p. 273) ao pesquisar a historiografia do Espírito Santo, especificamente acerca das formas, funções e significados que tiveram as diferentes manifestações historiográficas sobre o Espírito Santo entre a década de 1960 e o início do século XXI, concluiu que a história do Espírito Santo foi elaborada sob o paradigma do desenvolvimento, que a partir da noção de atraso e superação, criou-se uma identidade histórica que permeou a historiografia e o discurso político.

Em oposição a essas narrativas, o autor aponta para a produção, a partir do início do século XXI, de trabalhos de pesquisas classificados por ele como sendo as *narrativas críticas do Espírito Santo*. Consiste em teses, dissertações e artigos acadêmicos produzidos, principalmente, mas não exclusivamente, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES), apresentando uma nova produção histórica sobre a temática do desenvolvimento do Espírito Santo em diferentes épocas, e sobre diferentes sujeitos até então marginalizados pela história local. (NASCIMENTO, 2016, p. 17-19).

Nesse debate, uma outra reflexão se faz importante: os espaços que possibilitam a mobilização do passado do Estado do Espírito Santo para a construção de novas

interpretações, tal como o Arquivo Público do Espírito Santo, que se consolida como um espaço público de preservação de documentos sobre o Estado do Espírito Santo.<sup>2</sup>

A pesquisa é de caráter descritivo, de abordagem qualitativa e quantitativa. O estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da análise documental. A análise teve como corpus documental as dissertações e teses produzidas pelo Programa e disponibilizadas no site institucional: <http://www.historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHIS>. O objetivo foi verificar o uso das fontes documentais custodiadas pelo APEES na produção de pesquisas sobre a história do Espírito Santo.

Como estratégia de busca, inicialmente, foi utilizada a análise do resumo e das palavras chaves com vias a identificar se a pesquisa tratava de algum aspecto do Espírito Santo, e, em seguida, a análise das fontes, com o objetivo de verificar o uso das fontes primárias fornecidas pelo APEES.

## 2 DOCUMENTO DE ARQUIVO: ENTRE A HISTÓRIA E A ARQUIVOLOGIA

A relação do historiador com o documento de arquivo, usado como fonte de pesquisa, aproxima-o dos arquivistas, cuja preocupação se impõe, em um primeiro momento, com a organização, preservação e disponibilização dos documentos de arquivo aos usuários.

Durante o Século XIX, sob forte influência do positivismo, os arquivistas se apoiavam nos pressupostos epistemológicos básicos da história. O ponto central do trabalho dos arquivistas era calcado no conteúdo dos documentos, e não no conteúdo dos arquivos. O que proporcionava um ponto comum entre os historiadores e arquivistas. (JEURGENS, 2005, p. 2).

No final do Século XIX, a nova geração de arquivistas começa a se distanciar dos pressupostos da História, abandonando o método cronológico de organização de arquivos. Empreendiam-se nesse momento, um esforço para se libertar dos historiadores e da História, lutavam por uma emancipação da Arquivologia. (JEURGENS, 2005).

---

<sup>2</sup> Destaca-se que no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, instituído pela Resolução nº 28 do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2009, consta o registro de 23 instituições, incluindo o APEES, detentoras de acervos arquivísticos no Estado do Espírito Santo.

Nessa direção, em 1898, foi publicado, pela Associação dos Arquivistas Holandeses, o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos - *Handleiding vor het ordenen em bescheijven van archieven*, de autoria de S. Muller, T. Feith e J. Fruin, que ficou conhecido no Brasil como o “Manual dos Arquivistas Holandeses”.

Essa publicação marcou a trajetória do desenvolvimento da Arquivologia no mundo, é considerada o marco fundador da disciplina arquivística, visto que foi traduzido para mais de 60 idiomas (TOGNOLI, 2010, p. 26). No Brasil, o manual foi traduzido pela primeira vez em língua portuguesa em 1960 e a 2ª em 1973.

No manual, que apresentou 100 regras para a organização de arquivos, a preocupação com o historiador e suas pesquisas ficaram em um segundo plano. A regra número 19, preconizava que “[...] No arranjo do arquivo, os interesses da pesquisa histórica somente em segundo lugar devem ser atendidos [...]” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 53).

Essa regra é posta em oposição ao ordenamento de documentos considerando o conteúdo (temática) e sua cronologia,

Não é lícito, portanto, desmembrar nenhuma série de cartas recebidas, sobre os mais diversos assuntos, pelo órgão administrativo, para constituir um maço de documentos correspondentes a determinada matéria específica. Menos ainda caberia extrair as peças sobre o mesmo tema, de séries diversas, para reuni-las todas, como se fez outrora no Arquivo-Geral do Estado, com mira na constituição do grupo de «Documentos atinentes às Expedições Polares». (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 53).

Jeurgens (2005) afirma que a comunidade arquivística, com a adesão do Manual dos Arquivistas Holandeses, por diferentes países, fez uma escolha clara e positivista para a abertura dos arquivos na perspectiva do seu produtor.

Outro ponto que causou divergência entre os arquivistas e historiadores foi o desenvolvimento do processo de avaliação e seleção de documentos. O crescimento exponencial da produção de documentos a partir da década de 1945, no pós-guerra, levou os arquivistas a elaborarem métodos para realizar processo de avaliação de documentos e procederem pela guarda dos documentos em arquivos definitivos ou sua eliminação. Esse procedimento provocou fortes reações dos historiadores, que estavam com medo que fossem eliminados documentos importantes para a pesquisa. Eles alegavam que os arquivistas se deixavam levar pelos interesses da administração governamental, o que

levou a uma quebra de confiança entre os arquivistas e historiadores. (JEURGENS, 2005, p. 4).

No âmbito da História, Langlois e Seignobos, historiadores da história metódica “[...] exprimiram numa fórmula notável que constitui a profissão de fé fundamental do historiador, que é a base da ciência histórica: ‘Sem documentos não há história’ [...]” (LE GOFF, 1996, p. 106-107). No entanto, em oposição a essa frase, Lucien Febvre, que junto com Marc Bloch fundou a Escola dos Annales, escreveu que “sem problema não há história”. (BARROS, 2012, p. 310)

#### Os fundadores da Escola dos Annales

[...] davam início a uma crítica em profundidade da noção de documento. ‘Os historiadores ficam passivos, demasiado freqüentemente, perante os documentos, e o axioma de Fustel (a história faz-se com textos) acaba por se revestir para eles de um sentido deletério’, afirmava Lucien Febvre [...], que lamentava, não já a ausência de sentido crítico nos historiadores, que praticavam todos eles mais ou menos a crítica dos documentos preconizada pela École des Chartes e a história positivista do século XIX, mas o fato de que se pusesse em discussão o documento enquanto tal. (LE GOFF, 1996, p. 545).

Ainda que a História-problema, preconizada pela escola dos Annales, seja a linha mestra dos historiadores contemporâneos em oposição a História positivista, factual e tradicional desenvolvida no século XIX, os documentos escritos ocupam um lugar de destaque no empreendimento da escrita da história. Sob uma nova perspectiva, a História amplia o conceito de fonte, possibilitando aos historiadores o uso de diferentes materiais para a realização de suas pesquisas. O historiador José D’assunção Barros define fonte histórica como sendo

[...] tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história.[...]. (BARROS, 2019, p. 15).

Aos documentos de arquivo, numa perspectiva arquivística, é possível associar uma característica que lhes são próprias, que os diferem de outros materiais que só passam a ter valor referencial e probatório quando são levados, por iniciativa do pesquisador, a responder a determinadas perguntas. Os arquivos são considerados subprodutos das atividades desenvolvidas por organizações e indivíduos de acordo com

os padrões legais da sociedade a que pertencem, portanto desde sua origem possuem o estatuto probatório. (CAMARGO, 2009, p. 426-427).

Os arquivos são considerados por Camargo (2009, p. 427), apoiado em Marie-Anne Chabin, como “documentos de nascença”, diferente daqueles considerados “documentos de batismo”, que só recebem o estatuto probatório por força das operações a que são submetidas, seja por juristas, historiadores e outros interessados.

Esse entendimento de documento de arquivo contrapõe às reflexões do pesquisador Jacques Le Goff (1996, p. 548), que considera todo documento como uma mentira, com o argumento que o

[...] documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. (LE GOFF, 1996, p. 547-548).

É preciso pontuar que a percepção do estatuto probatório dos documentos, na perspectiva arquivística, está associada ao seu contexto de produção. É a partir da produção, com o foco no produtor, que é associada sua característica em relação ao valor referencial e probatório.

[...] sua natureza instrumental, totalmente atrelada à lógica da entidade produtora, assegura-lhe a condição de refletir sempre a ação de que se originou. Por isso podemos afirmar que o valor referencial e probatório do documento de arquivo não é mera contingência, nem depende do olhar comprometido e cambiante de seus eventuais usuários secundários. [...] (CAMARGO, 2009, p. 427).

Essa interpretação do documento suscita uma discussão sobre dois pressupostos fundamentais apresentados por Duranti (1994, p. 51) acerca do documento de arquivo: que os documentos atestam as ações e transações, e que sua veracidade depende das circunstâncias de criação e preservação.

Esses pressupostos estão ligados a cinco características do documento de arquivo, cujos arquivistas, à luz de sua prática profissional, estão incumbidos a preservar: imparcialidade, “[...] os registros são inerentemente verdadeiros, ou, como diz o arquivista



britânico Hilary Jenkinson, ‘livres da suspeita em nome dos quais os usamos hoje.’[...]”; autenticidade, “[...] os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados [...]”; naturalidade, “[...] diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta: eles não são ‘coletados artificialmente, como os objetos de um museu [...], mas acumulados naturalmente nos escritórios em função dos objetivos práticos da administração”[...]; inter-relacionamento, visto que “[...] os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Cada documento está intimamente relacionado ‘com outros tanto dentro quanto fora do grupo no qual está preservado e [...] seu significado depende dessas relações’.[...]”; e unicidade, “[...] provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental.[...]”. (DURANTE,1994, p. 50-52).

O tratamento dos arquivos deve voltar-se para a lógica de produção, para o produtor. “[...] Encará-lo de outra maneira, sem levar em conta tal especificidade, é tornar-se presa fácil da retórica desenvolvida fora da área da arquivologia, onde a palavra arquivo assume metaforicamente outros significados [...]”. (CAMARGO, 2009, p. 437).

Camargo destaca, ainda, que

[...] O fato é que os arquivos vêm servindo de pretexto para se falar de outras coisas – do método histórico, das possibilidades de um conhecimento objetivo, das interfaces entre história, memória e esquecimento -, sem que se considere sua natureza específica e a qualidade da prova que podem proporcionar. De pouco adianta proclamar que ‘não existe um documento-verdade’ ou que ‘todo documento é mentira’ (Le Goff, 1980), se o que se pretende do historiador é que ele realmente saiba operar a transformação de dados brutos em conhecimento, ou que não seja ingênuo a ponto de fazer coincidir o seu discurso com o do material empírico em que se baseia, na suposição de que ambos se equivalem. O conhecimento do passado, que é sempre produção de sentido e interpretação, envolve, entre outros requisitos, o cuidado de não tratar os documentos (especialmente os de arquivo) como entidades discretas, com vida própria e autônoma. (CAMARGO, 2009, p. 437).

O documento de arquivo, ainda que se considere os atributos que lhe conferem tais especificidades em relação a outras fontes, são fontes históricas para o historiador, e poderão contribuir com os historiadores na compreensão e interpretação do passado. Ainda que possamos, numa perspectiva da Arquivologia, compreender o atributo de

imparcialidade dos documentos de arquivo, “[...] tão malvisto por historiadores [...]”, é possível afirmar que o documento de arquivo possui duas condições: “[...] são sempre parciais em relação à entidade produtora, isto é, são partes constitutivas da sua lógica interna; e são, simultaneamente, imparciais em relação ao pesquisador, isto é, não são partes constitutivas da lógica de pesquisa.[...]”. (CAMARGO, 2009, p. 435).

Essas considerações permitem compreender o documento de arquivo como uma entidade dotada de possibilidades de usos para a pesquisa histórica, mas é preciso reconhecer que, ainda que a Arquivologia reconheça o estatuto probatório como um elemento central do documento de arquivo, cabe ao historiador, considerando as questões que pretende responder, realizar a crítica documental, e não deixar seduzir-se pelos documentos.

De todo modo, a seleção das fontes como uma etapa constituinte da operação historiográfica pode constituir-se em uma espécie de transformação de documentos em monumento, a partir das reflexões postas por Le Goff, visto que determinados documentos são eleitos e sacralizados no texto historiográfico como uma testemunha. A essa operação, sem hesitar, incide diferentes fatores que influenciam na seleção de um documento ou conjuntos de documentos, em detrimento de outros: lugar social do historiador, metodologia, problema de pesquisa, etc.

As últimas décadas do século XX impuseram novas perspectivas teóricas e metodológicas à Arquivologia e à História. A Arquivologia, por influência da abordagem pós-moderna, desenvolvida principalmente pelos canadenses nos anos de 1980, engendrou uma discussão sobre o papel dos arquivistas, a natureza dos arquivos e sua relação com a memória, sobretudo sobre as relações de poder. (MIRANDA, 2012, p. 900).

Nessa nova abordagem, algumas mudanças se impõem ao entendimento do documento: deixa de ser visto como objeto físico estático e passa a ser entendido como dinâmico e virtual; não é mais entendido como um produto passivo da atividade humana ou administrativa, mas como um agente ativo na formação da memória humana e organizacional; também muda a visão do contexto de sua produção dentro de organizações hierárquicas estáveis para situá-lo em redes horizontais fluídas de funcionalidade de fluxo de trabalho. (COOK, 2012, p. 4-5).

Além disso, diante dessas mudanças, Cook (2012, p. 5) afirma que é exigido dos arquivistas que deixem de identificar-se como guardiões passivos de um patrimônio

herdado, e passem a celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social). Dito de outra forma:

[...] o discurso teórico arquivístico está mudando de produto para processo, de estrutura para função, de arquivos para arquivamento, de registro para contexto de registro, de resíduo ‘natural’ ou subproduto passivo da atividade administrativa para memória social construída conscientemente e mediada ativamente ‘archivalisation’. (COOK, 2012, p. 5).

Por outro lado, a história, que a partir da Escola dos Analles, na década de 1970, redefiniu a concepção de documentos, possibilitou o uso de novas abordagens teóricas de outras ciências sociais. Negando a postura de neutralidade e apresentando o contexto frente ao texto, as relações de poder e os significados. (MIRANDA, 2012, p. 900).

O ponto convergente entre o historiador e o arquivista consiste, prioritariamente e em termos gerais, na manipulação dos documentos de arquivo. O primeiro, com objetivos claros de pesquisa, o segundo, por sua vez, preocupado com os processos de organização, disponibilização e usos desse material.

Na perspectiva da História, ao documento de arquivo, juntamente com outros materiais manipulados pelos historiadores na operação historiográfica, são associados diferentes vocábulos: Documentos históricos e Fontes históricas. Esses termos são usados como sinônimos.

O termo “documento histórico”

[...] é empregada desde o século XIX, quando os historiadores utilizavam como fontes de informação e como caminhos de análise, de modo muito mais preponderante, alguns tipos de textos como aqueles produzidos pelas instituições, pelos organismos do Estado e dos poderes constituídos, ou, ainda, como as crônicas de época oficiais patrocinadas por esses mesmos poderes, entre outras possibilidades. Essa escolha de fonte era essencialmente orientada por um modelo específico de História Política que perdurou amplamente no primeiro século da historiografia científica. Por causa do amplo predomínio da produção textual no universo que os historiadores tomavam com seu conjunto de fontes históricas – e também por causa da enfática ideia de prova que esses textos assumiam no trabalho dos historiadores –, a designação ‘documento histórico’ surgiu como uma tendência no vocabulário historiográfico, o que inclusive parecia aproximar do trabalho dos juristas o tipo de trabalho que os historiadores desenvolviam. A palavra documento é ela mesma resíduo de um tipo de história que se fazia em um período anterior. (BARROS, 2019, p. 18).

O termo “documento histórico” também é muito utilizado no campo dos arquivos, muito embora, no caso do Brasil, não conste como um vocábulo no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, editado pelo Arquivo Nacional em 2005. Mas, por outro lado, o termo “arquivo histórico” aparece associado ao termo “arquivo permanente”, que conforme o Dicionário é o “[...] Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor. 2) Arquivo responsável pelo arquivo permanente [...] Também chamado arquivo histórico [...]”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34).

Essa associação é atravessada pelo entendimento de que os documentos de guarda permanente, aqueles destinados à guarda definitiva nos Arquivos Públicos em função dos seus valores secundários,<sup>3</sup> são “documentos históricos”. E que seus usos são, quase que de forma exclusiva, destinados aos historiadores para realização de suas pesquisas historiográficas.

Essa compreensão é limitadora, na medida em que o arquivo permanente pode responder às diferentes demandas de informação, de diferentes grupos sociais e profissionais, para diferentes fins, não apenas, ou de forma exclusiva, para os historiadores.

Rosseau e Couture (1988, p. 123) alertam que

[...] Não se deve associar o valor secundário à necessidade exclusivamente histórica, uma vez que se prova que os documentos conservados por essa razão são utilizados para toda espécie de fins e que a necessidade puramente histórica é apenas uma entre outras.[...].

Movida pela influência historiográfica, de conceber os documentos de arquivo como documento histórico, muitos arquivos públicos no Brasil recebem o nome de Arquivo Histórico: Arquivo Histórico Municipal de Salvador, Arquivo Histórico de São Paulo, Arquivo Histórico de Joinville entre outros.<sup>4</sup>

Essas instituições, para além de seu contributo às pesquisas historiográficas, servem à administração no processo de gestão de documentos e, além disso, possibilitam ao cidadão o uso de documentos na comprovação de seus direitos, entre outras possibilidades de usos.

Para mais, a própria História alargou o conceito de “documento histórico”

---

<sup>3</sup> Os valores secundários referem-se aos valores probatório e informativo do documento.

<sup>4</sup> Informações disponíveis no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos instituído pela Resolução nº 28 do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2009.

[...] à medida que a historiografia expandia seus limites no decurso do século XX. O historiador moderno, contribuindo para uma incessante renovação de seu próprio saber, adotaria no mundo contemporâneo novas perspectivas, passaria a dispor de novos métodos e a contar com o diálogo e intercuro de outras disciplinas como a Geografia, a Linguística e a Psicologia – apenas para mencionar três campos relacionados aos exemplos antes expostos: a paisagem, a palavra e o gesto. Tudo isso e mais o interesse por novos objetos, até então negligenciados pela História tradicional, fez com que a historiografia contemporânea se encaminhasse para necessitar cada vez mais de outros tipos de fontes que não só as tradicionais crônicas e os habituais registros arquivísticos. (BARROS, 2019, 20).

Com essa ampliação, o termo “fontes históricas” se apresenta como uma possibilidade mais atual para as multiplicidades de fontes postas ao historiador. Conclui-se, conforme aponta o historiador Barros (2019, p. 20), que, ainda que os arquivos oficiais constituam uma fonte importante ao trabalho dos historiadores, não são suficientes para fornecerem tudo o que é necessário para o seu trabalho. A escolha da fonte histórica está relacionada com o objeto específico ou com os problemas históricos abordados pelo historiador.

De todo modo, a mobilização do documento de arquivo perpassa as práticas operadas pelas instituições arquivísticas e que as escolhas técnicas e políticas podem conduzir as instituições arquivísticas para uma zona de silenciamento. E sob esse aspecto é que reside a preocupação que une os arquivistas e os historiadores, a Arquivologia e a História, pois as duas áreas possuem interesse nos usos dos documentos de arquivo e, além disso, preocupam-se em compreender, para além dos documentos, o lugar social e cultural das instituições arquivísticas nas sociedades democráticas contemporâneas.

### **3 USOS DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NAS PESQUISAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS DA UFES**

A produção historiográfica vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Ufes (PPGHS), assume um lugar de destaque na interpretação do passado sobre o Estado do Espírito Santo. Nascimento (2016, p. 27-28) afirma que

[...] a historiografia acadêmica recente, principalmente associada ao Programa de Pós-Graduação em História da Ufes, mas não

exclusivamente, tem colaborado com a desmitificação do atraso como característica do passado local, com a crítica aos modelos de desenvolvimento econômico instituídos no Estado e com a elaboração de uma história indígena no Espírito Santo reivindicativa de uma memória desses grupos e seu papel como sujeitos da história local.

O programa teve início com o curso de mestrado em 2003, 7 anos depois, no ano de 2010, criou-se o curso de doutorado, possibilitando o seu início no ano de 2011. Possui como área de concentração a História Social das Relações Políticas, dividida em três linhas de pesquisas: 1) Sociedade e Movimentos Políticos; 2) Estado e Políticas Públicas; e 3) Representações e ideias políticas.

Do ano de 2003, início das atividades do PPGHIS/UFES, até o ano de 2021, recorte temporal desta pesquisa, foi produzido o total de 61 teses e 328 dissertações.<sup>5</sup> Para a amostragem da análise sobre os usos dos documentos do APEES na produção de conhecimento historiográfico, foram consideradas apenas as teses e dissertações que tratavam de algum aspecto do Estado do Espírito Santo, independente do período, da metodologia ou temática. Nesse sentido, tivemos como amostragem o seguinte quantitativo: 34 teses e 170 dissertações, totalizando 204 trabalhos.<sup>6</sup>

Desse total, 95 dissertações, aproximadamente 55%, e 23 teses, aproximadamente 67%, utilizaram as fontes primárias do Arquivo Público do Espírito Santo. Numa visão geral, são 118 trabalhos, aproximadamente 57%, que fizeram uso das fontes primárias do APEES.

Vale ressaltar que as pesquisas acerca de aspectos sobre o Espírito Santo não estão restritas ao PPGHIS/UFES, o que numa análise mais ampla, utilizando outros repositórios, analisando trabalhos de outras áreas e de outras instituições, pode-se conferir e ampliar esses números de forma considerável.

Vamos apresentar um breve panorama sobre os trabalhos analisados, em especial o período de estudo e as temáticas abordadas. Entre os trabalhos selecionados para a análise, entre teses e dissertações, 8 referem-se ao Período Colonial, 33 ao Período Imperial e 69 ao Período Republicano. Além desses trabalhos, 1 trabalho abrange o Período Colonial e Imperial e 7 possuem recorte temporal que abrangem o Período

---

<sup>5</sup> A coleta de dados foi realizada em agosto de 2022.

<sup>6</sup> 6 (seis) dissertações que tratam de algum aspecto do ES não estão disponíveis no site do programa, assim sendo, não foram contabilizadas nesse quantitativo devido à impossibilidade de análise.

Imperial e Republicano. Conclui-se pela predominância absoluta de pesquisas acerca do período republicano da história do Espírito Santo.

Os trabalhos com recorte temporal no Período Colonial, abordaram questões sobre a educação, escravidão, jesuítas, economia, a Ordem de Cristo e imprensa. Para realizarem as pesquisas utilizaram-se as seguintes fontes documentais disponíveis no APEES: Correspondências e Atos do Príncipe Regente, relatórios dos presidentes da província do Espírito Santo e documentos do Fundo Governadoria.

Sobre o Período Imperial, os trabalhos abordaram diferentes temáticas de pesquisas: questão indígena, Escravidão, eleições, Comarca do Espírito Santo, mulheres, guarda nacional, juiz de paz, eleições, Polícia Militar e imigração. Para tanto, fizeram usos dos Jornais e panfletos do século XIX microfilmados no Arquivo Público do Espírito Santo, Correspondências e Atos do Príncipe Regente, processos criminais, relatórios dos presidentes da província do Espírito Santo, documentos do Fundo Educação, Fundo de Polícia e Fundo Governadoria.

Os trabalhos realizados no recorte temporal do Período Republicano, trataram das seguintes temáticas: história da historiografia do Espírito Santo, questões ambientais, urbanização, Estado Novo, educação feminina, desenvolvimento econômico, memória, educação, ditadura e imigração. Esses trabalhos utilizaram os seguintes documentos custodiados pelo APEES: prontuários da Polícia Civil, jornais e revistas (“O Cachoeirano<sup>12</sup>”, “Alcantil” e “Estado do Espírito Santo”), plantas e fotografias, Fundo Governadoria: Série Accioly, Novas Séries, Série 751 livros e Série Correspondências, Relatórios do Diretor da Instrução Pública, Livro de Matrícula dos Ilhéus e acervo do DOPS/ES.

Além desses períodos citados, 8 trabalhos abrangeram mais de um período, 1 abordou os Períodos Colonial e Imperial e 7 trabalhos os Períodos Imperial e Republicano. Abordaram diferentes temáticas: identidade política, Oligarquia e elite política, Governo Moniz Freire, Luta pela terra, escravidão e morte na cidade de Vitória (Segunda metade do século XIX e os primeiros anos da república). Para a realização das pesquisas foram indicados os usos dos seguintes documentos custodiados pelo APEES: Fundo Governadoria, jornais capixabas publicados no século XIX e início do século XX, Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Fundo de Polícia, Fundo Agricultura e Fundo Inspeção de higiene pública.



Para além do que os números podem revelar com indicadores estatísticos sobre os usos dos documentos, há uma narrativa que é tecida sobre o APEES pelos pesquisadores, que se divide entre agradecimentos, elogios e, também, críticas gerais que repercutem em sua visão sobre o Arquivo.

Na pesquisa de doutorado defendida em 2016, pelo pesquisador Leonardo Bis dos Santos, foi relatado as consequências da falta de políticas públicas no campo dos arquivos tendo em vista os empecilhos que circunscreveram a escrita da sua tese por falta de fontes, resultado dos problemas no processo de recolhimento,

Ainda justificando o que o leitor vai ler logo adiante, consubstanciando a desproporcionalidade entre os registros das diferentes UC's, destacam-se as formas de organização documental – e em alguns casos até mesmo a perda de processos e dados primários. As constantes mudanças de órgãos gestores e, principalmente, o não envio ao Arquivo Público Estadual, certamente influenciaram essa situação. Em alguns casos nos deparamos apenas com as informações contidas nos planos de manejo – e em outros nem isso! (SANTOS, 2016, p. 289).

O recolhimento é uma função importante para uma instituição arquivística, pois é por ele que se formam os acervos que serão disponibilizados para os pesquisadores e a sociedade em geral. O não envio de documentos para as instituições de guarda, pode configurar na perda de importantes componentes do passado, o que pode dificultar a compreensão dos fatos vividos da sociedade, dos grupos sociais, e dos sujeitos.

Ainda com relação ao recolhimento de documentos ao Arquivo, desta vez especificamente relacionado aos arquivos pessoais, foi possível constatar, em diferentes trabalhos, a indicação de uso de fontes de arquivos pessoais não depositados em instituições de guarda, que estão com seus produtores ou familiares: Arquivo pessoal de Myrthes Bevilacqua Corradi, Arquivo pessoal de Roberto Valadão Almokdice, Arquivo pessoal de Laura Coutinho, Arquivo pessoal de Adilson Vilaça, Arquivo pessoal de Higner Mansur, Arquivo pessoal de Paulo Hartung, Arquivo pessoal de João Pedro e Aguiar, Maurício Abdala Guerrieri, Cláudio Vereza, Teresa Sartório e Alessandro Vescovi. Dentre esses acervos citados, podemos destacar o acervo de Myrthes Bevilacqua Corradi, a primeira mulher eleita deputada federal pelo Espírito Santo; o Arquivo pessoal de Laura Coutinho, ex-estudante da Ufes que militou contra o regime militar brasileiro e chegou a ser presa na década de 1970.

A indicação desses acervos é um forte indicativo que há uma grande quantidade de acervos privados no Estado do Espírito Santo que podem ser mapeados pelo Arquivo Público e subsidiar um planejamento futuro de aquisição. Os usos desses acervos nas pesquisas do PPGHIS/UFES reforçam sua importância para a pesquisa acadêmica.

Além das questões acerca das lacunas dos arquivos pessoais, podemos apontar problemas com os documentos sobre os Ciganos no Estado do Espírito Santo. Daniela Simiqueli Durante, relata as dificuldades encontradas em sua pesquisa intitulada: “Ciganos nas terras do Espírito Santo: representações sócio- políticas (1870-1936)”,

A falta de acesso a documentos e a disponibilidade dos arquivos públicos estaduais em atender os pesquisadores ainda constituem um grande empecilho na construção de uma história espírito-santense que represente as múltiplas vozes que participam da construção deste estado.[...] A ampla baliza fez-se necessária a fim de analisarmos as representações dos ciganos nas décadas finais do século XIX e o início do século XX pela ótica dos impressos capixabas. As representações encontradas forma consoantes com a bibliografia utilizada. As imagens do cigano ladrão, trambiqueiro e sequestrador e da cigana lasciva e feiticeira compreendem algumas apropriações que os capixabas adquiriram com base na imprensa deste período. O corpus documental utilizado, contudo, não foi capaz de responder questões de extrema relevância: como viviam estes ciganos? quais eram as suas opiniões, sentimentos, concepções a respeito do mundo e da sociedade que os cercavam? Estas indagações não foram exploradas pela imprensa capixaba. (DURANTE, 2014, p. 126).

Essas questões, ainda que a autora apresente circunscritas ao contexto capixaba, não se referem apenas a uma questão local/regional, perpassam outras instituições, em diferentes âmbitos, no Brasil.

As invisibilidades operadas nos arquivos de determinados grupos proporcionam a reflexão crítica das narrativas que os arquivos públicos querem criar, e podem ser um ponto importante na resignificação dessas instituições, buscando, a partir de outras estratégias, a representação desses grupos até então silenciados.

A pesquisadora Julia Duarte de Souza, na dissertação apresentada em 2009, intitulada: Políticas Públicas Culturais cidade de Vitória - ES (1991-2008), afirma que ao longo da pesquisa encontrou muitas dificuldades de acesso à informação, dentre elas: “[...] demora nos prazos de entrega de cópias de documentos; demora no retorno das entrevistas para checagem e correção de informações; dificuldade de acesso a

determinados jornais da época no arquivo público, sendo muitos deles danificados, onde datas e outras informações foram perdidas. [...]” (SOUZA, 2009.p. 21).

A questão da conservação física dos documentos também aparece no trabalho de Kátia Sausen da Motta, apresentado em 2013, intitulado: “Juiz de paz e cultura política no início do oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827- 1842)”, aparece a seguinte questão: “[...] O estado de conservação do documento referente à Barra de São Mateus impossibilitou sua utilização em análise quantitativa. Entretanto, as informações da fonte foram utilizadas de forma qualitativa sempre que possível.[...]” (MOTTA, 2013, p. 107) e no trabalho da Fabiene Passamani Mariano, autora da tese “A festa do Divino em Viana no Século XXI: Memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba”, apresentada no ano de 2019, afirma que os documentos mais significativos para o desenvolvimento do segundo capítulo da tese, cujo objetivo foi apresentar um panorama da Capitania do Espírito Santo no início do século XIX, enfatizando a vinda e a instalação de famílias açorianas na região, estavam localizados no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), no entanto, faz a seguinte observação: “[...] Alguns documentos referentes ao período selecionado estavam em condições precárias, tanto para o manuseio, quanto para leitura. Muitos deles estavam ilegíveis, manchados ou parcialmente destruídos por traças.” (MARIANO, 2019, p. 72).

O atendimento do Arquivo às demandas do pesquisador sempre é um desafio, visto que cada pesquisa usa de diferentes fragmentos do passado depositados no Arquivo Público, o que gera, em algumas situações, dificuldades de atendimento e, em alguns casos, até mesmo a impossibilidade desse atendimento. Essa constatação não minimiza o papel do Arquivo no processo de produção de conhecimento sobre o Espírito Santo, ao contrário, coloca diante de nós a necessidade, cada vez mais, de reivindicar investimentos financeiros e construção de políticas públicas eficientes, capazes de possibilitar o acesso e uso do passado pela via do documento de arquivo por diferentes segmentos da sociedade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo pode ser entendido como uma instituição localizada no centro dos processos de produção de conhecimento sobre a

História do Espírito Santo. Visto que, conforme pudemos verificar na pesquisa, os seus documentos, de maneira geral, são mobilizados para escrita da história local, sobretudo a partir da confecção de dissertações e teses vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

No entanto, ainda que se apresente como um lugar referencial para as pesquisas, os trabalhos analisados suscitam outras questões: impasses de ordens técnicas e políticas. Que, em alguns casos, prejudicaram as pesquisas.

Nessa direção, inferimos que é necessário esforços de diferentes segmentos da sociedade, pesquisadores e cidadãos de modo geral, para exigir políticas públicas de gestão de documentos, para assim, de forma mais direta, possibilitar a ampliação dos serviços do APEES e, como desdobramento dessa ampliação, o recolhimento de mais acervos, não apenas o institucional proveniente da própria estrutura do estado, mas também de outros produtores: acervos privados institucionais e pessoais.

De todo modo, foi verificado na pesquisa que do ano de 2003, início das atividades do PPGHIS/UFES, até o ano de 2021, foi produzido o total de 61 teses e 328 dissertações. Dos quais 34 teses e 170 dissertações, totalizando 204 trabalhos tratavam de algum aspecto do Estado do Espírito Santo, independente do período, da metodologia ou temática. Desse total, 95 dissertações, aproximadamente 55%, e 23 teses, aproximadamente 67%, utilizaram as fontes primárias do Arquivo Público do Espírito Santo. Numa visão geral, são 118 trabalhos, aproximadamente 57%, que fizeram uso das fontes primárias do APEES.

Diante desses dados, podemos afirmar que: o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) é uma base institucional imprescindível à constituição de acervos documentais necessários à produção do conhecimento sobre a história do Espírito Santo e que mesmo diante das limitações políticas e orçamentárias que se impõe para as instituições de memória e pesquisa no Brasil, podemos conceber essa instituição como importante no processo de produção historiográfica, sobretudo acerca da história do Espírito Santo.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

- BARROS, José D'Assunção. Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de “história-problema” para a identidade da Escola dos Annales. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 305-325, jul./dez. 2012.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, p. 27-39, 2009.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COOK, Terry. A Ciência Arquivística e o Pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2012.
- DURANTE, Daniela Simiqueli. **Ciganos nas Terras do Espírito Santo**: Representações Sócio-Políticas (1870-1930). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 25-41
- JEURGENS, Charles. **Historians and Archivists**: two disciplines working with the same papers. (transcrição de discurso. Maio, 2005). Disponível em: [https://www.let.leidenuniv.nl/history/jeurgens/historians\\_and\\_archivists.pdf](https://www.let.leidenuniv.nl/history/jeurgens/historians_and_archivists.pdf). Acesso em: 23 set. 2020.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- MARIANO, Fabiene Passamani. **A Festa do Divino em Viana no século XXI**: memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba. 2019. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- MIRANDA, Marcia Eckert. Os arquivos e o ofício do historiador. In: **XI Encontro Estadual de História ANPHU RS**, 23 a 27 de julho de 2012. Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande do Sul – RS – Brasil. Disponível em: [http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346099851\\_ARQUIVO\\_XIEncontroAnphuRegional\\_HistoriadoresnosArquivos\\_MarciaEckertMiranda.pdf](http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346099851_ARQUIVO_XIEncontroAnphuRegional_HistoriadoresnosArquivos_MarciaEckertMiranda.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.
- MOTTA, Kátia Sausen da. **Juiz de paz e cultura política no início do Oitocentos** (província do Espírito Santo, 1827-1842). 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição**. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso**: um desafio historiográfico do Espírito Santo. 2016. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Leonardo Bis dos. **A Criação de Unidades de Conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000: Contextualização, Conflitos e Redes de Interesse na Apropriação Social do Meio Ambiente**. 2016. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SOUZA, Julia Duarte de. **Políticas Públicas Culturais cidade de Vitória - ES (1991-2008)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Ciência de Informação - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

**ESTUDO DE USUÁRIOS DE ARQUIVOS**  
ASPECTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DE UMA ÁREA EM EXPANSÃO

**ARCHIVE USER STUDY**  
QUANTITATIVE AND QUALITATIVE ASPECTS OF NA EXPADING ÁREA

*Rodolfo Almeida de Azevedo\**  
*Anna Carla de Almeida Mariz\*\**

**RESUMO**

O usuário de arquivo deve ser compreendido como protagonista nas ações dos arquivos, consubstanciando a finalidade social que é dar acesso as informações. O objetivo deste artigo é investigar como os usuários de arquivos vêm sendo analisados nas pesquisas em Arquivologia. Partiu-se de um levantamento bibliográfico objetivando definir, caracterizar e identificar abordagens teóricas sobre o tema e realizou-se busca de estudos sobre a temática na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Como resultado, foram identificados 70 artigos na referida base de dados, sendo o primeiro datado de 1975, tendo um aumento exponencial a partir do ano de 2009. Destaca-se que apenas 18 trabalhos realizam realmente uma pesquisa de perfil de usuários de arquivo, os outros discutem usuários numa perspectiva teórica, correlacionando com a Biblioteconomia, Ciência da Informação e principalmente com o Marketing. Quanto às abordagens utilizadas para analisar os usuários de arquivo, identificou-se que em sua maioria o abordam numa perspectiva tradicional. Apesar do número de trabalhos encontrados, ressalta-se que ainda focam os usuários de arquivos como agentes passivos, bem como faltam pesquisas que identifiquem os processos metodológicos de ajustes dos sistemas de informação Arquivísticos a partir das pesquisas de usuários de arquivos.

**Palavras-chave:** usuário de arquivo; pesquisas em Arquivologia; BRAPCI.

**ABSTRACT**

The archive user must be understood as a protagonist in the actions of the archive, substantiating the social purpose that is to give access to information. Considering this importance, object is to investigate how users of archives have been analyzed in research in Archival Science. It started with a bibliographic survey aiming to define, characterize and identify theoretical approaches on the subject of this work and a search for studies on the subject was carried out in the Information Science database (BRAPCI). As a result, 70 articles were identified in the respective database, the first dated from 1975, with an exponential increase from the year 2009. It is noteworthy that only 18 works actually carry out a profile survey of file users, the others discuss users in a theoretical perspective, correlating with Librarianship, Information Science and mainly with Marketing. As for the approaches used to analyze the users of the file, it was identified that most of them approach the user in a traditional perspective. Despite the number of works found, it is identified that they still focus on file users as passive agents, as well as there is a lack of research that

\*Prof. da Faculdade de Informação e Comunicação da UFAM. E-mail: [rodolfo.ufam@gmail.com](mailto:rodolfo.ufam@gmail.com)

\*\*Prof. Dra. do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [annacarla@unirio.br](mailto:annacarla@unirio.br)



identifies the methodological processes of adjustment of Archival information systems from the research of file users.

**Keywords:** file user; archival research; BRAPCI.

Submetido em: 10 de agosto de 2022

Aceito em: 06 de outubro de 2022

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de atividades, discussões e reflexões realizadas no âmbito da disciplina Usos e Usuários da Informação, oferecida pelo programa de pós-graduação em Documentos e Arquivos (PPGARQ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)<sup>1</sup>. Esta disciplina tem por objetivo identificar as características dos usos e usuários das informações arquivísticas e verificar a importância dos estudos de usos, usuários e das necessidades da informação na gestão de documentos e arquivos.

Considerando a importância do usuário como protagonista no cenário das ações envolvendo esse sistema de informação, e ressaltando a advertência de Jardim e Fonseca (2004, p. 7) há quase 18 anos que, caso não sejam aprofundadas as discussões sobre os arquivos como serviços de informação “os estudos de usuários em arquivos permanecerão limitados à reflexões sobre a melhoria dos métodos de arranjo, dos instrumentos de pesquisa e das condições legais de acesso aos documentos”, é que gestasse a problemática desta reflexão, isto é, como os usuários vêm sendo analisados nas pesquisas em Arquivologia desde então?

Almejando responder a problemática supracitada é que este trabalho objetivou apresentar aspectos quantitativos e qualitativos de pesquisas que tenham foco em usuário de arquivo. Para tanto, partiu-se de um levantamento bibliográfico objetivando apresentar definições, características e abordagens sobre o tema pesquisado, posteriormente realizou-se a busca de trabalhos sobre estudos de usuários de arquivo publicados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), os quais foram analisados quantitativamente e qualitativamente.

Quanto a classificação desta pesquisa, segundo objetivo identifica-se enquanto descritiva, utilizando-se de uma abordagem quali-quantitativa, como procedimento

---

<sup>1</sup> A disciplina faz parte da lista das disciplinas optativas do respectivo programa, sendo ministrada pela primeira vez no ano de 2013 e pela segunda vez no ano de 2021.

técnico utilizou-se de pesquisa bibliográfica. Para construção do referencial teórico foram selecionadas referências que tiveram como foco o usuário, tanto na área de Ciência da Informação quanto em Arquivologia, afim de contextualizar o objeto deste trabalho. Realizou-se Revisão de Literatura tendo como fonte a respectiva base de dados, sendo utilizado o buscador “usuário de arquivo”, compreendendo os anos de 1972 a 2020.

Para apresentação didática deste trabalho, foi dividido em quatro seções, sendo a primeira intitulada *Estudo de Usuário: Definições, Características e abordagens*, sendo apresentado as particularidades das pesquisas com foco no usuário. O segundo tópico nomeado *Estudo de Usuário: aspectos quantitativos*, apresenta um panorama quantitativo de outras pesquisas sobre a respectiva temática. A terceira seção intitulada *Estudo de Usuário na base de dados em Ciência da Informação*, é dissertado sobre a pesquisa empírica deste trabalho, no caso o mapeamento dos trabalhos encontrados na BRAPCI. O último tópico, *Abordagem nas pesquisas sobre usuário de arquivo*, realiza a análise dos trabalhos encontrados, tendo por base as abordagens teóricas.

## **2 ESTUDO DE USUÁRIO: DEFINIÇÕES, CARACTERÍSTICAS E ABORDAGENS**

Este tópico tem por objetivo apresentar aspectos conceituais, características do usuário de arquivos, bem como, apresentar as formas de abordagem do respectivo objeto. Parte-se da compreensão que os estudos de usuários “caracteriza-se por ser um conjunto de estudos que trata de analisar, qualitativa e quantitativamente, os hábitos de informação de um determinado grupo” (CAVALCANTE; GALO; VENDRAMINE, 2017, p. 384). No caso particular deste estudo, trabalhos de pesquisa que tem como objeto de estudo os usuários dos arquivos.

Para compreensão preliminar do entendimento do que envolve as pesquisas sobre estudo de usuário, faz-se necessário compreender o que vem a ser esse usuário. Chowdhury (2015) diz que o conceito de usuário não é de modo algum claro, dependendo da natureza da informação, a organização na qual trabalham, ocupação ou profissão, idade, sexo, grupos sociais, entre outros aspectos. Segundo Sá (2005, p. 65) o usuário de arquivo é “um ser que possui, em determinado momento de sua vida, uma necessidade de informação”. É possível compreender que o usuário de arquivo pode ser pessoa física ou jurídica e que necessita de informação. Partindo do entendimento de que os arquivos têm

como um de seus objetivos disponibilizar o acesso aos documentos/informações custodiadas, os usuários devem ter papel principal como parâmetro, não somente para avaliação dos serviços oferecidos, mas também para direcionar o próprio perfil do arquivo.

No que tange aos tipos de usuários de Arquivo observam-se classificações diferentes, levando em considerações variáveis como a frequência, a forma de consulta, o local, entre outros. Sá (2005) identifica os que consultam os acervos com objetivos específicos e os usuários que consultam os acervos para atividades culturais, os usuários habituais e os usuários eventuais, diante do avanço das TICs surgiu o usuário virtual. Destaca-se que no contexto da pandemia, em que os arquivos tiveram que se adequar a modalidade remota, ocorreu aumento desse usuário virtual, necessitando de pesquisas para compreendê-lo.

Paiva (2002, p.67) citando Sanz Casado (2002, p. 67) traz uma outra classificação sobre os tipos de usuários de arquivo:

- a) Usuários potenciais: aqueles que necessitam de informação para o desenvolvimento de suas atividades, mas não são conscientes dela, pois não expressam suas necessidades;
- b) Usuários reais: aqueles que são conscientes de que necessitam de informação e a utilizam com frequência.

Nesta perspectiva, os usuários reais acabam definindo o perfil dos usuários de arquivos, por consultarem, presencialmente ou remotamente os arquivos, são os que respondem aos instrumentos de coleta de dados das pesquisas de perfil dos usuários. No entanto, faz-se necessário rever a própria atuação dos arquivos, bem como pensar em metodologias que captem os anseios desses usuários em potencial, almejando aumentar e diversificar os perfis de usuários dos arquivos e transformar os usuários potenciais em usuários reais.

Outra classificação dos usuários de arquivo são os usuários internos e externos. Os usuários internos podem ser entendidos como o próprio produtor dos documentos, acessando documentos que estão custodiados nos arquivos correntes e intermediários, com objetivo de resolver problemas administrativos; os usuários externos podem ser compreendidos como os cidadãos de maneira geral, os quais consultam, de forma predominante, os arquivos permanentes.

Pode-se inferir que a Lei 12.527, de 08 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), veio corroborar para trazer o usuário de arquivo para o

centro do debate. Esta lei coloca o acesso à informação como regra e o sigilo como exceção. Diante desse dispositivo legal, houve uma quebra do modelo até então consolidado de que o perfil predominante do consulente do arquivo corrente e intermediário seria o usuário interno, e do arquivo permanente seria o usuário externo, ou seja, o pesquisador, o cidadão comum, entre outros. No entanto, faz-se necessário pesquisas de perfil do usuário de arquivos para comprovar essas mudanças.

Sá (2005, p. 75) menciona o ano de 1948 como o marco do surgimento da primeira reflexão sobre a necessidade de usuário, e cita Bernal e Urquhart, que na Conferência de Informação Científica da Royal and Society apresentaram um trabalho que evidenciavam “a maneira como os cientistas e técnicos procedem para obter informação, ou como usam a literatura nas suas respectivas áreas”.

Jardim e Fonseca (2004) ressaltam que os estudos de usuário em arquivos têm priorizado a satisfação com os serviços fornecidos em detrimento de demandas informacionais dos usuários. Os mesmos autores destacam a necessidade da mudança paradigmática do arquivo direcionado ao arquivista para um modelo de arquivos direcionados para os usuários.

Sá (2005) afirma que as pesquisas envolvendo usuários foram se modificando com os anos, tanto no que concerne à área de atuação quanto ao próprio objeto:

No final de 1940 os estudos de usuário eram utilizados para agilizar e aperfeiçoar os serviços e produtos prestados pelas bibliotecas e sua atuação era restrita às áreas de Ciências Exatas.

Na década de 50 estavam voltados para o uso da informação em grupos específicos de usuários e, além da área das Ciências Exatas passou a abranger as áreas das Ciências Aplicadas.

Nos anos 60 passou a enfatizar o comportamento dos usuários e surgiram os estudos de fluxo da informação, canais formais e informais. A partir de então foram incluídos os tecnólogos e pesquisadores nos estudos de usuário. (SÁ, 2005, p. 75).

Esta trajetória apresentada pela autora reforça a perspectiva de que a área do estudo de usuário encontra-se em processo de expansão, não apenas quantitativamente, mas qualitativamente, bem como assumindo um horizonte interdisciplinar.

Jardim e Fonseca (2004, p. 2) afirmam ainda que é fundamental aprofundar, no âmbito da Arquivologia, do ponto de vista teórico e prático, as questões que envolvem o usuário da informação como sujeito do processo arquivístico. Os autores realizaram uma revisão sistemática sobre pesquisas que envolvem estudo de usuário, tendo como limite

as décadas de 70, 80 e 90, e apresentaram algumas considerações sobre estudos de usuário de arquivos, como:

**A literatura arquivística sobre estudos de usuários é pouco expressiva** quando comparada a outros temas como transferência de documentos, avaliação, arranjo e descrição, etc.

A preocupação com o acesso à informação é evidente, reiterando o compromisso ético-profissional do arquivista com este tema. A ênfase, porém, encontra-se nos aspectos legais, oferta de instrumentos de pesquisas, normalização, etc;

A noção de acesso à informação arquivística tende a estar mais relacionada aos atributos do arquivista e aos deveres da instituição arquivística do que a um processo de transferência da informação que envolve necessariamente a participação do usuário;

De maneira geral, **o usuário não se configura como sujeito do processo de transferência da informação** e sim como objeto (nem sempre explicitado) do acesso à informação;

No que se refere aos estudos de usos e usuários de arquivos não se plasma uma literatura que aprofunde este tema do ponto de vista teórico e prático;

**A preocupação com o acesso aos arquivos não parece estar calcada numa perspectiva efetivamente dialógica envolvendo arquivista, arquivos e usuário;**

**Os estudos tendem privilegiar o usuário do arquivo permanente**, sem contemplar as especificidades que envolvem os usos e usuários das demais fases do ciclo vital arquivístico. (JARDIM; FONSECA, 2004, p.3-4, grifo nosso).

Diante das considerações supracitadas, compreende-se o papel dos usuários, no referido contexto da pesquisa, como tendo um papel de coadjuvante no que refere-se a pesquisa em Arquivologia. Quando são abordados, tendem a ser observados no âmbito do arquivo permanente, com foco na avaliação do sistema de arquivos, bem como tratados como objeto e não enquanto sujeitos no processo.

No que tange as formas de abordar usuários de arquivo em pesquisas científicas, Rolim e Cendón (2013) citam Dervin e Nilan (1986), mostrando que estes identificaram duas abordagens presentes nos estudos de usuário, sendo elas: tradicional ou alternativa:

Neste sentido a **'abordagem tradicional'** se caracterizava por estudos voltados ao sistema, com enfoque ao suporte ou às ferramentas (*tecnologias*), com dados quantitativos como número de empréstimos, de consultas, circulação de periódicos e análises de questões de referência. Já a **'abordagem alternativa'**, de cunho cognitivo, caracterizava-se por estudos centrados no usuário da informação, com métodos de pesquisa das ciências sociais tais como: a observação, entrevistas, questionários ou diários; levantamento de opiniões, pesquisa de survey, análise e solução de tarefas, técnica do incidente crítico, método Delphi, estudo de comunidades (*grupo focal*). (ROLIM; CENDÓN, 2013, p. 2-3, grifos nossos).

Tais abordagens podem ser encontradas em pesquisas atuais sobre estudo de usuário, e envolve mais que olhares individuais, mas demonstram concepções

epistemológicas do entendimento do papel que cabe ao usuário de arquivo como protagonista ativo no processo de difusão da informação.

Sá e Santos (2004) afirmam que os estudos de usuários possuem duas abordagens: a tradicional e a emergente. Na abordagem tradicional, o foco está no sistema de informação, ou seja, a procura pela identificação do grau de satisfação do usuário dentro do sistema, e na abordagem emergente, o foco é o usuário da informação, sendo procurado identificar quais são as suas necessidades de informação.

Araújo (2016) identifica na literatura três formas de abordagens de estudo de usuários de informação, são elas: estudo de uso, estudos de comportamento informacional e estudos de práticas informacionais. No contexto brasileiro o autor destaca:

ainda existem poucas pesquisas que utilizam como referencial os fundamentos cognitivos que sustentam a abordagem do “comportamento informacional”, e muito menos as que se realizam a partir da perspectiva construcionista e pragmatista das “práticas informacionais” (ARAÚJO, 2016, p. 63).

O autor identifica a abordagem tradicional, com início nos anos 40 do século XX, caracterizado pela “tradição de estudos voltados essencialmente para a pesquisa de perfis de hábitos informacionais de cientistas”. Outra abordagem identificada é a ‘alternativa’, são citados como pioneiros desses estudos Dervin e Nilan:

que os estudos de natureza cognitivistas teriam como características a consideração do caráter ativo do usuário, o entendimento da informação como algo construído, uma perspectiva situacional, uma abordagem holística e uma tendência à utilização de metodologias qualitativas (ARAÚJO, 2016, p.65).

Um terceiro modelo apresentado pelo autor é o chamado ‘comportamento informacional’. Essa abordagem teve início nos anos 90:

não seria nem *system-centered* (como são os estudos de uso da informação) nem *user-centered* (como são os estudos em comportamento informacional), mas sim *knowledge formation-centered*, isto é sensível à percepção de como o usuário assume distintas condições de sujeito conforme o contexto e também conforme a sua inserção social – interferindo, também ele, naquilo que é o “coletivo”. (ARAÚJO, 2016, p. 65).

As abordagens supracitadas são direcionadas a usuários da informação, entendidos no sentido lato, não focam especificamente os usuários de arquivos. Logo, faz-se necessário adequar tais teorias de acordo com as peculiaridades de cada área.

Através dos estudos de usuários é necessário ir além do tradicional objetivo de traçar um perfil almejando identificar os problemas nos sistemas de informação, mas direcionando o enfoque do arquivo para o próprio usuário.

### 3 ESTUDO DE USUÁRIO: ASPECTOS QUANTITATIVOS

Os estudos de usuário não são exclusivos da área de Arquivologia, podendo ser identificadas pesquisas dentro das áreas que oferecem serviços. No caso do arquivo o serviço oferecido é o documento/informação orgânica produzida ou recebida pelo órgão produtor. Pela subordinação da área de Arquivologia com a Ciência da Informação, é que partiremos de revisão na área de Ciência da Informação, envolvendo a temática desta pesquisa

No cenário brasileiro da Ciência da Informação o nome de Lena Vânia Pinheiro destaca-se, a autora realizou um mapeamento das pesquisas que foram desenvolvidas na área. Pinheiro (2006) realizou pesquisa empírica na fonte *Annual Review of Information Science and Technology – ARIST*, entre os anos de 1966–1995, na qual identificou 307 artigos de revisão, classificados em 17 temas/assuntos. A necessidade e usos de informação foi o 5º tema/assunto mais encontrado no mapeamento, totalizando 22 artigos, ou seja, 7,16% do total de trabalhos encontrados.

Na mesma obra, Pinheiro (2006) cita outra pesquisa realizada na respectiva fonte, desta vez compreendendo os anos de 1996-2004, na qual foram identificados 81 trabalhos, divididos entre 17 temas/assuntos. Nesta nova pesquisa foram identificados apenas 3 artigos sobre o tema necessidade e usos de informação, sendo o 11º tema/assunto mais identificado, compreendendo 2,70% do total encontrado.

No contexto brasileiro, Pinheiro (2006) realizou um mapeamento tendo como fonte a revista *Ciência da Informação do IBICT*, com um universo de 593 trabalhos, compreendendo entre os anos de 1972 a 2004. A autora apresentou os dados tabulados por décadas, demonstrando a evolução do tema Necessidades e Usos de informação, sendo identificados 6 artigos entre os anos de 1972 a 1979, totalizando 6,97% do total encontrado; entre os anos de 1980 a 1989 foram identificados 9 artigos, totalizando 8,25% do total encontrado; entre os anos de 1990 a 1999 foram encontrados 16 artigos, totalizando 6,4% do total encontrado; entre os anos de 2000 a 2004 foram identificados



11 artigos, totalizando 7,43% do total encontrado. No total deste trabalho foram identificados 42 artigos, totalizando 7,08%.

No campo da Arquivologia, Vaz e Araújo (2015) realizaram extenso mapeamento das disciplinas de estudo de usuário nos 16 cursos de Arquivologia no Brasil, no período de 2013 a 2016, sendo identificado que apenas um não oferecia disciplina na grade curricular. Na mesma obra, os autores percebem a partir da análise da literatura, entrevistas com professores e coordenadores dos cursos de Arquivologia:

- Pesquisas sobre os estudos de usuários de arquivos ainda se encontram em um estado incipiente;
- O arquivista é consciente da importância do acesso, porém suas práticas ainda estão mais voltadas para os documentos e para os sistemas;
- O estado tem parcela de responsabilidade nas dificuldades de acesso, mas é importante destacar que a compreensão das necessidades dos usuários é responsabilidade do arquivista;
- Ações de difusão e marketing nos arquivos podem contribuir para diminuir a invisibilidade dos arquivistas diante da sociedade (VAZ; ARAÚJO, 2015, p. 15).

Nesse cenário, destaca-se o mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos, da UNIRIO, sendo o primeiro e até a presente data o único a oferecer pós graduação *stricto sensu* na área de Arquivologia. Este programa teve sua primeira turma ingressante no ano de 2012. Em sua base de dados conta com um total de 83 trabalhos, entre dissertação, projeto e produto técnico-científico<sup>2</sup>. No entanto, apenas 4 trabalhos contemplaram de maneira direta os usos e usuários dos arquivos, totalizando 4,8%.

O primeiro trabalho identificado no respectivo programa foi defendido no ano de 2014, intitulado “Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito,” conforme Leite (2014), que apesar de no título constar o termo USO, não é identificado relação direta ao usuário do respectivo arquivo.

No mesmo ano é defendida a dissertação “Análise das demandas e dos usos da informação arquivística necessárias à execução das atividades dos servidores da seção de benefícios e vantagens (SBV)/departamento de gestão de pessoas (DGP) da Universidade Federal do Espírito Santo” (SILVA, 2014). Neste trabalho o autor afirma já na introdução “o usuário deve ser considerado pela comunidade arquivística como uma fonte essencial de dados para a análise, implantação e reformulação da gestão arquivística”.

---

<sup>2</sup> Consulta realizada na base de dados em 10 de agosto de 2022. <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs>

O terceiro trabalho identificado no repositório do programa foi defendido no ano de 2016, trata-se da dissertação “O Acervo Arquivístico do Museu da República: abordagens e usos”, tendo por objetivo identificar os usos conferidos a esse acervo, tanto por funcionários e demais profissionais que atuam no Museu como por usuários externos. (BATISTA, 2016).

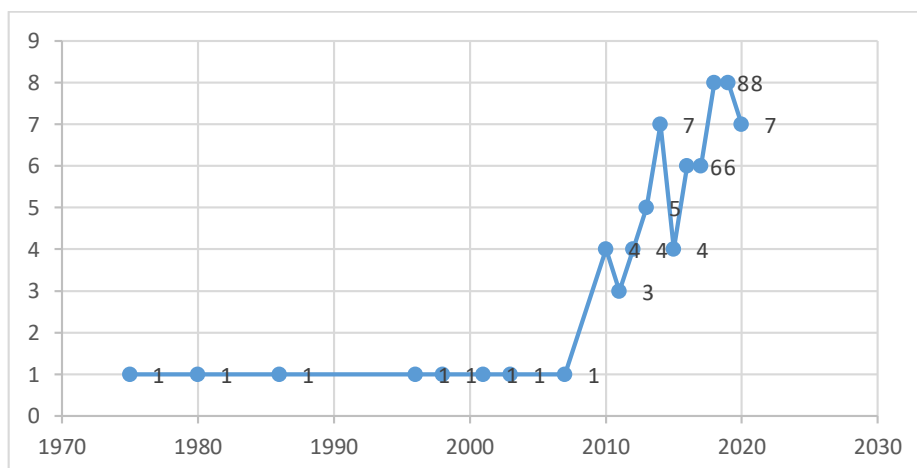
A quarta dissertação identificada foi defendida no ano de 2017, intitulada “A gestão arquivística de documentos e o sistema informatizado SEI: a perspectiva de usuários” (LEVY, 2017). Esta pesquisa teve como objetivo analisar à luz da teoria arquivística, a proposta do Processo Eletrônico Nacional, na qual partiu-se de uma pesquisa de opinião de usuários.

Tais pesquisas demonstram a não consolidação da temática dentro do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, sendo realizadas em anos dispersos e não havendo uma continuidade da discussão sobre o tema nos últimos anos.

#### 4 ESTUDO DE USUÁRIO NA BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Compreendendo a Arquivologia enquanto área subordinada a Ciência da Informação, optou-se por realizar um levantamento na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, utilizando como palavra-chave o termo “usuário de arquivo”, selecionando o intervalo entre 1972 - 2020, foram encontrados 70 trabalhos com o respectivo tema. Os anos de produção sobre a temática podem ser visualizada no gráfico a seguir (Ver gráfico 1).

**Gráfico 1:** Pesquisa sobre usuário de arquivos na BRAPCI



Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Observando o gráfico 1, podemos visualizar que somente a partir do ano de 2009 houve um crescimento no número de pesquisas que abordassem diretamente ou indiretamente os usuários de arquivo, até então tinha-se de forma esporádica, no máximo 2 trabalhos a cada 5 anos.

O primeiro trabalho recuperado na respectiva base de dados, data do ano de 1975, e trata-se da pesquisa “Um banco de dados para administração de projetos” (VIEIRA, 1975), publicada pela Revista de Biblioteconomia de Brasília. Nesta pesquisa o objeto não é o usuário, mas informa que após reorganização do arquivo da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) resultou na criação de um banco de dados, sendo disponibilizado um computador que o usuário teria acesso.

O segundo trabalho selecionado é intitulado “Atualização e correção on-line de arquivo de perfis de usuários do SDI/EMBRAPA” (MIASHIRO; GOIS, 1980), publicado também pela revista de Biblioteconomia de Brasília, no ano de 1980. Neste trabalho já observa-se o usuário no título da pesquisa. No entanto, o objetivo da pesquisa é identificar novos perfis dos usuários.

No quadro abaixo podem ser visualizadas as revistas que vincularam os trabalhos com a temática desta pesquisa:

**Quadro 1:** Revistas com artigos sobre o tema

REVISTA	Nº
Acervo - Revista do Arquivo Nacional	5
Ágora	11
Archeion Online	8
Arquivo & Administração	3
Biblionline	2
Biblios (Peru)	1
BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	3
Ciência da Informação	4
Ciência da Informação em Revista	1
e-Ciencias de la Información (Costa Rica)	2
Em Questão	3
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação	2
Informação & Informação	3
Informação Arquivística	2
Informação em Pauta	1
Informação@Profissões	2
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	3

Perspectivas em Ciência da Informação	2
Perspectivas em Gestão & Conhecimento	1
Ponto de Acesso	2
Revista Analisando em Ciência da Informação	2
Revista de Biblioteconomia de Brasília	2
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	2
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	2

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Conforme o quadro acima, percebe-se a Revista *Ágora* como sendo a que mais publicou trabalhos sobre o tema, com 11 trabalhos; seguido pela revista *Archeion Online*, com 8 trabalhos; e a revista *Acervo*, que publicou 5 trabalhos.

## 5 ABORDAGENS NAS PESQUISAS SOBRE USUÁRIOS DE ARQUIVO

Dentre os 70 trabalhos identificados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, utilizando o termo indexador “usuário de arquivo”, percebe-se que apesar de estar contido o respectivo termo no título, resumo e/ou palavras-chave, em sua maioria não realizam uma pesquisa de usuário. São identificados trabalhos que discutem usuários numa perspectiva teórica, correlacionando com a Biblioteconomia, Ciência da Informação e principalmente com o Marketing. Mas a maioria dos trabalhos apenas citam o usuário como forma de legitimar as ações arquivísticas realizadas, como: gestão, preservação, descrição, difusão, classificação, arranjo, entre outras.

Dos 70 trabalhos coletados, foram identificados apenas 18 artigos que tem como foco o levantamento de perfil de usuários de arquivos, os quais analisaram usuários das seguintes instituições: Arquivo Nacional, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Arquivo Histórico de Florianópolis, Arquivo Público Municipal de Vitória, Fundação Casa de Rui Barbosa, Arquivo Público Mineiro, Instituto Miguel Arraes (IMA), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo Público do Estado do Maranhão, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Arquivo Histórico de Joinville, Arquivo da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

Diante das características das pesquisas, almejando visualizar a abordagem sobre usuário de arquivos, são apresentados os objetivos dos 18 trabalhos que realizaram um

estudo de perfil de usuário. Os objetivos podem ser visualizados no quadro abaixo (Ver quadro 2):

**Quadro 2:** objetivos das pesquisas de usuário de arquivo

Esclarecer as percepções dos usuários frequentes sobre seus processos de pesquisa
Identificar o perfil e a satisfação dos usuários do Núcleo de Documentação de Pessoal e Informação - NDPI, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Traçar o perfil do usuário interno de um serviço de arquivo de recursos humanos de uma instituição pública, bem como avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo arquivo e as <b>necessidades de informação</b> deste usuário
Analisar o <b>comportamento do usuário nos campos emocional</b> , o cognitivo e físico, estudados a partir do desdobramento de seis estágios: Iniciação, Seleção, Exploração, Formulação, Coleta e Apresentação
Conhecer o Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis e seus usuários. Os objetivos específicos consistem em: a) investigar o perfil do usuário e suas <b>necessidades informacionais</b> ; b) caracterizar os tipos de documentos do acervo; e, c) analisar a infraestrutura física e o mobiliário do arquivo
Apresentar a análise do perfil dos usuários e os usos dos fundos do Arquivo Público Municipal de Vitória.
Traçar o perfil e entender as formas de busca dos historiadores em arquivos, foi realizada uma pesquisa, a partir da análise de formulários on-line, com usuários dos arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa (2013-2014)
Investigar e comparar o perfil de uso dos usuários externos presenciais e dos usuários remotos do Arquivo Público Mineiro – APM
Analisar as <b>necessidades informacionais</b> dos usuários do Arquivo de Recursos Humanos (RH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2018).
Caracterização do <b>comportamento informacional</b> dos usuários internos do Arquivo do Instituto Miguel Arraes (IMA)
Estudar o processo de busca de informação desenvolvido pelos usuários do Arquivo Público do Maranhão (APEM). Analisamos, à luz do modelo de comportamento de busca de informação de David Ellis, se as estratégias metacognitivas do profissional da informação do APEM, se assemelham ou se diferenciam das traçadas pelos pesquisadores no comportamento de busca da informação

Verificar o grau de satisfação da experiência do usuário na utilização de sistemas informatizados de arquivo, e através dos resultados, possibilitar a aplicação de técnicas de User Experience Design no desenvolvimento de SIGADs
Apresentar o perfil dos pesquisadores e os indicadores das pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC no ano de 2011
Identificar o perfil dos usuários do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) e suas <b>necessidades de informação</b>
Demonstrar o perfil e as <b>necessidades dos usuários</b> do mencionado arquivo a partir da pesquisa realizada, possibilitando, planejar ações de difusão de modo a disponibilizar as informações arquivísticas de forma eficiente e eficaz, buscando melhorar a qualidade do atendimento e a satisfação dos usuários
Compreender a percepção dos usuários sobre a ferramenta e identificar seus recursos e funcionalidades passíveis de alterações, a fim de facilitar e aperfeiçoar a experiência dos usuários

Fonte: Elaborado pelos autores (2021, grifos nossos)

No quadro 2, pode ser visualizado alguns artigos que fogem de uma perspectiva de abordagem tradicional do usuário de arquivos, cujo foco é o sistema de informação. Sendo verificado em 5 trabalhos o termo “necessidades dos usuários”, “necessidade de informação”, “comportamento informacional” que remete a pesquisas que abordam o usuário numa perspectiva alternativa, ou seja, com foco no usuário e não no sistema de informação.

Diante dos dados, com base na amostra do universo dos trabalhos na respectiva base de dados, verifica-se que a maioria dos trabalhos tem foco no estudo de usuário a partir de uma abordagem tradicional, com direcionamento em identificar o perfil e a satisfação dos usuários a fim de ajustar o sistema de informação.

O foco dos trabalhos desenvolvidos limita-se, em sua maioria, a identificar perfis e necessidades dos usuários reais, mas a metodologia não contempla os usuários potenciais, conforme supracitado, são aqueles que necessitam de informação, mas não são conscientes delas. Desta forma, constrói-se um ciclo de adequações, atualizações e modernizações dos sistemas de informação a partir do perfil do usuário real.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os usuários de arquivos sempre foram considerados coadjuvantes no que concerne ao seu papel diante da implementação das funções arquivísticas, conforme pode ser visualizado na literatura. As pesquisas que estudam esse usuário, o fazem, em sua maioria baseado em uma abordagem tradicional, com foco apenas em traçar perfis para avaliar os sistemas de informação oferecidos, mas poucos trabalhos têm um foco na identificação das necessidades dos usuários, conforme demonstra os dados acima levantados.

Um aspecto importante a considerar é referente a base teórica e metodológica que é utilizada como filtro ao olhar para os usuários de arquivos, nesse caso advindos, em sua maioria da área da Ciência da Informação. Sendo necessário que tais abordagens sejam adequadas a realidade dos usuários de arquivo, para que se consiga vislumbrar as reais necessidades desses sujeitos, e que se consiga adequar de maneira harmoniosa as necessidades dos arquivos, dos arquivistas e dos usuários.

Considerando o objetivo deste trabalho que é apresentar aspectos qualitativos e quantitativos de pesquisas que tenham foco em usuário de arquivo, identificou-se 70 trabalhos na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), que tratam da temática de usuário de arquivos, sendo o primeiro identificado no ano de 1975, podendo ser visualizado um aumento a partir do ano de 2009.

Apesar do aumento das pesquisas sobre a referida temática, observando a partir de uma abordagem quantitativa, tais trabalhos não seguem perspectivas atuais sobre o usuário, como: abordagem alternativa, abordagem emergente, contemplando o comportamento informacional e práticas informacionais dos usuários de arquivos.

Este trabalho não pretende trazer um retrato real da literatura sobre estudos de usuários no Brasil, sendo uma representação temporal e limitada a partir de um olhar para a temática sob um filtro dos trabalhos indexados na BRAPCI. Faz-se necessários outros trabalhos que aprofundem a discussão, podendo convergir ou divergir dos resultados apresentados, observando o tema em outras bases de dados e lançando novos olhares sobre a temática.



A lei de Acesso a Informação, promulgada em 2011, trouxe o usuário de arquivo para o debate, visto que esta lei coloca o acesso como regra e o sigilo a exceção. Contudo, faz-se necessário pesquisas que investiguem o real impacto desta lei na prática dos arquivos, particularmente no perfil dos usuários, visto que por meio da lei é possível solicitar via Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC) as informações públicas.

A criação do primeiro curso de pós graduação *strico sensu* da área, contribuiu, direta e indiretamente para a expansão dessa temática, conforme identificado 4 dissertações que discutiram o usuário de arquivo. No entanto, é necessário direcionamentos das pesquisas no sentido de apresentarem de forma metodológica o planejamento e avaliação dos sistemas de informação dos arquivos.

Conforme observado neste trabalho, é primordial colocar o usuário de arquivo enquanto protagonista no cenário dos arquivos, não apenas numa perspectiva de avaliar a eficiência dos sistemas de informação, mas principalmente compreender as suas necessidades para que se consiga trazer os usuários potenciais à cena, pois todos os cidadãos necessitam de informação.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, n. 1, v. 1, p. 61-78, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/2970>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BATISTA, Marianna Matos. **O acervo arquivístico do museu da república: abordagens e usos**. Rio de Janeiro, RJ, 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; GALO, Regina Aranda da Cruz; VENDRAMINI, Virgínia. Estudo de usuários na Arquivologia: reflexões. *In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 7, 2017, Londrina. Anais [...]. Londrina, 2017. p. 382-397. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/view/461/28>. Acesso em: 10-ago.-2022.

CHOWDHURY, Gobinda. Usuários da recuperação da informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 4-33, set. 2014/fev. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/83858>. Acesso em: 10-ago.-2022.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5671>. Acesso em: 10 ago. 2022.

LEITE, Bruno Ferreira **Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**. Rio de Janeiro, RJ, 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.

LEVY, Natasha Hermida Pereira Castro da Silva **A gestão arquivística de documentos e o sistema informatizado SEI: a perspectiva de usuários**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2017.

MIASHIRO, W. M.; GÓIS, C. H. B. Atualização e correção on-line de arquivo de perfis de usuários do sdi/embrapa. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 8, n. 2, 1980. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77340>. Acesso em: 07 out. 2022.

OLIVEIRA, Cacilene Toscano; MEDEIROS, José Washington de Moraes. Necessidades informacionais dos usuários do Arquivo de Recursos Humanos da UFPB. **Informação@Profissões**, n. 2, v. 7, p. 65-94, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/100109&gt;>. Acesso em: 30-mar.-2021.

PAIVA, Eliane Bezerra. **Entre as normas e os desejos: a indexação de periódicos na Biblioteca Central da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2002.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GONZÁLEZ DE GÓMES, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (Org.) **Políticas de memória e informação**. Natal: EDUFRN, 2006.

ROLIM, Elizabeth Almeida, CENDÓN, Beatriz Valadares. Modelos Teóricos de Estudos de usuários na ciência da informação. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v.14, n.2, artigo 6, abr. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45772>. Acesso em 10 ago. 2022.

SÁ, Ivone Pereira de; SANTOS, Paula Xavier dos. A face oculta da interface: serviços de informação arquivística na web centrados no usuário. Comunicações livres, *In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1*. Brasília, 2004. Disponível em:

<https://www.aargs.com.br/aars-disponibiliza-os-anais-do-ii-cna/> Acesso em: 10 ago. 2022.

SÁ, Ivone Pereira de. **A Face Oculta da Interface. Serviços de Informação Arquivística na Web Centrados no Usuário**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

SILVA, Tiago Braga da. **Análise das demandas e dos usos da informação arquivística necessárias à execução das atividades dos servidores da Seção de Benefícios e Vantagens (SBV)/ Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) da Universidade Federal do Espírito Santo**. – 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.

VAZ, Gláucia Aparecida; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 3-21, jul./dez., 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41831>. Acesso em 10 ago. 2022.

VIEIRA, A. S. Um banco de dados para administração de projetos. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 3, n. 1, 1975. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74946>. Acesso em: 07 out. 2022.

**ARQUIVISTAS E DOCUMENTOS DIGITAIS: FORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA BAHIA**

**ARCHIVISTS AND DIGITAL DOCUMENTS: GRADUATION AT UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA BAHIA**

Lívia Gomes Côrtes\*  
Maíra Salles de Souza\*\*

**RESUMO**

O cenário contínuo de transformação e consolidação da tecnologia digital na sociedade contemporânea faz com que o arquivista do século XXI necessite de subsídios teóricos e práticos que devem ser oferecidos na sua formação. Nesse sentido, este trabalho verificou a formação dos concluintes dos anos letivos de 2018 e 2019, do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Bahia, na perspectiva de gestores de documentos arquivísticos digitais. O objeto de estudo relaciona-se com as demandas do mercado de trabalho, especialmente por lidar com a produção, tratamento, preservação e difusão da informação arquivística digital e nato digital. A pesquisa configura-se como descritiva e estudo de caso, com técnica de aplicação de questionário e abordagem quali-quantitativa. O referencial teórico, possibilita elucidar reflexões acerca da formação em Arquivologia e da preparação para a gestão de documentos digitais, ressaltando as competências e as habilidades indicadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a área. Dentre os resultados, destaca-se que os respondentes consideram que o programa curricular do curso de Arquivologia estudado aborda de forma suficiente o tema documentos digitais em seus componentes obrigatórios, optativos e extraclasse. Entretanto, há a necessidade de ampliação das atividades práticas para a formação profissional, proporcionando aos recém-formados melhores oportunidades de trabalho, progressão e qualificação.

**Palavras-chave:** *formação; arquivista; documento digital; gestão documental.*

**ABSTRACT**

The continuous scenario of transformation and consolidation of digital technology in contemporary society makes it necessary for the 21st century archivist to have theoretical and practical subsidies that must be offered in their training. In this sense, this work verified the training of those graduating from the academic years of 2018 and 2019 of the undergraduate course in Archival Science at Universidade Federal da Bahia from the perspective of managers of digital archival documents. The object of study is related to the demands of the job market, especially for dealing with the production, treatment, preservation and dissemination of digital and born-digital archival information. The research is configured as a descriptive and case study, with a questionnaire application technique and a qualitative-quantitative approach. The theoretical framework, with the authors, makes it possible to elucidate reflections on the training in Archival Science and the preparation for the management of digital documents, emphasizing the competencies and skills indicated in the National Curriculum Guidelines for the área. Among the results, it is highlighted that the respondents consider that the curriculum of the Archival course studied sufficiently addresses the topic of digital documents in its mandatory, optional and extracurricular components. However, it is possible to identify the need to expand practical

\*Arquivista. UFBA. E-mail: lygotes@hotmail.com.

\*\*Profa. Dra. Maíra Salles de Souza - Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA). E-mail: maira.salles@ufba.br

activities for professional training, providing new graduates with the best opportunities for work, progression and qualification.

**Keywords:** graduation; archivist; digital document; document management.

Submetido em: 30 de junho de 2022

Aceito em: 13 de agosto de 2022

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário contínuo de transformação e consolidação da tecnologia digital na sociedade contemporânea exige uma formação profissional em nível superior para além das competências e habilidades específicas, indicadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a área. Com isso, tornou-se inerente, às áreas profissionais, o aprendizado e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho a partir do uso iminente de programas computacionais e seus respectivos componentes físicos.

O arquivista do século XXI, inserido neste contexto, a fim de manter-se apto para atuar no desenvolvimento das funções arquivísticas no ambiente digital, conectado em pequenas e grandes redes, necessita de subsídios teóricos e práticos que devem ser oferecidos na sua formação, especialmente no que se refere às tecnologias de informação e comunicação (TIC), amplamente utilizadas pelas instituições e organizações empresariais.

É possível ratificar com o Decreto nº 8.539 de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos governamentais, que o uso de tecnologias digitais é indispensável, sobretudo no que refere à razão de existir do documento arquivístico. É também de conhecimento comum a adesão das entidades privadas à informatização para o andamento dinâmico e otimizado dos seus processos.

A produção, tramitação e destinação do documento arquivístico avança num curso sem retorno para a codificação em dígitos binários, acessível e interpretável apenas por meio de sistema computacional (CONARQ, 2016). Por isso, o profissional arquivista precisa dominar os conceitos, conhecer os instrumentos e suportes, e pensar o ciclo vital com garantia de autenticidade e preservação nesse panorama. Os documentos em suporte de papel, por exemplo, adquiriram seus representantes digitais por meio da digitalização; e os documentos natos digitais são aqueles produzidos nos sistemas de informação, nas redes de compartilhamento, nas planilhas, nos bancos de dados, entre outros.

Diante disso, vê-se a relevância de profissionais qualificados e capazes de gerir essas transformações no ambiente digital, garantindo que essas informações sejam acessíveis em longo prazo. Considerando estes aspectos atuais, esta pesquisa, que foi produzida para conclusão do curso de especialização em Gestão de documentos eletrônicos do Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto, tem como objetivo geral verificar a formação dos concluintes, dos anos letivos de 2018 e 2019, do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como gestores de documentos arquivísticos digitais, considerando que no currículo do curso existem componentes específicos para a temática.

Para tanto, os objetivos específicos visam identificar os meios para aprendizagem ofertados pelo Instituto de Ciência da Informação (ICI) da UFBA; levantar os concluintes do citado período; e, investigar a compreensão dos recém arquivistas sobre a abordagem da gestão de documentos digitais no curso de graduação.

Assim, a pesquisa configura-se como descritiva, delineando os fatos e fenômenos de determinada realidade, e estudo de caso, revelando as particularidades do curso de bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal da Bahia. Para a pesquisa de campo, utilizou-se a técnica de aplicação de questionário semiestruturado, para contemplar a abordagem quali-quantitativa que, segundo Lakatos e Marconi (2010), são considerados os dados quantificáveis e as questões de subjetividade, neste caso, dos respondentes que envolvem o currículo do curso e a compreensão da temática.

O questionário foi construído com o propósito de captar as considerações dos formados sobre os elementos que compõem a graduação, como componentes curriculares obrigatórios e optativos, atividades práticas, estágio, pesquisa e demais atividades extracurriculares, totalizando 13 questões de múltipla escolha. Além disso, as questões foram aplicadas por meio da plataforma *Google Forms* entre os dias 05 a 18 de abril de 2021, com a concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para atingir o público alvo, o instrumento de pesquisa foi enviado para os *e-mails* e listas de alunos da UFBA, obtendo 31 respostas, que representam a amostra deste estudo.

Em virtude da análise dos dados, espera-se suscitar e/ou contribuir para a reflexão sobre a formação em Arquivologia na instituição pesquisada. A compreensão do discente para com a sua formação pode indicar fragilidades e potencialidades sobre como o currículo contempla a gestão de documentos arquivísticos digitais, contribuindo com as discussões para reformulações curriculares junto aos colegiados de curso e núcleos

docentes estruturantes. É preciso superar o paradigma do arquivista como guardião de papel e enfatizar a sua função como gestor da informação arquivística, dentro dos novos paradigmas arquivísticos.

Sendo assim, apresentam-se os aspectos conceituais sobre a formação do arquivista como gestor de documentos arquivísticos digitais, e, por conseguinte, o estudo de caso que é o curso de graduação da Universidade Federal da Bahia, e os resultados do questionário aplicado aos concluintes em recorte.

## 2 ARQUIVISTAS E DOCUMENTOS DIGITAIS

Os registros humanos em espécimes documentais remontam da antiguidade. Juntamente com a evolução biológica, o ser humano aperfeiçoou ao longo dos séculos os modelos de organização social que, principalmente a partir da propagação do conceito de democracia no século XIX, baseiam-se em documentos tradicionais e nos mecanismos de garantia de autenticidade dos mesmos.

O advento da informática a partir da década de 1980 começa a transformar a sociedade moderna com os novos meios de comunicação, impactando, sobretudo, na produção dos documentos pelas instituições e organização. Nesse direcionamento, a Arquivologia volta-se também para o ambiente digital, adotando novos paradigmas arquivísticos, contrários a visão custodial/patrimonialista, oportunizada nos primeiros cursos de graduação. Jardim (2015, p. 20) afirma:

Filha do Estado europeu do século XIX, a arquivologia chega ao século XXI como um campo de saber revigorado por várias modificações nas suas dimensões teórica e prática, acolhendo uma grande diversidade de olhares, perguntas, temas e narrativas.

O autor resgata a *École Nationale des Chartes*, que consolidou a Arquivística como disciplina, observando a formação do arquivista direcionado para o arquivo permanente e o valor dos documentos para a memória e aponta para os novos usos dos arquivos e serviços arquivísticos, enfatizando a importância da gestão documental por meio dos valores documentais, relacionada com a tomada de decisão. (SOUZA, 2015). Tais tendências reverberaram na formação de ensino superior no Brasil, que a partir das TIC, paradigmas modernos passam a delinear os estudos na área, preocupando-se com a informação arquivística, independente do seu suporte.



No entanto, é preciso frisar que a instalação da Arquivologia no Brasil, que perpassa a formação de profissionais específicos, ocorreu quase concomitantemente ao desenvolvimento de novas tecnologias informacionais no mundo, como traz Oliveira:

Assim como na Europa, a formação em Arquivologia no Brasil não teve, inicialmente, o vínculo universitário. Os primeiros profissionais com formação em Arquivologia no Brasil eram oriundos de cursos oferecidos pelo Arquivo Nacional, a partir de 1960. (OLIVEIRA, 2014, p. 52).

O curso universitário pioneiro da área foi o Curso Permanente de Arquivos instituído em 1977 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (OLIVEIRA, 2014), apoiado pela Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB). A demanda por mão de obra qualificada favorece a implantação de outras graduações, como na Universidade Federal de Santa Maria (1977) e Universidade Federal Fluminense (1978), cujas bases curriculares preparavam o profissional para o exercício na administração pública (SOUZA, 2015).

Já no ano seguinte, pela Lei n.º 6.546, de 4 de julho de 1978, foi regulamentada as profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo, determinando o que habilita os profissionais para atuarem e as atribuições de cada função (BRASIL, 1978). É reconhecido neste momento a necessidade do diploma de formação de nível superior para o fazer e ser arquivista. Com isso, pode-se inferir que a arquivística estava no percurso de se estabelecer como área do conhecimento no país enquanto as TIC's expandiam paralelamente sem intersecção com a área.

Apenas em 2004 o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) publica a Resolução n.º 20, de 16 de julho de 2004, que dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, sendo o primeiro material oficial identificado abordando o tratamento de documentos digitais. (CONARQ, 2004).

Contudo, é possível afirmar que expressivo progresso da Arquivologia como área do conhecimento aconteceu na primeira década do século XXI, considerando o aumento de cursos universitários, eventos científicos, intercâmbio com profissionais internacionais, criação de associações profissionais e publicações do Conselho Nacional de Arquivos.

Assim, acompanhando a transformação social, os cursos de formação precisaram e precisam tratar dos documentos arquivísticos digitais que englobam, por sua vez, a identificação dos documentos arquivísticos digitais, os documentos produzidos

digitalmente e/ou digitalizados. Além disso, faz-se necessário aprender a lidar com a “[...] administração de bancos de dados, criação e/ou aplicação de conjuntos de metadados e até mesmo, em algum grau, o desenvolvimento de aplicações utilizando-se de conhecimentos de programação” (ANDRADE, 2006, p. 156-157).

Recomenda-se ainda a interdisciplinaridade entre as áreas e equipes multidisciplinares, já que Lopez (2005, p. 61) completa as atribuições profissionais na gestão do documento digital afirmando que “[...] a tarefa do arquivista de escolher um bom profissional programador deve ser criteriosa”, pois o profissional da informática não domina a teoria arquivística, e o arquivista deve prever, principalmente, a preservação documental e manutenção da segurança da informação.

O conhecimento destes conteúdos é imprescindível para o trabalho com a documentação digital, pois

[...] o DAD [documento arquivístico digital] apresenta especificidades que podem comprometer a sua autenticidade, uma vez que é suscetível à degradação física dos seus suportes, à obsolescência tecnológica de hardware, software e de formatos, e a intervenções não autorizadas, que podem ocasionar adulteração e destruição. (FLORES, 2015, p. 92)

Isto posto, entende-se a importância de o arquivista inteirar-se das tecnologias de gestão porque, segundo o CONARQ (2012, p.32), “para um órgão ou entidade, ter todos os avanços tecnológicos em seu parque de equipamentos, sem seu corpo técnico estar familiarizado com essa evolução, é subutilizar os recursos investidos para a otimização dos trabalhos”.

Sousa e Medleg (2003, p. 11) despertam para o futuro da profissão que:

[...] é a de um profissional que tenha competência para organizar cientificamente e tornar acessível um conjunto dinâmico de informações registradas em suportes diversos – sejam eles os suportes tradicionais [...] ou os suportes surgidos com a informática [...] -, tenha capacidade de lidar como o usuário final e seja capaz de elaborar projetos e calcular os custos dos serviços arquivísticos e trabalhar em equipe junto com outros especialistas.

O arquivista deve ir além das atividades técnicas de arquivo, incorporando atribuições de planejamento, orientação, acompanhamento, direção, promoção de medidas, elaboração de pareceres e desenvolvimento de estudos. Tais incumbências se configuram como um trabalho intelectual que o arquivista deve se apropriar cada vez mais, ainda mais para propagar a ideia de gestor da informação, criando uma identidade nas instituições e diferenciando-se de outras áreas, a exemplo do analista da informação.

Ao assumir uma função essencial à tomada de decisão, o arquivista passa a ser requisitado pelos setores, propiciando a visibilidade profissional. Para que isso se consolide no mercado de trabalho, a formação em nível superior precisa preparar o egresso do curso para as competências e habilidades gerenciais, sobretudo no quesito documentos digitais, aprofundando questões sobre autenticidade dos documentos, produção dos documentos e identificação documental, repositórios arquivísticos confiáveis, preservação digital, temáticas que circunscrevem o cotidiano dos arquivistas, que eticamente são responsáveis em garantir a memória institucional e social.

Em razão disso, questionamentos de como o currículo do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia tratam essas questões e como os discentes compreendem o seu processo de formação fazem parte deste estudo, e são descritos a seguir.

### 3 ARQUIVOLOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

A graduação em Arquivologia na Universidade Federal da Bahia, segundo Matos (2021), foi idealizada em 1972 pela professora Maria José Rabello de Freitas, sendo aprovada pela Câmara de Ensino e Graduação da UFBA em 10 de abril de 1997.

Iniciado em 1998, a concretização do curso superior em Arquivologia na UFBA foi determinante para a consolidação da área no estado e no Brasil, sendo o sexto curso no país, e o primeiro do norte e nordeste. Ainda de acordo com a autora, “a melhor hipótese para explicar o surgimento do curso [...] foi a criação do Curso de Arquivo, anexo ao Arquivo Público do Estado da Bahia, que representou o embrião da institucionalização acadêmica da arquivologia na Bahia.” (MATOS, 2021, p. 33).

Instalado no Instituto de Ciência da Informação (ICI), que também abriga o curso de Biblioteconomia e o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, tem 10 grupos de pesquisa que investigam, em suma, problemáticas interdisciplinares da Ciência da Informação.

Conforme o fluxograma curricular do curso de Arquivologia, a carga horária total é de 2.445 horas divididas em componentes obrigatórios e optativos (que serão descritas adiante), estágio, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, tanto no turno diurno quanto no noturno. De acordo com o Sistema Acadêmico da UFBA o programa objetiva formar “[...] um grande modernizador da administração documental [...]. Faz parte do seu perfil o domínio das tecnologias emergentes aplicadas no registro,

processamento e recuperação da informação”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2020, s/p).

Como afirma Oliveira (2014), a formação deste profissional demanda abranger características essenciais em qualquer programa de formação em Arquivologia, sejam elas:

- 1) harmonização entre o corpo universal de conhecimentos voltado para as normas internacionais e os aspectos específicos e locais da documentação com que lidam;
- 2) inclusão de atividades empíricas com o objetivo de fornecer aos futuros arquivistas formas de aplicar o conhecimento teórico e metodológico aprendido em sala de aula;
- 3) incentivo à participação em projetos de pesquisa, com a conscientização da importância da pesquisa para a vida profissional e para o avanço disciplinar do conhecimento;
- 4) inclusão de um corpo de conhecimentos básicos que devem ser lecionados independentemente do contexto, propósito e recursos do programa. (OLIVEIRA, 2014, p. 71)

Compreender se este profissional está saindo capacitado da graduação é relevante para a manutenção da valorização da figura social e no mercado de trabalho do arquivista. Como corrobora Bartalo (2008, p. 107), “[...] o aprendiz deixou de ter um papel passivo e tornou-se sujeito ativo de sua própria aprendizagem, colaborando até mesmo na decisão quanto aos conteúdos que devam fazer parte dos currículos de seus cursos”.

Em tempo de mudanças paradigmáticas e com relativo curto período de desenvolvimento científico e regulamentário, o arquivista precisa ser proativo na sua área de atuação, aplicando não só os saberes básicos, mas buscando o diálogo com outras áreas para atender as demandas informacionais.

Compreende-se, dessa forma, como abordam Ridolphi e Gak (2018, p. 10) que

A modernização dos arquivos não implicaria em uma “nova Arquivologia”, mas leva à revisão de normas e métodos de trabalho, sendo importante que os arquivistas se capacitem para lidar com questões teóricas, metodológicas e éticas. Essa adequação e requalificação se refletem em um novo perfil, uma nova conduta e atuação no meio profissional, em que os desafios técnico-científicos são enfrentados em conjunto com outros profissionais que lidam com a informação.

É relevante pontuar, ainda, que partir de estímulos dos professores(as), como experiências empíricas, os estudantes podem alcançar melhores desempenhos que irão refletir na sua postura profissional. O ICI possui atualmente cinco professores formados em Arquivologia que podem agregar ao ensino o *know-how* da profissão, além dos

docentes com outras formações que exercem ou exerceram atividades na área da gestão de arquivos.

Diante do exposto, na próxima seção apresentam-se as discussões dos dados e resultados, analisadas a partir das respostas dos questionários aplicados aos novos arquivistas, complementando também mais informações sobre o curso de graduação da UFBA.

#### 4 DISCUSSÃO DOS DADOS E RESULTADOS

A fim de manter o controle sobre os sujeitos da pesquisa, foi consultado no Colegiado de Arquivologia da UFBA quais os alunos foram concluintes nos semestres letivos dos anos de 2018 e 2019 nos turnos diurno e noturno. A escolha deste público se deu por ser o grupo formado mais recente, reforçando a atualidade da discussão.

O total de formados, de acordo ao Colegiado, foi de 60 alunos, não sendo considerado um concluinte, pois é autora deste trabalho perfazendo um universo de 59 alunos(as). Diante disso, o questionário foi divulgado por meio de comunicação digital (listas de grupos, *e-mails*), obtendo 39 respostas, contudo, somente 31 são de concluintes dos anos especificados. Este último é o número utilizado como parâmetro na análise que se segue, representando em porcentagem 52,54% de retorno no questionário.

A matriz curricular do curso oferece o componente obrigatório “Tecnologia da informação arquivística” no segundo semestre e outros cinco optativos correlatos ao tema documentos digitais. A primeira questão buscou verificar quais componentes optativos os respondentes cursaram, podendo marcar mais de uma opção ou a que indica “nenhuma”. O Quadro 1 abaixo mostra o quantitativo:

**Quadro 1:** Componente optativo x formados

Componente optativo	Formados
Geração de bases de dados e documentação	04
Gerenciamento eletrônico de documentos	20
Gestão arquivística de documentos eletrônicos	20
Preservação digital	20
Sistema de informação gerencial	07
Nenhuma	02

Fonte: Elaboração das autoras, 2021

É possível observar que ocorre uma concentração de formados em três componentes optativos que abordam, em suma, o conceito do gerenciamento eletrônico de documentos (GED) e tecnologias associadas, os conceitos de documentos eletrônicos e documentos arquivísticos eletrônicos e estratégias e políticas de preservação digital.

Ainda de acordo com os resultados, da amostra de 31 respondentes, dois assinalam a opção “nenhuma” justificando que “*nenhuma disciplina foi oferecida no meu turno*” e “*as disciplinas foram oferecidas no mesmo horário das disciplinas obrigatórias*”, situações que precisam ser consideradas pelos Colegiados do Curso ao ofertar os componentes.

Ressalta-se que o baixo índice de formados que não fizeram as disciplinas optativas representa 6,5% dos pesquisados, enquanto 93,5% dos respondentes demonstram que se interessaram e conseguiram cursar as disciplinas optativas ao longo do curso. Entretanto, as justificativas assinaladas sugerem que pode ocorrer inconstância no oferecimento das optativas no decorrer dos semestres letivos, considerando que nenhuma delas tem pré-requisito que pudesse impedir a matrícula do estudante.

Ao considerar que as discussões sobre documentos digitais perpassam a formação específica, a questão seguinte aponta outros componentes obrigatórios que possam ter trabalhado com o tema (Quadro 2), podendo marcar mais de uma opção ou a que indica “nenhuma”.

**Quadro 2:** Componentes obrigatórios x formados

Componentes obrigatórios	Formados	%
Fundamentos da informação	07	22,5
História dos arquivos e documentos	11	35,5
Formação e ética do arquivista	03	9,7
Fundamentos da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação	05	16,1
Elaboração e organização do trabalho científico	03	9,7
Arquivos correntes	12	38,7
Administração de unidades de informação	08	25,8
Língua Portuguesa como instrumento de comunicação	00	0,0
Arquivo intermediário	08	25,8
<b>Preservação de acervos</b>	<b>16</b>	<b>51,6</b>
<b>Descrição arquivística</b>	<b>14</b>	<b>45,1</b>
Inglês instrumental I	02	6,4
Paleografia e diplomática I	03	9,7
Arquivos permanentes	10	33,3
<b>Tipologia documental</b>	<b>18</b>	<b>58,0</b>
<b>Disseminação da informação arquivística</b>	<b>14</b>	<b>45,1</b>
Metodologia da pesquisa científica	01	3,2
Políticas de arquivos	10	33,3
Planejamento de unidade de informação	06	19,3

Não ocorreu interlocução com o tema	05	16,1
-------------------------------------	----	------

Fonte: Elaboração da autora, 2021

Dos dados apresentados, observa-se que nenhum pesquisado indicou “*Língua Portuguesa como instrumento de comunicação*” com alguma interlocução com o tema documentos digitais, ressaltando que este componente é ofertado pelo Instituto de Letras da UFBA, para possibilitar a interdisciplinaridade com outras áreas. Ainda segundo o quadro, as disciplinas mais assinaladas foram: Tipologia documental (58%), Preservação de acervos (51,6%), Descrição arquivística (45,1%) e Disseminação da informação arquivística (45,1%). Este resultado demonstra como o programa tem trabalhado na inserção dos novos paradigmas da área. Porém, uma parcela dos respondentes, 16,1% (05), assinala que “*não ocorreu interlocução com o tema*”, ou seja, não identificou a ocorrência de discussões sobre documentos digitais nas disciplinas obrigatórias listadas nesta questão.

Posteriormente, os partícipes foram indagados se tiveram contato ou conhecem os manuais que orientam e colaboram com a gestão de documentos digitais (Quadro 3). Nesse direcionamento, dos 31 pesquisados, 23 deles (74%) indicaram “*Modelo de requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil*”.

**Quadro 3:** Manuais x formados

Manuais	Formados	%
Carta para preservação do documento arquivístico digital	13	42%~
Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes	15	48%~
A elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos	05	16%~
Glossário – Documentos arquivísticos digitais – Câmara Técnica de documentos eletrônicos	16	51%~
Modelo de requisitos para sistemas informatizados de Gestão de Processos e Documentos do judiciário brasileiro – MoReq-Jus	10	32%~
Orientações para contratação de SIGAD e serviços correlatos	18	58%~
Diretrizes para implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq	19	61%~
Modelo de requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil	23	74%~
Recomendações de uso do PDF/A para Documentos Arquivísticos	17	55%~
Outro	00	00%
Nenhum	01	3%~

Fonte: Elaboração das autoras, 2021



Ainda segundo os dados, os egressos afirmaram que tiveram contato teórico ou prático com as “Diretrizes para implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq” (61%), “Orientações para contratação de SIGAD e serviços correlatos” (58%) e “Recomendações de uso do PDF/A para Documentos Arquivísticos” (55%), instrumentos diretamente voltados aos documentos digitais e natos digitais e elaborados pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Com isso, constata-se que as Resoluções n.º 25 e n.º 32 do CONARQ (2007; 2010), que dispõem sobre o e-Arq Brasil, são discutidas nos conteúdos curriculares apresentando os conceitos e princípios arquivísticos norteadores da gestão documental digital. Ressalta-se que recentemente encontrava-se em consulta pública uma nova publicação revisada e atualizada das recomendações do e-Arq Brasil, como forma de acompanhar as transformações das TIC.

Dos manuais elencados, apenas um teve baixa indicação como conhecido pelos respondentes (“A elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos”) e, apenas 01 respondente assinalou a opção “nenhum”, o que reforça o entendimento supracitado.

Em relação aos *softwares* apresentados em sala de aula (Quadro 4), 64,5% dos respondentes identificaram o ICA-Atom, seguido pelo Alfresco (48,4%) e Archivemática (29%), como é demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro 4:** *Softwares x formados*

<i>Softwares</i>	Formados
Alfresco	15
Archivemática	09
ICA-Atom	20
Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	04
Siga Doc	04
Outro	01
Nenhum	07

Fonte: Elaboração das autoras, 2021

De acordo com o resultado, um dado que chamou a atenção foi 22,6% dos formados afirmaram não conhecer “nenhum” instrumento que realiza ou colabora com a gestão de documentos digitais, inferindo uma carência no conteúdo programático do componente curricular obrigatório, que é intitulado “Tecnologia da informação arquivística.

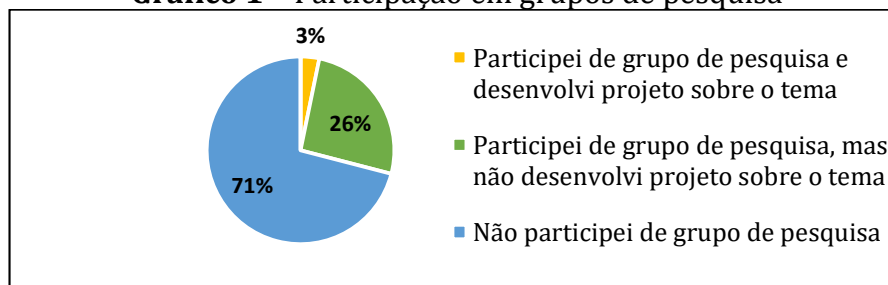
É interessante comentar que o *software* mais citado é o ICA-Atom (64,5% dos respondentes), é identificado como um repositório digital, que é alimentado por descrições do acervo custodiado, podendo ser disponibilizado e acessado facilmente por usuário externo na rede mundial de computadores. É amplamente utilizado pelas instituições como forma de difusão arquivística e abordado nas atividades práticas dos componentes de “Descrição arquivística” e “Arquivo Permanente”.

Além disso, o Alfresco (48,3%) aparece nos conteúdos associados ao gerenciamento eletrônico de documentos (GED), sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (SIGAD) e preservação digital. Como afirma Lopez (2005), a informatização de novos documentos desde a sua criação no arquivo corrente, implica em um processo de análise da função, da durabilidade, do valor legal de tais documentos, da política de avaliação e, principalmente, da certificação dos metadados.

Assim, pode-se ratificar com Flores (2015) que na fase de gestão de documentos, fase corrente e intermediária, é necessário o SIGAD, e na fase permanente, o Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq. Por isso, o uso de *softwares* confiáveis é imprescindível para a gestão e preservação dos documentos digitais e, por isso, o arquivista deve adquirir familiaridade com o maior número de programas acessíveis para que possa identificar o que seja mais adequado para as funções e a rotina de trabalho do órgão ou empresa. Inclusive, o respondente que assinalou a opção “outro” completa que tem contato com o sistema eletrônico próprio utilizado no seu ambiente de trabalho, aplicando o aprendizado da graduação no seu dia-a-dia.

A seguir, os resultados são apresentados com o uso de gráficos por só aceitarem uma única alternativa, facilitando a percepção do leitor. Deste modo, identificou-se a participação dos os formados, voluntariado ou bolsista, em algum grupo de pesquisa que desenvolve teoria e/ou prática correlatas ao tema “documentos digitais”, conforme o Gráfico 1.

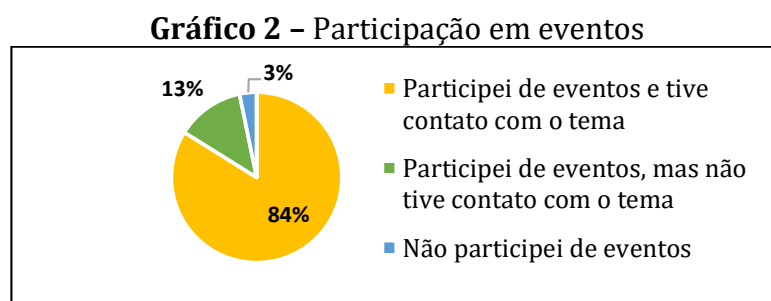
**Gráfico 1 – Participação em grupos de pesquisa**



Fonte: Elaboração das autoras, 2021

É possível observar que a maioria dos respondentes não fez parte de grupos de pesquisa do Instituto, perfazendo a porcentagem de 71%. Dessa forma, a ocorrência de apenas 01 (3%) formado que participou de projeto de pesquisa desenvolvendo o tema documentos digitais, expõe o desinteresse dos estudantes pelo objeto de estudo. Esse dado sinaliza uma lacuna na formação do arquivista, colocando em discussão como os grupos de pesquisas podem ou não incentivar as mudanças curriculares.

Adiante, os eventos acadêmicos e/ou científicos servem como parâmetros para delinear a temática na área, a exemplo do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), o Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (ENEARQ), a Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação (CINFORM). Assim, a questão 07 interroga se o formado teve contato com o tema documentos digitais em eventos científicos (Gráfico 2).

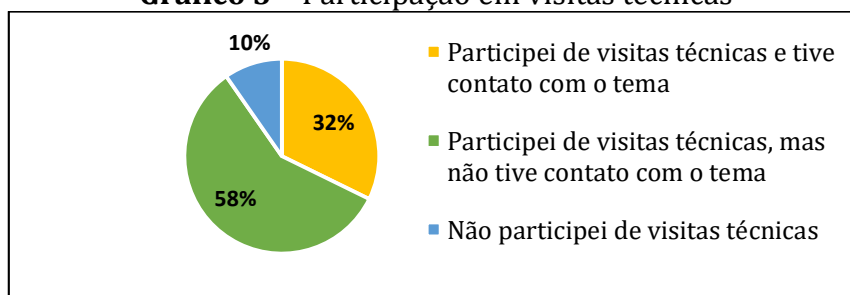


Fonte: Elaboração das autoras, 2021

Pelo gráfico, é possível afirmar que a maior parte dos formados, representando 84%, participou de eventos da área e que estes tiveram em seu programa discussões sobre os documentos digitais. Isso demonstra como o campo científico está atento às mudanças sociais e que os respondentes buscaram se inserir neste contexto no período de formação por meio dos encontros estudantis e profissionais.

Como atividade prática, é comum no curso de Arquivologia da UFBA a realização de visitas técnicas a instituições arquivísticas. A questão 08 indaga se durante essas atividades o respondente teve contato com o tema “documentos digitais”.

**Gráfico 3 – Participação em visitas técnicas**



Fonte: Elaboração das autoras, 2021

Os dados assinalam que 90% dos respondentes participaram de visitas técnicas, embora 58% (10) afirmam não terem contato com o tema nesse momento. Ainda assim, a quantidade dos que tiveram contato com a perspectiva dos documentos digitais na instituição anfitriã, representando 32%, é significativa, pois evidencia como as organizações caminham, progressivamente, para a adoção de sistemas informatizados.

O estágio obrigatório visa proporcionar conhecimentos relativos às práticas requeridas ao profissional arquivista. Por ser uma oportunidade dos estudantes aplicar ou adquirir os saberes relativos à teoria arquivística, a questão 09 buscou identificar se o formado teve experiência com documentos digitais nesse momento.

Observa-se com os resultados que 58% dos partícipes afirmaram desempenhar nos estágios as atividades relativas à produção, tratamento e difusão de documentos digitais. Esse resultado corrobora com o encontrado na questão anterior sobre a crescente adesão ao uso de documentos digitais na sociedade. Ainda segundo os dados, é notável que 42% dos participantes alegaram não ter tratado de documentos digitais nos ambientes laborais, ainda mais por ser uma realidade presente no cotidiano das empresas e até mesmo nos lares domésticos. A partir disso, questiona-se como a gestão de documentos está sendo implantada nessas instituições? Ou será ausência de gestão? Embora este estudo não traga respostas às indagações, servem para orientar futuros estudos, na tentativa de compreender como o mercado de trabalho vem lidando com a inserção das TIC.

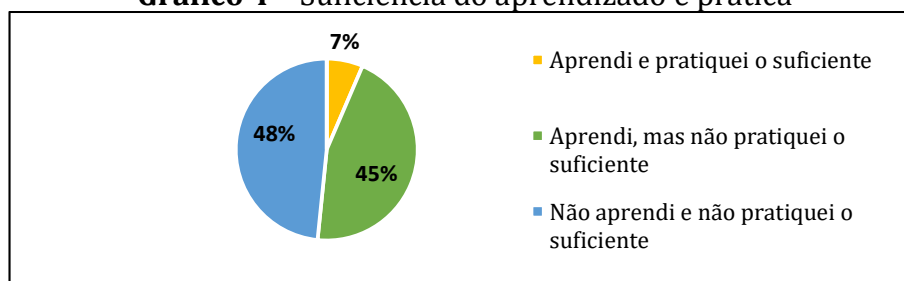
A questão 10 trata do trabalho de conclusão de curso (TCC) que é a oportunidade do estudante dedicar-se a um tema que o inquietou durante a graduação, especialmente associado a uma lacuna observada na teoria ou na aplicação prática. Verifica-se que é baixa a discussão sobre as problemáticas envolvidas nos documentos digitais estudantes de Arquivologia (74% assinalaram “não”). Contudo, considerando a proporção e as

inúmeras possibilidades de realidades a serem investigadas dentro da área, 26% dos respondentes afirmarem terem trabalhado com os documentos digitais, que é um resultado promissor para a reflexão de questionamentos sobre o tema.

As três últimas questões abordam concepções pessoais dos respondentes perante a sua formação profissional, enfatizando o termo “documento arquivístico digital” para frisar o entendimento dos conceitos inerentes ao exercício da profissão, de acordo com o Glossário – Documentos arquivísticos digitais (CONARQ, 2016).

Diante disso, a décima primeira questão interroga o formado se acredita que aprendeu e praticou o suficiente sobre documentos arquivísticos digitais (Gráfico 4), tendo como resposta positiva de 52% dos pesquisados. Entretanto, 48% afirmaram que “não aprendi e não pratiquei o suficiente”, apontando uma possível deficiência na formação, sobretudo em relação ao quesito prática.

**Gráfico 4 - Suficiência do aprendizado e prática**



Fonte: Elaboração das autoras, 2021

Ainda com base nos dados, os formados que consideram ter aprendido e praticado o suficiente durante a graduação foram apenas 7% dos respondentes, que pode influir na confiança do arquivista que irá ingressar no mercado de trabalho. Jardim (2015) pontua que os arquivistas precisam intervir desde o contexto de produção de documentos eletrônicos, contudo, o presente resultado exhibe que o recém-formado não se compreende capaz de atuar neste ciclo vital. O resultado desta questão indica uma necessidade latente de se rever os conteúdos sobre a temática no currículo do curso, na tentativa de reduzir as disparidades entre o que se almeja no mercado de trabalho e no que é ofertado aos egressos dos cursos.

Flores (2015) reflete que isso exige mais do docente, pois ele tem que sair da sua zona de conforto e ir atrás de novos referenciais, novos conhecimentos, rompendo os paradigmas para a transformação conceitual da Arquivística. Nesse direcionamento, buscou-se a compreensão dos respondentes quanto ao domínio dos conceitos sobre os

documentos arquivísticos digitais para atuação profissional, em que a maioria (87%) acredita que são fundamentais para se estabelecerem no mercado profissional, ocupando espaços de gestores, consultores e/ou orientadores de sistemas e fluxos de trabalhos digitais que garantam a autenticidade e integridade dos documentos produzidos pela entidade coletiva. Mais uma vez, os dados apresentados colaboram com a urgência de reformulação curricular, apontada na questão anterior, para que seja condizente com as reais demandas profissionais. Embora o currículo trate sobre a temática, ainda se apresenta como desafio, pois o futuro arquivista não se sente suficientemente preparado para desenvolver as atividades no ambiente digital.

Além disso, é nítida a mudança dos paradigmas arquivísticos, rompendo com a visão do arquivista como guardião de massas acumuladas de papel, observada com este resultado. Esses recém formados têm, pelo menos, a concepção de que precisam difundir a sua própria imagem de gestor de documentos digitais como competência intrínseca da profissão.

Por fim, foi perguntado aos formados se pretendem continuar a capacitação profissional com o estudo dos documentos arquivísticos digitais, evidenciando a adesão de 94% dos respondentes. É favorável para o fortalecimento da profissão que os arquivistas continuem se especializando e aumentando as possibilidades de atuação na área. É importante a classe mostrar-se dinâmica, adaptável e inovadora, pois a transformação tecnológica é constante, porém necessita de sujeitos ativos e competentes para desenvolver-se com qualidade e eficiência. Assim como assinalam Ridolphi e Gak (2018, p. 131),

[...] ainda se faz necessário superar a visão estereotipada da profissão junto à sociedade e no setor privado garantir que soluções meramente tecnológicas nos serviços de informação não se sobreponham à presença do profissional qualificado, garantido assim que os arquivistas possam ocupar um espaço que ainda é restrito na área de gestão estratégica da informação.

Os dados revelam a existência de componentes curriculares específicos que tratam dos documentos digitais, apresentado os conceitos, os manuais e as ferramentas. Esses conteúdos também são abordados transversalmente em outros componentes que enfatizam as funções arquivísticas, ressaltando a imagem do arquivista gestor da informação. Mesmo assim, os egressos dos cursos afirmam ter deficiências na atuação laboral. É uma temática discutida nos eventos científicos e estágios obrigatórios e não-

obrigatórios, mas é tímida a produção de trabalhos de conclusão de curso e interesse nos grupos de pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O profissional como ser social precisa se adaptar e transformar-se acompanhando os novos paradigmas da sua área de atuação. Mas para tornar-se profissional, o indivíduo passa por um período de formação que é fundamental para adquirir os conhecimentos e a identidade da profissão.

O arquivista, dessa forma, deve ser apto a gerenciar documentos físicos e digitais de gêneros diferentes, coordenar equipes, organizar arquivos, produzir projetos e produtos culturais em entidades de qualquer natureza. Essa gama de perspectivas da área arquivística precisa ser contemplada na graduação para que o profissional seja capaz de traçar o seu perfil no mercado de trabalho.

O tratamento de documentos digitais necessita de especialistas que estejam dispostos a cumprir os processos de preservação e segurança destes itens para que continuem servindo de prova, informação e fonte científica-cultural. Por isso, essa investigação buscou apreender as considerações de arquivistas recém formados sobre as suas formações no que tange aos documentos digitais.

Os resultados apontam que o programa curricular da graduação em Arquivologia da UFBA está incorporando e conectando as teorias e conceitos arquivísticos ao novo suporte documental que é o meio digital. Contudo, há espaço para melhoramento dentro do programa com a adoção de mais atividades práticas e específicas que auxiliem o estudante a aperfeiçoar-se no que a sociedade exige na contemporaneidade. Isso porque, na compreensão dos egressos, estes não se sentem suficientemente preparados para lidar com os desafios dos documentos digitais e nato digitais. Recomenda-se que alguns dos componentes optativos sejam transformados em obrigatórios, com o intuito de complementar e fortalecer os conceitos sobre a gestão de documentos arquivísticos digitais, propondo também ações extensionistas para a aplicação prática, especialmente dos softwares da área.

A Arquivologia vem se estabelecendo progressivamente, e o arquivista não pode perder espaço para profissionais de outras áreas, como biblioteconomia, computação, administração, direito e história. O arquivista deve buscar o intercâmbio de



conhecimentos, mas fazendo-se indispensável para o processo do tratamento documental.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. S. Tecnologia, memória e a formação do profissional arquivista. **Arquivística.net**, v. 2, n. 1, p. 149-159, jan./jun. 2006.

BARTALO, L. A importância das estratégias de estudo para uma aprendizagem mais significativa na área de arquivologia. In. BARTALO, L.; MORENO, N. A. (orgs.). **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008.

BRASIL. Decreto nº 8.539 de 08 de outubro de 2015. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 08 out. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm). Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 05 jul. 1978. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm). Acesso em: 10 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Glossário Documentos Arquivísticos Digitais**. 2016. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/glossario-ctde.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Diretrizes para a gestão arquivística do correio eletrônico corporativo**. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução n.º 20**, de 16 de julho de 2004. Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-20-de-16-de-julho-de-2004>. Acesso em: 03 mar. 2020.

FLORES, D. Desafios contemporâneos dos currículos de arquivologia: a questão dos documentos arquivísticos digitais e suas relações interdisciplinares da arquivologia. In. NEVES, D. A. de B., ROCHA, M. M. V.; SILVA, P. (orgs.) **Cartografia da pesquisa e ensino da arquivologia no Brasil: IV REPARQ**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

JARDIM, J. M. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo**, v. 28, n. 2, p. 19-50, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamento de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPEZ, A. P. A. Utilização de recursos informáticos nos arquivos: algumas diretrizes. **Registro-Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, v. 4, n. 4. p. 56-65, Indaiatuba (SP): Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2005.

MATOS, M. T. N. de B. A formação de pessoal em arquivologia na Bahia: marcos históricos e institucionais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 31-47, jan./abr. 2021.

OLIVEIRA, F. H. de. **A formação em Arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares**. Tese (Doutorado). Brasília: FCI/UnB, 2014.

RIDOLPHI, W. R.; GAK, L. C. **Profissão arquivistas :avanços e desafios**. São Paulo: Cia do Ebook, 2018.

SOUSA, M. A. L. DE.; MEDLEG, G. O arquivista como cientista da informação: formação e perspectivas profissionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SOUZA, M. **A Mediação da Informação nas Redes de Arquivos Históricos**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Sistema Acadêmico**. 2020. Disponível em: <https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=317140&nuPerCursoInicial=20141>. Acesso em: 5 abr. 2021.

© 2022 UFPB

**Editora**

Profa. Dra. Ediane Toscano Galdino de Carvalho - UFPB

**Capa**

Marcílio Herculano da Costa, UFPB

**Editor de Design**

Marcílio Herculano da Costa, UFPB

**Leitora de Prova**

Profa. Dra. Ediane Toscano Galdino de Carvalho (UFPB)

**Normalização**

Karla Juliana Moreira de Oliveira (UFPB)

archeionline@gmail.com

Archeion Online. - Vol. 1, n. 1 (jul./dez. 2013)- . - João Pessoa :  
Coordenação do Curso de Arquivologia/UFPB, 2013-

Revista eletrônica de Arquivologia/UFPB - Semestral - V.10, n.2, 2022  
Editora: Profa. Dra. Ediane Toscano Galdino de Carvalho

**ISSN 2318-6186**

1. Arquivologia. I. Universidade Federal da Paraíba. II. Coordenação do  
Curso de Arquivologia. III. Título.

CDU 930.25

**CONSELHO CONSULTIVO/AVALIADORES**

Adelaide Helena Targino Casimiro (UFRN)  
Alba Lígia de Almeida Silva (UFPB)  
Ana Cláudia Cruz Córdula (UFPB)  
Ana Andréa V. C. de Amorim (UFPB)  
Angélica Alves da Cunha Marques (UNB)  
Armando Malheiro da Silva (UP)  
Aurora Leonor Freixo (UFBA)  
Carla Mara da Silva Silva (UFAM)  
Cynthia Roncaglio (UNB)  
Denise Molon Castanho (UFSM)  
Derek Tavares (UFBA)  
Edilene Toscano Galdino de Carvalho (UFPB)  
Eliane Bezerra Paiva (UFPB)  
Eliete Correia dos Santos (UEPB)  
Faysa de Maria Oliveira e Silva (UFPE)  
Genoveva Batista Nascimento (UFPB)  
Gisele Rocha Cortes (UFPB)

**CONSELHO CONSULTIVO/AVALIADORES**

Josemar Henrique de Melo (UEPB)  
Leandro Ribeiro Negreiros (UFMG)  
Liliana Isabel Esteves Gomes (Faculdade Letras  
Universidade de Coimbra)  
Luciana Ferreira da Costa (UFPB)  
Luciana Souza de Brito (FURG)  
Marcília Gama da Silva (UFPE)  
Marckson Roberto Ferreira de Sousa (UFPB)  
Margareth da Silva (UFF)  
Maria Amélia Teixeira Batista (UFPB)  
Maria Meriane Vieira Rocha (UFPB)  
Maria Teresa Matos (UFBA)  
Nelma Camelo Araújo (UFAL)  
Patrícia Silva (UFPB)  
Rayan Aramis de Brito Feitosa (UFBA)  
Rosa Zuleide Lima de Brito (UFPB)  
Solange Machado de Souza (UFES)  
Welder Antonio Silva (UFMG)